

Relatório de ATIVIDADES 2011



Instituto
de Pesquisa
Ambiental
da Amazônia

RELATÓRIO DE **ATIVIDADES 2011**

Brasília, setembro de 2012.

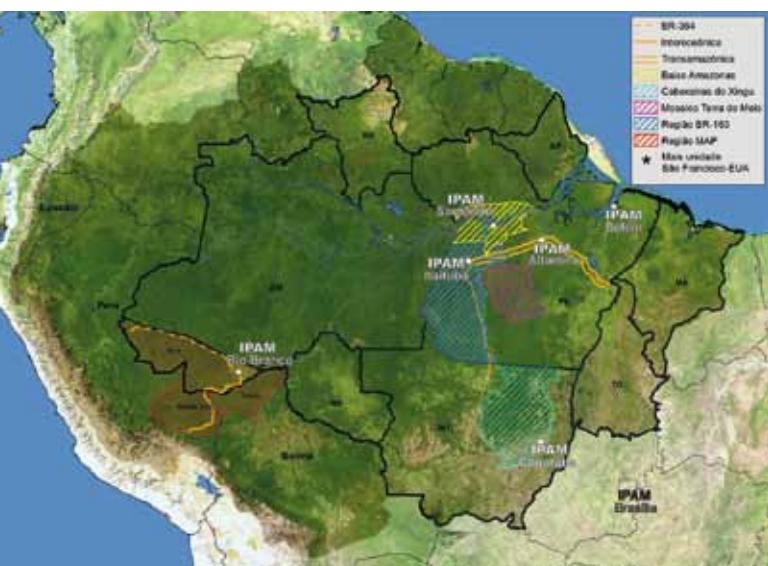
O INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA

AMAZÔNIA (IPAM) é uma organização científica, não-governamental e sem fins lucrativos que há 16 anos trabalha por um desenvolvimento sustentável da Amazônia que seja pautado pelo crescimento econômico, pela justiça social e pela proteção da integridade funcional dos ecossistemas da região.

COMO E ONDE ATUAMOS

Com o apoio de 120 colaboradores distribuídos em sete escritórios/unidades de pesquisa, trabalhamos gerando informações e fomentando iniciativas para subsidiar políticas públicas, iniciativas locais e acordos internacionais. Estas atividades são realizadas com a participação de agricultores familiares, produtores rurais, povos indígenas, comunidades tradicionais e diferentes setores do governo. As pesquisas e a atuação do IPAM são conduzidas por pesquisadores com excelência acadêmica nacional e internacional por meio de quatro grandes programas de pesquisa: Manejo Comunitário de Várzea e Florestas, Cenários para a Amazônia, Mudanças Climáticas e IPAM-IP (Programa Internacional).

ESCRITÓRIOS E REGIÕES DE ATUAÇÃO



ASSEMBLEIA GERAL 2011

Luiz Antonio Martinelli (*presidente*)

Stephan Schwartzman (*vice-presidente*)

Adolpho José Melfi

Carlos Afonso Nobre

Christine Padoch

Mário Prestes Monzoni Neto

Paulo Artaxo

Reynaldo Luiz Victoria

Marina Silva (*associada honorária*)

DIREÇÃO EXECUTIVA

Paulo Moutinho

COORDENAÇÃO TÉCNICA/CIENTÍFICA

Daniel Nepstad

Diretor dos Programas Cenários para a Amazônia e Internacional

David McGrath

Diretor do Programa Manejo Comunitário de Várzea e Florestas

Osvaldo Stella

Diretor do Programa Mudanças Climáticas

Ane Alencar

Coordenadora de Geoprocessamento

Marcos Ximenes Ponte

Coordenador do Projeto Recuperação Produtiva de Pequenas Propriedades da BR-230

Rosana Gisèle Cruz Pinto da Costa

Coordenadora dos Projetos Planejamento Regional BR-163 e Manejo Integrado de Propriedades Familiares

RELATÓRIO DE ATIVIDADES IPAM 2011

Coordenação

Raquel Dieguez

Apoio

Ingrid Sinimbu e Julie Messias

Projeto gráfico e edição

Ana Cristina Silveira e Masanori Ohashy

Diagramação

Natasha Antony e Masanori Ohashy

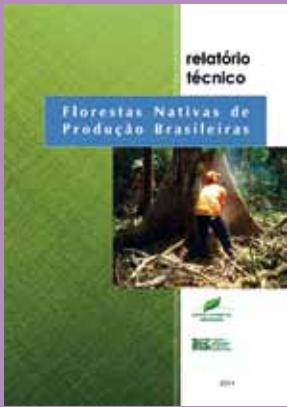
*Este relatório está disponível em

www.IPAM.org.br

Um novo modelo de desenvolvimento rural na Amazônia

O desmatamento e as atividades agrícolas representam 1/3 das emissões globais de gases de efeito estufa. Já que a conservação de florestas tropicais é imperativa para manter a estabilidade do clima e o bem-estar de grupos sociais que dependem dessas florestas, **a estratégia do IPAM está ligada a uma transição nacional em direção ao desenvolvimento rural de baixo-carbono.** Essa transição está acontecendo em muitas nações tropicais, sendo o Brasil – especificamente a Amazônia – o local onde está mais avançada. A transição para uma economia de baixo-carbono irá ocorrer por meio de políticas públicas inovadoras e transformação de mercado, assim como por meio de um planejamento regional com ativa participação das partes interessadas.





Destaques 2011

Florestas Nativas de Produção Brasileiras

Em conjunto com o Serviço Florestal Brasileiro, o IPAM gerou um estudo que analisa como melhor atender a demanda por madeira proveniente da Amazônia. A publicação indica o potencial para a criação de novas unidades de conservação que possam servir como florestas de produção para a indústria madeireira sustentável.



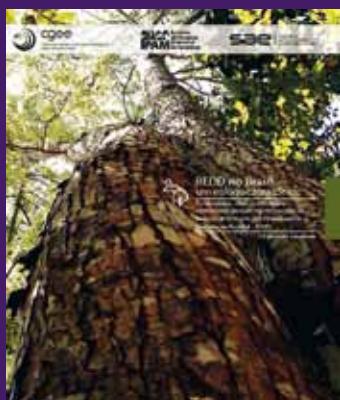
Especial Transamazônica

Em edição impressa da newsletter Clima e Floresta do IPAM, destaca-se a assinatura do protocolo de intenções que cria, na forma de projeto de lei, o primeiro Consórcio Intermunicipal para o desenvolvimento de uma economia de baixo carbono na Amazônia.



Em defesa do Código Florestal

A defesa da legislação ambiental brasileira teve prioridade durante o ano de 2011, com atuação estratégica do IPAM na elaboração de propostas e articulação interinstitucional e política. Como destaque, o IPAM formulou e lançou em audiência pública no Senado o estudo “Reforma do Código Florestal: qual o caminho para o consenso?”.



REDD no Brasil: Um enfoque Amazônico

Publicação realizada pelo IPAM em conjunto com o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) para a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE) destaca fundamentos, critérios e estruturas institucionais necessárias para um regime nacional de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação – REDD.

Sumário

7 DIREÇÃO EXECUTIVA E ASSEMBLEIA GERAL

11 PROGRAMA CENÁRIOS PARA AMAZÔNIA

- 13 Florestas nativas de Produção Brasileiras
- 16 Entendendo a redução do desmatamento na Amazônia
- 18 Avaliando o papel dos Planos de Prevenção e Controle dos Estados da Amazônia: o caso do Mato Grosso
- 21 Zoneamento Sócio Econômico Ecológico do Mato Grosso
- 25 Impactos das mudanças do código florestal no Mato Grosso e Acre
- 27 Fortalecendo a gestão ambiental na região da Amazônia Sul-Ocidental brasileira (Consórcio MABE – Manejo Ambiental de Bacias e Estradas)
- 31 Promovendo a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável de forma participativa na Amazônia Sul Ocidental
- 35 Subsídio técnico-científico ao Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais do Estado do Acre
- 37 Mecanismos para financiamento de REDD+ e agricultura de baixo carbono
- 39 Mapeando degradação florestal por fogo
- 41 Ecologia e ecotoxicologia de ambientes aquáticos em paisagens agroindustriais
- 43 Monitoramento da qualidade de água em riachos do Cadastro de Compromisso Socioambiental
- 45 Monitoramento de carbono de propriedades do Cadastro de Compromisso Socioambiental
- 47 Monitoramento de biodiversidade em propriedades do Cadastro de Compromisso Socioambiental
- 50 Projeto Vitrine

53 PROGRAMA MANEJO COMUNITÁRIO DE VÁRZEA E FLORESTAS

- 55 Apoio ao manejo integrado de propriedades familiares na BR-163/PA e Inserção da metodologia de bom manejo de fogo em áreas de produção familiar na Amazônia
- 59 Apoio às iniciativas de produção sustentável na região de influência da rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém), no estado do Pará
- 63 Florestas Familiares
- 67 Planejando o Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável

71 PROGRAMA MUDANÇAS CLIMÁTICAS

- 73 Clima e Negociações Internacionais
- 77 Fortalecimento e consolidação do extrativismo na Amazônia
- 81 MDL Florestal e recuperação de áreas degradadas no Mato Grosso
- 85 Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais
- 89 Assentamentos sustentáveis na Amazônia: o desafio da transição da produção familiar de fronteira para uma economia de baixo carbono

- 
- 93** Recuperação Produtiva de Pequenas Propriedades na BR-230
 - 96** Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Transamazônica e Xingu
 - 99** Representação no Conselho Normativo do Programa da ONU de REDD



103 PROGRAMA INTERNACIONAL

- 105** Construindo Pontes entre as Mesas-Redondas de Commodities e REDD+
- 108** Fórum de Preparação para REDD+
- 111** GCF Task Force - Fórum Global dos Governadores para Clima e Floresta



115 ATIVIDADES PERMANENTES

- 117** Geoprocessamento
- 120** Comunicação
- 123** Administração



131 PUBLICAÇÕES DO IPAM EM 2011

Direção executiva



PAULO MOUTINHO

DIRETOR EXECUTIVO

Biólogo pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro, mestre e doutor em Ecologia pela Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, Moutinho atua na Amazônia há 20 anos. Seus estudos estão relacionados com a dinâmica do desmatamento e seus efeitos sobre a biodiversidade, clima e os habitantes da região. Executou pesquisas inéditas sobre os processos de recuperação florestal em áreas degradadas na Amazônia, bem como sobre os impactos da mudança climática, particularmente a redução de chuva, sobre a floresta e seu funcionamento. Publicou artigos científicos sobre o papel das áreas protegidas sobre a redução do desmatamento amazônico e produziu documentos sobre o papel de mecanismos de pagamento por serviços ambientais como alavanca de desenvolvimento de uma economia de baixa emissão de carbono.

Participa desde 2000 das discussões internacionais sobre mudança do clima no âmbito da Convenção da ONU de Mudança Climática e é um dos autores da proposta de redução compensada do desmatamento, pela qual se pleiteia uma compensação financeira internacional aos países em desenvolvimento que fizerem esforços de redução de desmatamento. Esta proposta se constituiu na base do mecanismo conhecido como REDD (Redução de Emissões de Desmatamento e Degradação florestal), atualmente em discussão na Convenção de Clima da ONU, e também no Fundo Amazônia. Atuou na elaboração e aprovação da Política Nacional de Mudança Climática, que estabeleceu, pela primeira vez, metas de redução de emissões de gases de efeito estufa para o País.

É membro de conselhos de diversos fóruns e instituições, incluindo o comitê científico do Fundo Amazônia e a representação do IPAM no UN-REDD. Atualmente, está baseado na sucursal do IPAM em Brasília e vem, nos últimos meses, atuando junto ao Congresso Nacional, Governo Federal e estados amazônicos na implementação da Política Nacional de Mudança Climática do Brasil. Desde 1998 atua como professor orientador de programas de doutorado da Universidade Federal do Pará. Paulo Moutinho foi ainda pesquisador sênior do Woods Hole Research Center entre 2006 e 2010, e desde junho de 2010 atua como diretor executivo do IPAM.

Assembleia Geral 2011

LUIZ ANTONIO MARTINELLI

PRESIDENTE

Mestre em Energia Nuclear e Agricultura pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (Esalq/USP), em 1986; doutor em Solo e Nutrição de Plantas pela Esalq/USP, em 1989, e pós-doutor pela School of Oceanography, Universidade de Washington, 1990-1991. Na USP, obteve o título de Professor Associado em 1992 e Professor Titular em 2006. Foi professor visitante na Universidade de Stanford junto ao Center for Latin America Studies, em 2004, ocupando a cadeira Tinker Visiting Professor. Atualmente, é professor associado junto ao programa de Segurança Alimentar e Ambiente da Universidade de Stanford e professor titular da Universidade de São Paulo, lotado no Centro de Energia Nuclear na Agricultura, Campus de Piracicaba.

STEPHAN SCHWARTZMAN

VICE-PRESIDENTE

PhD em Antropologia pela Universidade de Chicago. É atualmente codiretor de Programas Internacionais do Environmental Defense Fund (EDF). Seu trabalho é focado na criação de estratégias para a proteção de florestas tropicais e de seus povos indígenas, particularmente os nativos da Floresta Amazônica brasileira. Promove, ainda, ações de inclusão de povos da floresta em debates sobre mudanças climáticas.

ADOLPHO JOSÉ MELFI

Graduado em Geologia pela Universidade de São Paulo (1960) e doutor em Geociências (Geoquímica e Geotectônica) pela Universidade de São Paulo (1967). Atualmente, é professor titular da Universidade de São Paulo, lotado na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Foi Professor Associado das universidades francesas de Strasbourg, Poitiers, Aix-Marseille III e Toulon et du Var. É membro da Academia Brasileira de Ciências, da Academia de Ciências da América Latina, da Academia de Ciências do Estado de São Paulo, da Academie d'Agriculture de France e da Académie des Sciences d'Outre Mer, França. Detentor de vários prêmios acadêmicos: Medalha de Prata de Geologia; Gran Cruz do Mérito Científico, Palmes Académique do governo francês, Geocientista do ano de 2004 da TWAS. Foi pró-

reitor de pós-graduação da USP (1994-1997), vice-reitor da USP (1997-2001) e reitor da USP (2001-2005). Desde 2007, é diretor do Centro Brasileiro de Estudos da América Latina da Fundação Memorial da América Latina.

CARLOS AFONSO NOBRE

Graduado em Engenharia Eletrônica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (1974) e doutor em Meteorologia pelo Massachusetts Institute of Technology (1983). É pesquisador titular do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), chefe do Centro de Ciência do Sistema Terrestre (2008-presente) e ex-coordenador geral do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (Cptec-INPE), de 1991 a 2003. Ex-coordenador científico do Experimento de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia (LBA) durante o período de 1996 a 2002; ex-representante da área Multidisciplinar da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (2005-2007). Atualmente, é o presidente do Comitê Científico do International Geosphere-Biosphere Programme (IGBP). Exerce a secretaria executiva da Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas (Rede Clima) e também a coordenação executiva do Programa Fapesp de Pesquisa em Mudanças Climáticas Globais. É presidente do Conselho Diretor do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas. Foi um dos autores do Quarto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) que, em 2007, foi agraciado com o Prêmio Nobel da Paz, juntamente com Al Gore. Recebeu, em 2007, o Prêmio da Fundação Conrado Wessel, na área de Meio Ambiente. Em 2009, recebeu a Von Humboldt Medal da European Geophysical Union.

CHRISTINE PADOCH

É PhD pelo Departamento de Antropologia da Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, e atualmente diretora do Programa Forests and Livelihoods do Centro Internacional de Pesquisa Florestal (CIFOR – Sigla em Inglês). É curadora do Instituto de Botânica Econômica do New York Botanical Garden. Antropóloga ecológica por formação, estudou agricultura familiar, sistemas agroflorestais e manejo florestal em muitas áreas dos trópicos úmidos, incluindo Indonésia, Malásia e a várzea amazônica no Brasil e Peru.

MÁRIO PRESTES MONZONI NETO

Doutor em Administração Pública e Governo pela FGV-EAESP. Mestre em Administração de Política Econômica pela School of International and Public Affairs (SIPA),

da Columbia University, Nova York, EUA. Mestre em Finanças Públicas pela FGV-EAESP. Bacharel em Administração de Empresas pela FGV-EAESP. Especializado em Sustentabilidade e Economia do Meio Ambiente, é professor da FGV-EAESP e coordenador do Centro de Estudos em Sustentabilidade da FGV-EAESP (GVces). Já atuou junto ao Departamento de Pesquisas do Banco Mundial.

PAULO ARTAXO

Graduado em Física pela Universidade São Paulo (1977), mestre em Física Nuclear pela USP (1980) e doutor em Física Atmosférica pela USP (1985). Trabalhou na Nasa (Estados Unidos), Universidade de Antuérpia (Bélgica), Lund (Suécia) e Universidade de Harvard (Estados Unidos). Atualmente, é professor titular e chefe do Departamento de Física Aplicada do Instituto de Física da USP. É membro titular da Academia Brasileira de Ciências e da Academia de Ciências dos Países em Desenvolvimento (TWAS). Publicou 285 trabalhos científicos e apresentou 665 papers em conferências científicas internacionais. Tem mais de 4.650 citações de seus trabalhos e publicou quatro trabalhos nas revistas Science e Nature. Coordenou dois Institutos do Milênio do Experimento LBA; é membro do IPCC e de sete outros painéis científicos internacionais. Foi membro da coordenação da área de Geociências da Fapesp, de 2000 a 2008, e é membro da coordenação do Programa Fapesp de Mudanças Globais e da Rede Clima do MCT. Em 2006, foi eleito fellow da American Association for the Advancement of Sciences. Em 2007, recebeu o prêmio de Ciências da Terra, da Academia de Ciências dos Países em Desenvolvimento (TWAS), e o Prêmio Dorothy Stang de Ciências e Humanidades, outorgado pela Câmara Municipal de São Paulo. Em 2009, foi agraciado com o título de Doutor em Filosofia Honoris Causa pela Universidade de Estocolmo, Suécia.

REYNALDO LUIZ VICTORIA

É Engenheiro Agrícola pela Universidade de São Paulo (1972) e, em 1977, recebeu certificado de uso do N-15 em Pesquisa Agrícola, pela Universidade de Saskatchewan, Canadá. Mestre em Energia Nuclear na Agricultura pela Universidade de São Paulo (1975), doutor em Agronomia (Solos e Nutrição de Plantas) pela Universidade de São Paulo (1980), completou pós-doutorado na Universidade da Califórnia-Davis (1982) e Universidade de Washington (1993). Atualmente, é professor titular da Universidade de São Paulo e assessor científico do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

MARINA SILVA
ASSOCIADA HONORÁRIA

Licenciada em História pela Universidade Federal do Acre (1985) e pós-graduada em Psicopedagogia. Foi vereadora, deputada estadual, senadora por dois mandatos (1995 a janeiro de 2011) e Ministra do Meio Ambiente (2003 a maio de 2008). Em 2010, candidatou-se à Presidência da República pelo Partido Verde. Em quase 30 anos de vida pública, recebeu muitos prêmios nacionais e internacionais por seu trabalho em defesa do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável. Entre eles, o "2007 Champions of the Earth", principal prêmio da ONU na área ambiental; a medalha Duque de Edimburgo, em reconhecimento à sua trajetória e luta em defesa da Amazônia brasileira – prêmio mais importante concedido pela Rede WWF; e, em 2009, o prêmio "Climate Change Award", da Fundação Príncipe Albert II de Mônaco, em reconhecimento à sua contribuição para projetos na área do meio ambiente, ações e iniciativas conduzidas sob a ótica do desenvolvimento sustentável.

Coordenação Técnica



DANIEL NEPSTAD
DIRETOR DO PROGRAMA
CENÁRIOS PARA A
AMAZÔNIA E DO PROGRAMA
INTERNACIONAL

Ecológo florestal, sua pesquisa aborda as respostas da Floresta Amazônica às mudanças climáticas e ao fogo, e a avaliação integrada dos cenários políticos. Seu trabalho em meio ambiente foca o desmatamento de florestas tropicais, desenvolvimento de baixas emissões e a transformação dos mercados de commodities. Publicou mais de 115 artigos e livros. Nepstad atuou como presidente fundador do IPAM, cofundador da Aliança da Terra e cofundador da Mesa Redonda sobre Soja Sustentável (RTRS). É membro do Conselho da Forest Trends e do Grupo Consultivo Externo dos programas florestais do Banco Mundial, e foi selecionado como Autor Líder de capítulo do "Fifth Assessment" do IPCC. Foi pesquisador do Woods Hole Research Center até setembro de 2010 e chefe do Programa de Conservação Ambiental da Gordon and Betty Moore Foundation de 2008 a 2009. Recebeu o Prêmio Pew Conservation Scholar em 1994.



DAVID MCGRATH
DIRETOR DO PROGRAMA
MANEJO COMUNITÁRIO DE
VÁRZEA E FLORESTAS

Também conhecido por Toby, é um geógrafo que, em colaboração com a organização parceira do IPAM nos Estados Unidos, o Woods Hole Research Center, trabalha para desenvolver políticas e negociações institucionais para o cogerenciamento da área de várzea da Amazônia e de florestas de terra firme por comunidades tradicionais. Em um nível mais amplo, McGrath trabalha na interface entre conservação, uso de terra e desenvolvimento de políticas na Bacia Amazônica. É Ph.D. em Geografia pela Universidade de Wisconsin-Madison e é membro do corpo docente da Universidade Federal do Pará, em Belém.



OSVALDO STELLA
DIRETOR DO PROGRAMA
MUDANÇAS CLIMÁTICAS

É Engenheiro Mecânico pela Unicamp, mestre em energia pela USP e doutor em Ecologia e Recursos Naturais pela UFSCar. Seu trabalho está focado no desenvolvimento de atividades e ações para a manutenção de florestas em pé, restauração de áreas florestais degradadas e pagamento por serviços ambientais e estruturação de mercados de carbono. Em 2004, foi cofundador da ONG Iniciativa Verde, que iniciou o primeiro sistema de compensação de emissões de gases de efeito estufa através do reflorestamento de áreas degradadas do Brasil. Até o presente, essa iniciativa promoveu o plantio de mais de 500.000 árvores. Em 2007, entrou para a equipe de Mudanças Climáticas do IPAM como coordenador de Projetos. Hoje, como diretor do Programa de Mudanças Climáticas, desenvolve ações visando à criação de modelos de desenvolvimento e produção baseados na manutenção da floresta em pé e na recuperação de áreas degradadas acoplados a sistemas de pagamento por serviços ambientais. Desde 2008, possui um boletim semanal sobre meio ambiente na Rádio CBN.

como ferramenta de subsídio às discussões sobre políticas públicas que fomentem a redução de emissões por desmatamento e degradação florestal.



MARCOS XIMENES PONTE
COORDENADOR DO
PROJETO RECUPERAÇÃO
PRODUTIVA DE PEQUENAS
PROPRIEDADES DA BR-230

Realizou pós-doutorado na University of Missouri - Columbia, MU, EUA (1997-1998); doutorado em Engenharia Aeronáutica e Mecânica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (1980); mestrado em Ciências Térmicas pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (1976). Graduado em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Pará (1973), graduado em Licenciatura em Matemática pela Universidade Federal do Pará (1973). Foi professor associado II (1970 a 2009) e reitor da UFPA (1994/1997). Atualmente é diretor do Instituto de Engenharia e Geociências da Universidade Federal do Oeste do Pará. Possui experiências na área de Economia com ênfase em Economia dos Recursos Naturais, atuando principalmente em temas como gestão sustentável, governança, energia, análise de ciclo de vida e estratégia regional.



ANE ALENCAR
COORDENADORA DE
GEOPROCESSAMENTO

Formada em Geografia pela Universidade Federal do Pará, com mestrado em Sensoriamento Remoto e Sistema de Informação Geográfica pela Universidade de Boston e doutorado em Recursos Florestais e Conservação pela Universidade da Flórida. Seu principal foco de pesquisa tem sido entender os impactos das mudanças climáticas e da fragmentação florestal causada pelo desmatamento na ocorrência e aumento dos incêndios florestais na Amazônia brasileira. Além disso, tem coordenado as iniciativas do Instituto no desenvolvimento de sistemas de monitoramento de estoque e perda de carbono florestal e monitoramento do desmatamento para apoiar o desenvolvimento de projetos de REDD. Faz parte do programa Cenários para a Amazônia, o qual integra experiências de planejamento participativo do desenvolvimento de dois corredores econômicos, as rodovias BR-163 no Pará e Transoceânica no Acre. Sua pesquisa envolve o desenvolvimento de cenários de uso da terra



**ROSANA GISÉLE CRUZ
PINTO DA COSTA**
COORDENADORA DOS
PROJETOS PLANEJAMENTO
REGIONAL BR-163 E
MANEJO INTEGRADO DE
PROPRIEDADES FAMILIARES

Engenheira Agrônoma, especialista em Campesinato e Pequena Produção Agrícola, mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável e pesquisadora do IPAM. Tem desenvolvido trabalhos de pesquisa e assessoria técnica nas áreas de planejamento e desenvolvimento territorial, planejamento e desenvolvimento de unidades produtivas familiares, organização e participação social. Pelo IPAM, é coordenadora técnica de projetos executados na área de abrangência da rodovia Cuiabá-Santarém, com apoio do MMA, FAO, Cáritas Brasileira, Codeter BR 163, FMS BR 163, Codeter BAM, Fetagri BAM e Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da mesma região.

Programa Cenários para amazônia



A tua com abordagens integradas e inovadoras, que buscam desenhar e apoiar a implementação de planos de desenvolvimento rural integrado, além de promover a transformação de mercados para favorecer cadeias produtivas sustentáveis, utilizando pesquisa para capacitar e subsidiar grupos, organizações e tomadores de decisões

nas agendas de baixas emissões. Busca ainda, entender a sustentabilidade do sistema ecológico e climático, e os impactos das políticas de desenvolvimento, conservação e governança, através da projeção de cenários de futuros plausíveis e suas consequências ambientais, sociais e econômicas, tornando-se uma importante ferramenta de influência política.





Equipe

Daniel Nepstad (ecólogo, doutor em Ecologia Florestal; diretor do programa Cenários para a Amazônia e Programa Internacional)

Adilson Coelho (técnico de campo)

Anaiza Portilho (turismóloga; administradora de programas)

Andréa Azevedo (bióloga, doutora em Desenvolvimento Sustentável; pesquisadora)

Ane Alencar (geógrafa, doutora em Recursos Florestais e Conservação; coordenadora do núcleo de geoprocessamento)

Ângela Oster (técnica em gestão ambiental; assistente administrativo)

Darlisson Nunes da Costa (graduando em gestão ambiental; técnico de campo)

Ebis Pinheiro (técnico de campo)

Elsa Mendoza (engenheira florestal, mestre em ecologia e manejo de recursos naturais; gerente regional Rio Branco)

Gracildo Cordeiro Cunha (graduando em gestão ambiental, técnico de campo)

Gracindo Jr. Cordeiro Cunha (graduando em gestão ambiental, técnico de campo)

Iracema Moll (bióloga, assistente de pesquisa)

Isabel Castro (engenheira florestal, mestre em Ciências Florestais; assistente de pesquisa)

Jefferson Rodrigues da Silva (graduando em gestão ambiental; técnico de campo)

Josimar da Costa (graduando em ciências biológicas; estagiário)

Julie Messias e Silva (comunicadora social-jornalista; assistente de comunicação)

Marcelo C. C. Stabile (engenheiro agrônomo, doutor em Agricultura com foco em Modelagem de Uso da Terra na Universidade; pesquisador)

Mires Nascimento (graduanda em tecnologia gestão de recursos humanos; estagiária)

Osvaldo Portela (técnico de campo)

Oswaldo Carvalho Jr. (biólogo, doutorando em Conservação de fauna e agronegócios; gerente regional Canarana)

Paulo Brando (engenheiro florestal, doutor em Ecologia Interdisciplinar; pesquisador)

Raimundo José Goldschmidt (técnico de campo)

Raimundo Quintino (técnico de campo)

Roberta Cury (bióloga, assistente de pesquisa)

Sandro Rocha (graduando em administração, técnico de campo)

Sebastião do Nascimento (técnico de campo)

Sonaira Souza da Silva (engenheira agrônoma, mestre em Produção Vegetal com ênfase em agricultura familiar; assistente de pesquisa)

Tayana Pinheiro da Silva (graduanda em engenharia florestal, estagiária)

Valderli Jorge Piontekowski (graduando em engenharia florestal, estagiário)

Wanderley Rocha (biólogo, mestrando em Ecologia e Conservação; assistente de pesquisa)



Florestas nativas de Produção Brasileiras

"A floresta amazônica, além de seus diversos recursos ecossistêmicos, também gera renda. A exploração de madeira manejada possui alta demanda mundial, sendo a Amazônia grande detentor desta matéria-prima. Analisamos as questões de oferta e demanda do setor madeireiro, visualizando projeções futuras que permitam a exploração de forma racional e com conservação do patrimônio sociocultural e de diversidade biológica".

ANE ALENCAR

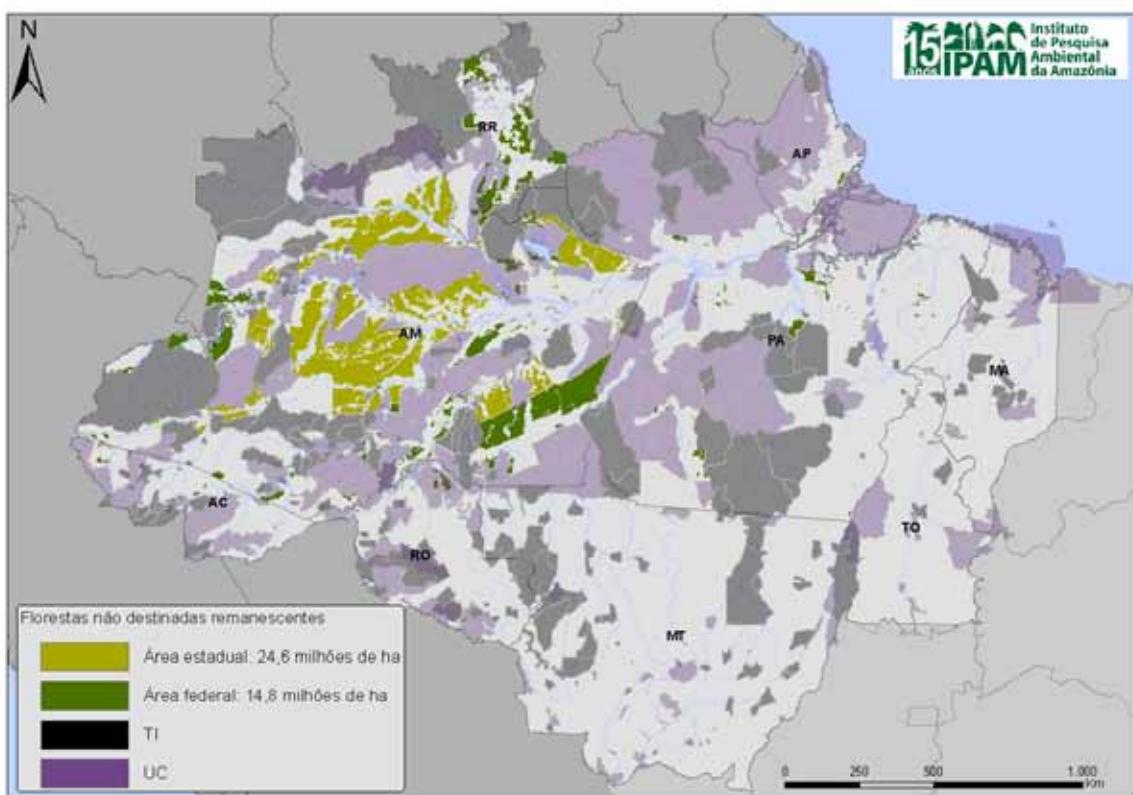
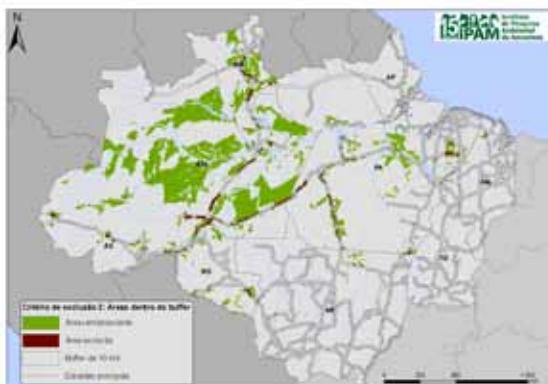
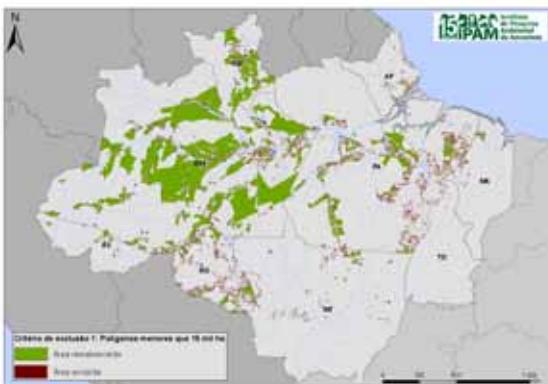
O que é?

Estudo desenvolvido com objetivo de atender estrategicamente a demanda por madeira proveniente de manejo florestal em florestas nativas brasileiras, com foco na Amazônia, e, ao mesmo tempo, preservar as funções ecológicas desses ecossistemas, com benefícios locais e globais.

A abordagem baseou-se na questão de oferta e acesso aos recursos de florestas nativas e as medidas necessárias para que se assegure o abastecimento dos mercados, garantindo o desenvolvimento regional, a redução de pobreza e mantendo os benefícios ecológicos prestados por esses ecossistemas.

O que foi feito

- Análise da produção florestal em áreas de florestas nacionais, reservas extrativistas, fora de unidades de conservação e glebas públicas não destinadas;
- Identificação de medidas estratégicas de curto prazo para sustentabilidade do mercado de madeira de florestas nativas como: (i) destinação de florestas públi-
- cas ainda não estimadas para uso florestal; (ii) inserção de Unidades de Conservação (UC) de uso sustentável no mercado florestal; (iii) Fomento à melhoria tecnológica das empresas/cooperativas de base florestal; (iv) gestão florestal na esfera pública com competências bem definidas e lacunas sanadas;
- Análise do potencial de exploração florestal: área de potencial para manejo, produção mínima esperada e produção máxima esperada;
- Mapas resultantes da aplicação de critérios de exclusão de áreas com potencial conflito com outros usos da terra sobre o mapa de florestas públicas ainda não destinadas. Os critérios de exclusão foram (1) polígonos de florestas menores de 15 mil ha; (2) área de 10 km ao redor de estradas; (3) proximidade com áreas densamente desmatadas; e (4) áreas densamente povoadas. O mapa final indica as áreas florestais que poderiam ser destinadas para produção florestal com mínimos conflitos sociais;
- Estudo do estoque de carbono com base nas estimadas de Saatchi et al. (2007), como forma de análise da importância de áreas potenciais para exploração florestal na manutenção e emissão de carbono;





- Legenda do mapa: Mapas replicantes da aplicação de créditos de exclusão de áreas com potencial conflito com outros usos da terra sobre o mapa de florestas públicas ainda não destinadas. Os créditos de exclusão foram (1) polígonos de florestas menores de 15 mil ha; (2) área de 10 km ao redor de estradas; (3) proximidade com áreas densamente desmatadas; e (4) áreas densamente povoadas. O mapa final indica as áreas florestais que poderiam ser destinadas para produção florestal com mínimos conflitos sociais.
- Destinação de florestas públicas ainda não destinadas para uso florestal;
- Inserção de Unidades de Conservação de uso sustentável no mercado florestal;
- Fomento à melhoria tecnológica das empresas/cooperativas de base florestal;
- Gestão florestal na esfera pública com competências bem definidas e lacunas sanadas.

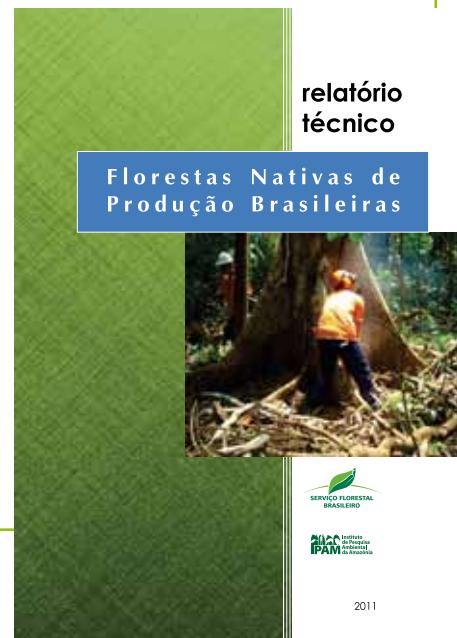
Conclusão do estudo

- Em cenário de aumento da demanda mundial por produtos florestais, o Brasil tem enormes vantagens competitivas em razão de sua posição no mercado e vastas florestas nativas, em sua maioria em áreas públicas;
- Estimativas de madeira em toras oriundas de fontes ilegais na Amazônia estavam em torno de 36% (4,7 milhões de m³) em 2009, considerando os planos de manejo aprovados e autorização de desmatamento (Pereira *et al.*, 2010);
- As estimativas da oferta de madeira em tora (em m³) proveniente de áreas privadas e assentamentos até 2030, devem reduzir de 12 milhões de m³ para 6 milhões de m³.
- A produção florestal da Amazônia será cada vez mais dependente das áreas de florestas públicas. Desta forma, as florestas públicas ainda não destinadas assumem importância vital para a economia florestal;
- As áreas públicas podem ser o caminho mais rápido para associar fontes legais de recursos madeireiros com conservação, incluindo os compromissos governamentais assumidos de redução de emissões de gases de efeito estufa;
- As áreas de produção florestal podem contribuir para a redução de emissão de gases de efeito estufa, com potencial de emissão evitada de carbono gerado pelo desmatamento futuro de 1,5 GTon CO₂ até 2020 (corresponderia a 25% da emissão a ser evitada via desmatamento até 2020).
- O estudo apontou algumas medidas estratégicas de curto prazo para sustentabilidade do mercado de madeira de florestas nativas:

MELHORES MOMENTOS



- **Publicação** e Lançamento em Brasília do Relatório "Florestas Nativas de Produção Brasileiras" – Disponível para download em <http://bit.ly/IPAM612>



EQUIPE: Claudia Azevedo, José Humberto Chaves, Marcelo Arguelles, Ane Alencar, Isabel Castro.

PARCERIAS: Governo Federal do Brasil, Ministério do Meio Ambiente e Serviço Florestal Brasileiro.

FINANCIADORES: Climate and Land Use Alliance (CLUA)



Entendendo a redução do desmatamento na Amazônia

"O desmatamento tem reduzido drasticamente na Amazônia principalmente nos últimos sete anos. Muitas pesquisas têm sido feitas para avaliar o impacto das forças do mercado nessa redução, mas pouco tem sido feito para detalhar e analisar o papel das políticas públicas de controle do desmatamento e acesso ao crédito."

ANE ALENCAR

O que é?

Busca analisar o padrão espacial e a dinâmica do desmatamento nos municípios da Amazônia legal com intuito de selecionar aqueles que mais reduziram o corte de suas florestas nos últimos anos. Foi selecionado um grupo de 88 municípios, incluídos os municípios com maior taxa histórica de desmatamento, para avaliar o efeito das políticas de restrição ao crédito, fiscalização e regularização fundiária na dinâmica do desmatamento da região.

Linhas e estratégias de ação

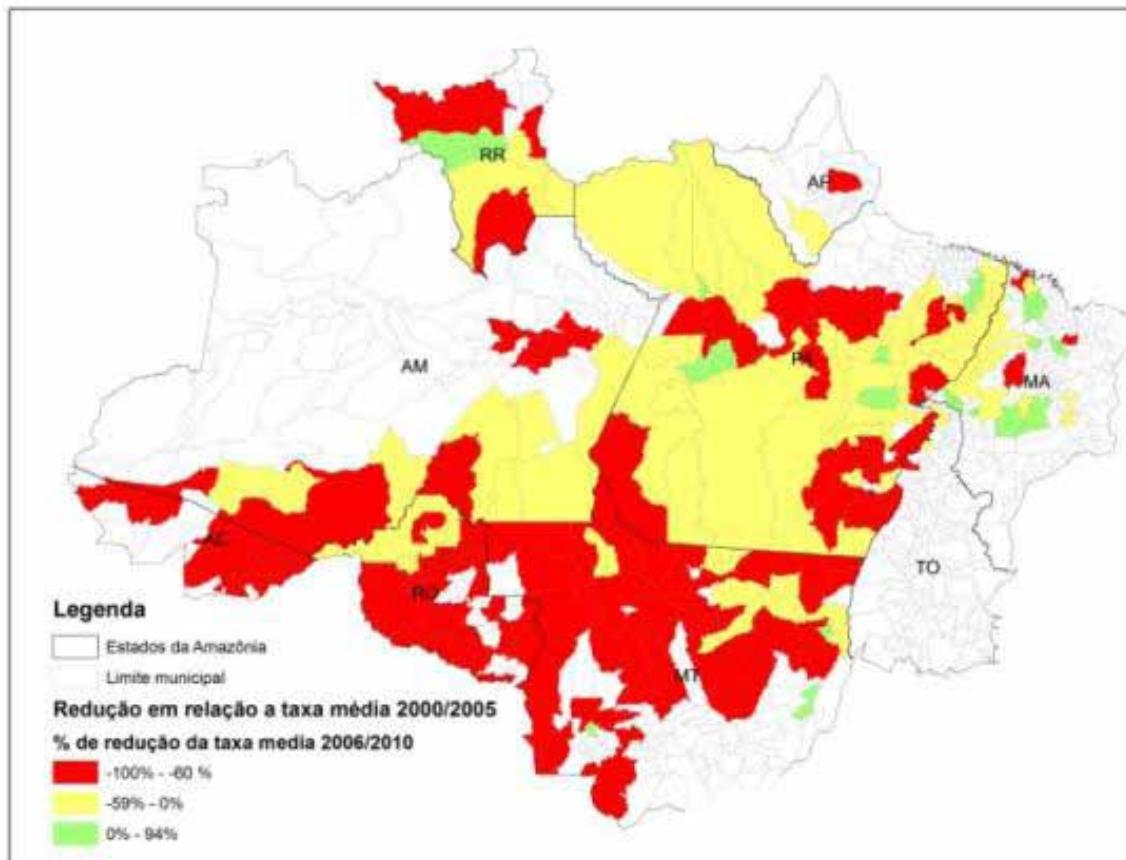
- Levantamento das principais iniciativas de políticas públicas que podem ter contribuído para a redução do desmatamento na Amazônia, principalmente aquelas ligadas à fiscalização, crédito e regularização fundiária;
- Incorporação de variáveis econômicas na segunda fase do estudo.

O que foi feito

- Análise da dinâmica do desmatamento em todos os municípios da Amazônia para identificar aqueles que mais reduziram o corte raso (desmatamento total) de florestas nos últimos 5 anos.
- Criação de um banco de dados com informações sobre crédito, fiscalização e regularização fundiária nos municípios críticos e naqueles que mais reduziram o desmatamento nos últimos cinco anos.
- 28 entrevistas com atores chave do governo, instituições financeiras, sociedade civil e setor agropecuário em seis diferentes municípios da Amazônia Legal.



FIGURA: Municípios com maior redução na taxa de desmatamento
(Redução média maior que 60% no período entre 2006/2010 em relação a 2000/2005)



INDICADORES



- ✓ **Relatório** com linha do tempo de políticas públicas que contribuíram para a redução do desmatamento;
- ✓ **Banco** de dados com informações municipais relacionadas às principais políticas de crédito e controle do desmatamento.

EQUIPE: Ane Alencar, André Lima, Andréa Azevedo, Marcelo Stabile, Daniel Nepstad, Cláudia Stickler, Isabel Castro.

PARCERIAS: Ecoideias.

FINANCIADORES: Climate and Land Use Alliance (CLUA) e Gordon e Betty Moore Foundation.



Avaliando o papel dos Planos de Prevenção e Controle dos Estados da Amazônia: o caso do Mato Grosso

"Esse monitoramento é essencial para balizar a eficácia e aperfeiçoamento das políticas públicas que envolvem o uso do solo e o desenvolvimento socioeconômico da região".

ANDREA AZEVEDO

O que é

Avalia a implementação do Plano de Prevenção e Controle de Desmatamento e Queimadas do Mato Grosso (PPCDQ-MT) e propõe o desenho de um sistema de monitoramento independente, denominado Sistema de Monitoramento de Impacto do Desmatamento (SISMID), como mecanismo de acompanhamento dos impactos dos planos de controle de desmatamento dos estados da Amazônia legal, pela sociedade civil organizada.

O que foi feito

- Desenvolvidos indicadores utilizando como estudo de caso o "Plano Estadual de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do Mato Grosso (PPCDQ- MT)", que aponta os principais gargalos relacionados a sua implementação e avalia a viabilidade de monitoramento dos indicadores propostos no Plano;
- Utilização da avaliação do PPCDQ-MT como base para a elaboração do Sistema de Monitoramento de

Impacto do Desmatamento (SISMID), como um mecanismo de monitoramento focado nos indicadores de impactos mais relevantes dos eixos temáticos dos planos estaduais de prevenção e controle do desmatamento (PPCDs), com o objetivo de analisar possíveis impactos dessas políticas na redução do desmatamento da Amazônia.

- Análise da implementação do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do Mato Grosso (PPCDQ-MT) e avaliação dos indicadores deste plano e sua acessibilidade. Além do PPCDQ-MT, foram analisados os outros planos de prevenção e controle do desmatamento dos estados da Amazônia de forma a subsidiar o desenvolvimento e proposição do SISMID, um sistema de monitoramento do impacto de políticas de prevenção e controle do desmatamento baseado em indicadores chave.



Avaliação

Os planos de prevenção e controle do desmatamento são fundamentais para direcionar e engajar os governos estaduais e federal em uma agenda integrada de ações estruturais e de governança que podem sustentar, ao longo prazo, a redução do desmatamento na região Amazônica. O Mato Grosso, que historicamente exibia as maiores taxas de desmatamento da região, hoje tem reduzido consideravelmente a derrubada de suas florestas. Esta redução foi, em parte, relacionada à retração do mercado de commodities, queda dos preços de seus principais produtos (soja, carne, etc), aumento dos preços dos insumos agrícolas e pela crise financeira internacional (Nepstad et al. 2006b, Azevedo 2009). Entretanto, políticas públicas de comando e controle e regularização fundiária também tiveram sua parcela de contribuição nesta redução (Soares Filho et al. 2010).

Neste sentido, o PPCDQ-MT surge como uma ferramenta importante de políticas públicas para trazer sustentabilidade a esta redução, pois reúne um conjunto de ações que atacam as principais forças motrizes do desmatamento, como aquelas relacionadas ao aprimoramento e fortalecimento dos mecanismos de comando e controle; ao andamento do processo de regularização ambiental e ordenamento fundiário e ao estímulo e valorização as atividades produtivas sustentáveis.

Para que tal instrumento de execução de políticas públicas seja efetivo, recomenda-se, de forma geral para os planos estaduais de controle de desmatamento:

- Repactuação com o novo governo estadual para ganhar força política e facilitar a integração de suas ações e articulação entre os órgãos executores;
- Articulamento entre as instituições governamentais responsáveis, com a participação da sociedade civil;
- Redefinição de alguns indicadores de forma a estabelecer metas claras de desempenho e uma linha de base comparativa;
- Indicação do orçamento existente e necessário para o cumprimento das ações do Plano, assim como aquelas ações que ficam prejudicadas por falta de orçamento;
- Implementação de um mecanismo de acompanhamento do desempenho das ações pela sociedade;
- Conexão das ações contidas no Plano com as metas de redução estadual.

MELHORES MOMENTOS



Realização do Seminário "Mecanismos e Subsídios para o acompanhamento das políticas de controle do desmatamento na Amazônia" realizado em 28 de fevereiro de 2011, em Brasília.

Dentre as principais recomendações do seminário, encontram-se:

- 1. Necessidade** de maior interação entre os governos estaduais e federal e a sociedade civil no desenvolvimento de estratégias de monitoramento de políticas de controle do desmatamento.
- 2. Necessidade** de haver uma repactuação dos planos de prevenção e controle de desmatamento nos estados.
- 3. Necessidade** de os governos compilarem e compartilharem as informações relacionadas à gestão ambiental com mais transparência e clareza



Seminário teve como objetivo reunir subsídios para aprimorar os mecanismos e estratégias de acompanhamento de políticas de controle do desmatamento pela sociedade civil.



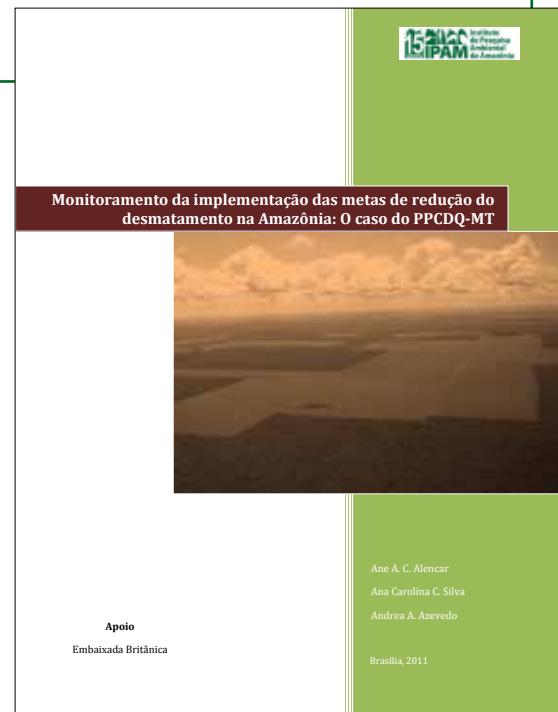
Perspectivas 2012

- Implantação do Sistema de Monitoramento de Impacto do Desmatamento (SISMID) em plataforma on-line.

PRODUTOS



- "Monitoramento da implementação das metas de redução do desmatamento na Amazônia: O caso do PPCDQ-M", disponível para download em bit.ly/IPAM586



EQUIPE: Ane Alencar, Ana Carolina Crisostomo e Andreea Azevedo.

PARCERIAS: Instituto Centro de Vida (ICV).

FINANCIADORES: Embaixada do Reino Unido e Climate and Land Use Alliance (Clua).



Zoneamento Sócio Econômico Ecológico do Mato Grosso

"O Zoneamento Sócio Econômico e Ecológico (ZSEE) é uma importante ferramenta de ordenamento territorial que, se bem utilizada, pode diminuir conflitos sobre os recursos naturais e reduzir a pressão sobre as florestas. Avaliar os impactos desse tipo de política no Mato Grosso é essencial para identificar os possíveis impactos deste instrumento político de gestão sobre as florestas do estado."

ANDRÉA AZEVEDO

O que é?

O Zoneamento Sócio Econômico Ecológico (ZSEE) do Mato Grosso tem uma trajetória de aproximadamente 20 anos na elaboração de seus estudos, no qual foram gastos por volta de 34 milhões de reais, além do envolvimento de técnicos e pesquisadores de várias instituições do Brasil.

A aprovação e sanção governamental em abril de 2011 resultou na lei 9523/2011, que está sendo fortemente contestada pela sociedade civil dentro do estado do Mato Grosso. Entre os motivos de contestação está a mudança entre as categorias de uso que foi realizada nos últimos meses antes da aprovação pela Assembleia Legislativa. Nesse sentido, a equipe técnica do IPAM, liderada pela cientista Claudia Stickler, procedeu um análise espacial para identificação dos impactos nas modificações da lei aprovada em relação ao projeto enviado pelo executivo em 2008.

A metodologia utilizada foi baseada em modelagem espacial levando em conta todo território do Mato Grosso, com o uso da plataforma do Dinamica EGO (<http://www.csr.ufmg.br/dinamica/>). Esse modelo tem resolução de 200 metros e foi calibrado e rodado com base em bacias hidrológicas, biomas ecológicos, e zonas definidas pelo(s)

ZSEE(s). Nele, as florestas e o cerrado obedecem aos critérios e normativas estabelecidas pelo Código florestal (Medida Provisória 2166/65) e outras políticas de ordenamento do solo, no caso, o ZSEE.

Principais resultados

Na mudança das categorias feitas no zoneamento aprovado não houve muita diferença em termos de desmatamento, por quê?

- O ZSEE Aprovado incorporou às áreas consolidadas grande parte da Categoria 2 do ZSEE Executivo, que já tinha 50% de floresta e 55% de cerrado desmatados;
- Como resultado, 59% de floresta e 67% de cerrado já estão desmatados na nova Categoria 1 do novo zoneamento. Em relação ao que havia no zoneamento do executivo na Categoria 1 (68% de desmatamento em floresta e 73% em cerrado) não houve muita alteração em termos de áreas já abertas.
- Entretanto, na comparação entre o zoneamento enviado pelo executivo (sem flexibilização) com o que foi aprovado (com flexibilização em todo estado) hou-



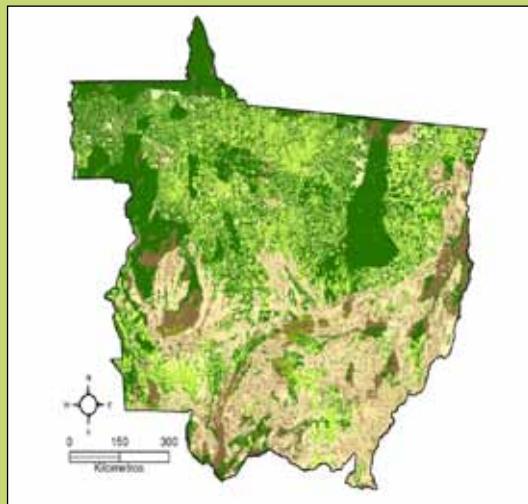
ve perdas expressivas, sobretudo em termos de áreas de regeneração que não serão efetuadas, principalmente pela severa diminuição nas áreas destinadas às unidades de conservação e da retirada de varias terras indígenas não homologadas. A Mudança de ZSEE Executivo para ZSEE Aprovado (com flexibilização do último) significa perdas de:

- 46 mil km² de floresta

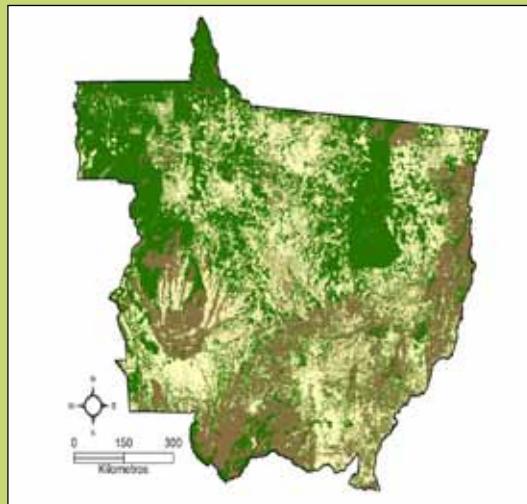
- 116 mil km² de cerrado
- 162 mil km² de área em regeneração
- 390 MtCO₂e (gás carbônico equivalente): Isso equivale a 40% de redução das emissões que o estado teve entre 2006 a 2010 por conta do declínio do desmatamento.
- Aumento de produção agropecuária e redução de desmatamento:

Cenários da cobertura florestal (verde escuro para floresta e areia para cerrado) e regeneração (verde claro) com e sem flexibilização da reserva legal de 80% para 50% no zoneamento executivo e no zoneamento aprovado

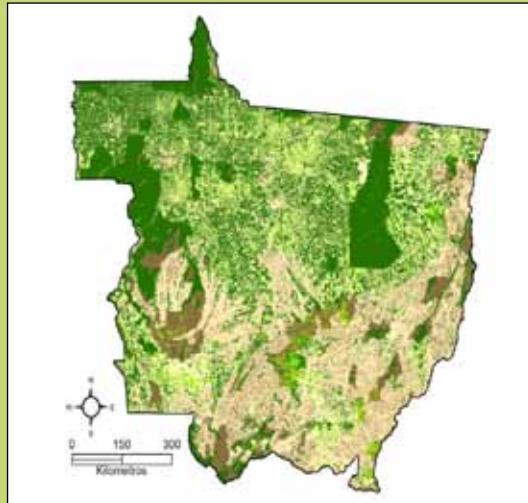
Atual (2007)



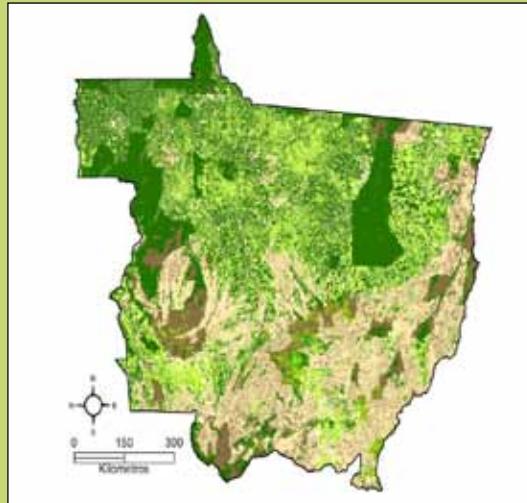
ZSEE Executivo - Sem Flex

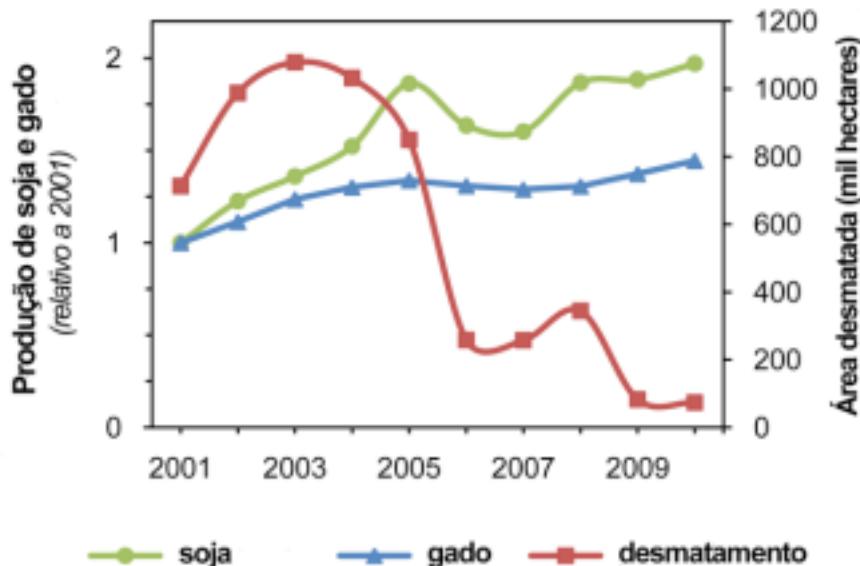


ZSEE Aprovado - Sem Flex



ZSEE Aprovado - Com Flex





Desmatamento no bioma Amazônico do Mato Grosso, toneladas de soja produzidas, e cabeças de gado produzidas entre 2001 e 2010. O aumento na produção corresponde a uma expansão de três milhões de hectares para o plantio (soja) e dez milhões de hectares para a pecuária (supondo uma cabeça de gado por hectare).

Referência do artigo: Marcia N. Macedo, Ruth S. DeFries, Douglas C. Morton, Claudia M. Stickler, Gillian L. Galford, and Yosio E. Shimabukuro. Decoupling of deforestation and soy production in the southern Amazon during the late 2000s. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, 109(4): 1341-1346. www.pnas.org/cgi/doi/10.1073/pnas.1111374109

O IPAM colaborou no estudo publicado na revista PNAS (Proceedings of the National Academy of Sciences) liderado pela pesquisadora Márcia Macedo. O estudo procura (1) esclarecer quais as trajetórias de uso da terra que explicam estes padrões e (2) analisar as tendências de mercado e iniciativas políticas que acompanharam esta redução no desmatamento.

Dentre os principais resultados evidenciou-se que: a) na primeira metade da década de 2000 o desmatamento estava correlacionado à expansão e produção de soja; na segunda metade da década, houve uma forte redução no desmatamento acompanhada pelo aumento contínuo da produção de soja; b) 2006 a 2010 a expansão da soja ocorreu principalmente em pastagens ou áreas degradadas, ao invés de provocar novos desmatamentos.

INDICADORES



- ✓ **PARTICIPAÇÃO** em 3 consultas públicas e 1 seminário sobre a minuta de REDD+ no Mato Grosso;
- ✓ **PARTICIPAÇÃO** em 5 reuniões do Grupo de Trabalho de REDD+ do Mato Grosso;
- ✓ **PARTICIPAÇÃO** no seminário social sobre o Zoneamento socioeconômico ecológico em Cuiabá para apresentação do estudo sobre o impacto das alterações do zoneamento;
- ✓ **PARTICIPAÇÃO** da oficina de 3 dias em Cuiabá para a elaboração do plano de agricultura de baixo carbono para o Mato Grosso;
- ✓ **CAPACITAÇÃO** indígena na oficina sobre REDD+ no Xingu e em Cuiabá;
- ✓ **COLABORAÇÃO** de 1 artigo em revista de repercussão internacional.



MELHORES MOMENTOS

- **Participação** nas consultas públicas de REDD+;
- **Oficina** para elaboração do plano ABC de Mato Grosso;



Avaliação

Os trabalhos no Mato Grosso têm evoluído, e a participação de vários encontros no estado tem ajudado a entender melhor os problemas na elaboração e implementação das políticas ambientais, bem como vislumbrar soluções factíveis.

Perspectivas para 2012

Continuidade do trabalho de análise e fortalecimento na implementação de políticas ambientais e realização de seminários no estado para divulgação dos resultados das análises.

EQUIPE: Andréa Azevedo, Marcelo Stabile, Bernhard Smid, Juliana Splendore.

PARCERIAS: Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Instituto Centro Vida (ICV).

FINANCIADORES: Climate Work Alliance, Fundação Moore.



Seminário social sobre o Zoneamento Socioeconômico Ecológico e Código Florestal, em Cuiabá, para apresentação do estudo sobre o impacto das alterações do zoneamento



Impactos das mudanças do código florestal no Mato Grosso e Acre

"A perspectiva de mudança no Código Florestal vai afetar diretamente muitos dos estados Amazônicos. Torna-se necessário saber como tais mudanças propostas irão afetar os estados. 'Espacializamos' o efeito da mudança de alguns dos artigos mais significativos do código no MT e AC".

CLAUDIA STICKLER

O que é

Os pesquisadores do IPAM utilizaram ferramentas de sistemas de informação geográfica (SIG) para avaliar espacialmente, nos estados do Mato Grosso e Acre, o impacto de cinco artigos do novo código florestal escolhidos como os pontos da reforma de consenso entre ambientalistas e ruralistas. Esta análise visou dar mais substância ao debate e negociações do texto no Senado Federal.

Linhas e estratégias de ação

Estas análises utilizaram como base os mapas de desmatamento do Prodes produzidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), os Zoneamentos Sócioeconômicos dos estados (MT e AC) indicando as áreas que seriam flexibilizadas para recuperação, a base de orthobacias como Proxy das propriedades, além da base hidrográfica detalhada do SIPAM (Sistema de Monitoração da Amazônia) na escala de 1:100.000 para os cálculos que envolveram a Área de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal (RL).

O que foi feito

- **Cômputo da APP na Reserva legal:** Utilizando os dados das Ottobacias (tipografia hidrográfica) para os estados do Mato Grosso e Acre, foram calculados quatro cenários de passivo e ativo de forma a estimar a significância do cômputo da APP na reserva legal em relação à área disponível para produção e sem exigência de recomposição, além das áreas que podem ser usadas para compensação;
- No Mato Grosso estes cálculos também foram feitos para as propriedades do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e do Sistema de Licenciamento Ambiental em Propriedades Rurais (SLAPR) que ocupavam aproximadamente 30% do território do estado fora das áreas protegidas, como forma de validar os dados de APP e RL extraídos a partir das Ottobacias;
- **O ZEE como instrumento de flexibilização:** análise avaliou o efeito da flexibilização de 50% da RL nas zonas de consolidação e expansão propostas pelos ZEE do Acre e Mato Grosso na liberação de áreas produtivas e custos de recomposição;
- **A possibilidade de compensação da Reserva Legal (MT):** Nesta análise o cálculo de ativos e passivos



foi agregado por município. Assim foi possível fazer um mapa dos municípios com ativo que poderia alimentar o mercado de compensação;

- **Municípios verdes:** Nesta na análise foram identificados os municípios da Amazônia que têm mais de 50% de sua área destinada a conservação (Áreas Protegidas), podendo assim flexibilizar o tamanho da reserva legal de suas propriedades. O resultado desta análise foi um mapa com as áreas passíveis de flexibilização de acordo com este critério;
- **Isenção das áreas desmatadas até 1996:** Nesta análise foram utilizadas as Ottobacias para identificar áreas isentas de recomposição dos 80% de RL que foram afetadas pela medida provisória de 1996.

PRODUTOS



- **Relatório** com linha do tempo de políticas públicas que contribuíram para a redução do desmatamento;
- **Banco** de dados com informações municipais relacionadas às principais políticas de crédito e controle do desmatamento;
- **Relatório** para a Comissão do Meio Ambiente sobre a reforma do código florestal "Reforma do Código Florestal: qual o caminho para o consenso?";

INDICADORES

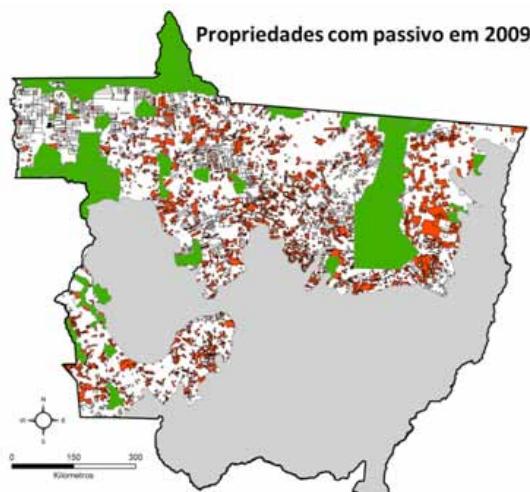


- ✓ **ELABORAÇÃO** de cenários considerando não só a reforma do código, mas também o Zoneamento Estadual;
- ✓ **VÁRIAS** das mudanças propostas pelo IPAM foram incorporadas ao texto do Código Florestal que foi para o Senado;
- ✓ **APRESENTAÇÃO** para os Governos do MT e AC dos resultados da pesquisa;
- ✓ **ESTIMATIVA** de custos de recuperação para acabar com passivo ambiental nos estados.

EQUIPE: Claudia Stickler, André Lima, Ane Alencar, Isabel Castro, Daniel Nepstad

PARCERIAS: EDF e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

FINANCIADORES: CLUA e Gordon e Betty Moore Foundation e Environmental Defense Fund (EDF).





Fortalecendo a gestão ambiental na região da Amazônia Sul-Ocidental brasileira (Consórcio MABE – Manejo Ambiental de Bacias e Estradas)

"Em função do conjunto de obras de infraestrutura no estado do Acre (asfaltamento da BR-364) que tem provocado o avanço do desmatamento e de atividades econômicas não indicadas para a região, faz-se necessário o conhecimento da sua dinâmica de ocupação para um planejamento territorial sustentável e eficiente."

ELSA R.H. MENDOZA

O que é

O consórcio tem o objetivo de compreender a dinâmica de ocupação da Amazônia Sul-Ocidental brasileira e propor soluções para um desenvolvimento sustentável. Para tanto, foram analisados os impactos das obras de infraestrutura que alimentam a construção de cenários futuros e auxiliam na capacitação de líderes locais.

Linhas e estratégias de ação

- Avaliação da situação atual do desmatamento e biodiversidade da região;
- Modelagem e cenários de dinâmica do uso da terra na Amazônia Sul-Ocidental;
- Capacitação em gestão ambiental (planejamento regional, modelos e manejo de recursos naturais);
- Criação de planos de desenvolvimento sustentável ao longo das estradas com conexão aos portos do Oceano Pacífico.

Avaliação

O Consórcio MABE tornou-se uma iniciativa concreta. Um grande experimento que conseguiu envolver diferentes organizações e incentivar a geração de modelos de planejamento de forma participativa, visualizando a maximização do potencial da implementação das grandes obras de infraestrutura e a minimização dos impactos negativos das mesmas, para realização de uma melhor gestão dos territórios.

Ao final do projeto foram obtidos produtos científicos e técnicos que podem subsidiar políticas públicas, bem como tomadores de decisão da sociedade civil organizada.

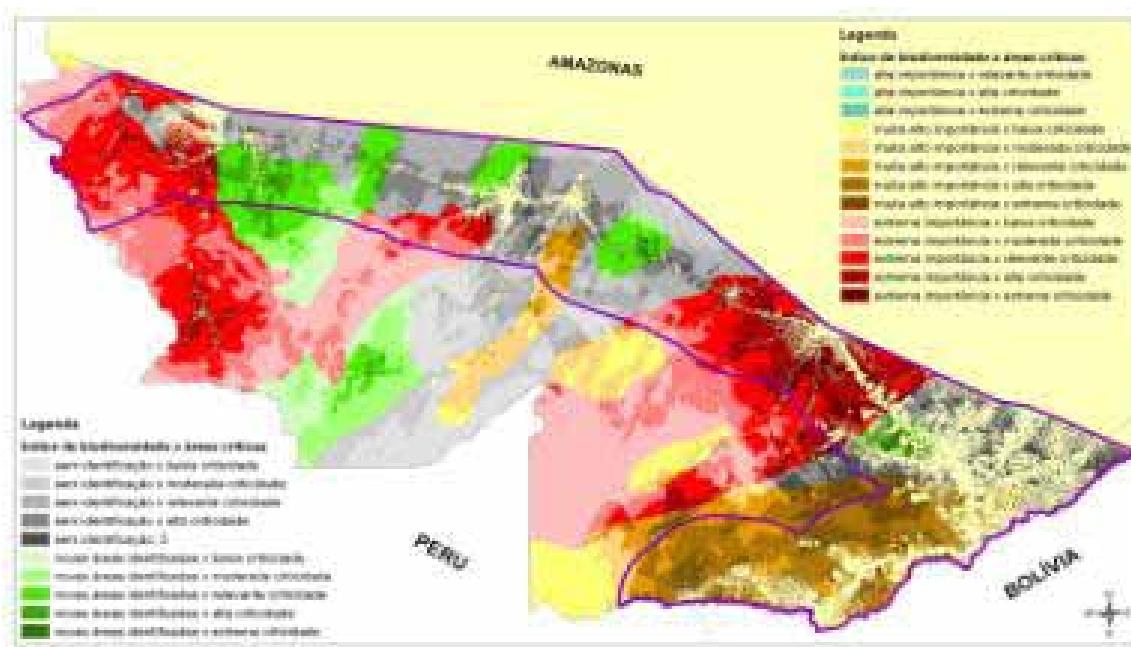
A experiência do Consórcio MABE confirmou a importância de construir laços de confiança e colaboração mútua, através do trabalho individual e/ou de organizações, para atender finalidades maiores e coletivas, sendo que este foi um dos elementos-chave para o alcance das metas estabelecidas.



O que foi feito em 2011

- Mapeamento de forma integrada de áreas críticas ao avanço do desmatamento com diferentes níveis de biodiversidade, que identificou áreas que ainda não foram estudadas e que são propensas ao desmatamento.

- Formado um grupo de trabalho para a realização do estudo preliminar sobre vulnerabilidade das florestas do estado do Acre aos incêndios florestais, com uso do software livre Dinamica EGO. Participaram oito instituições governamentais e de pesquisa do referido estado (SOS Amazônia, IPAM, IMAC, SEMA, ZEAS, SEMEIA, Corpo de Bombeiros e UCEGEO).



Mapa de áreas críticas ao desmatamento no estado do Acre



Trem do Intercâmbio do Conhecimento na comunidade Santa Luzia município de Cruzeiro do Sul



Trem do Intercâmbio do Conhecimento na comunidade Porto Rubim no Rio Envira, município de Feijó



- Realizados estudos sobre o impacto do desmatamento sobre o regime hidrológico para as bacias Juruá, Madeira e Purus. O resultado deste estudo apontou que as bacias mais vulneráveis ao desmatamento são as do Juruá e Purus.
- Realização do diagnóstico do uso do solo no município de Feijó, no Acre, mediante a percepção local dos agricultores e governos. Este estudo foi complementado com o mapeamento e atualização dos ramais.
- Apoio no processo de fortalecimento das capacidades locais com a realização de diversos cursos e intercâmbios de conhecimento junto a agricultores e extrativistas, técnicos governamentais estaduais e municipais e povos indígenas. Cerca de 527 pessoas participaram das iniciativas.
- Realizadas três viagens de sete dias no Vale do Juruá para difundir informações sobre mudanças climáticas, dinâmica do uso da terra no estado do Acre, impactos de grandes obras de infraestrutura, manejo sustentável de produtos não madeireiros e alternativas ao uso do fogo agrícola. A atividade intitulada por "Trem do Intercâmbio do Conhecimento (TIC)" alcançou cerca de 600 pessoas.



Apresentação de mapas de uso da terra feito por comunitários do município de Feijó



Trem do Intercâmbio do Conhecimento sobre mudanças climáticas em escolas públicas de ensino médio



Elaboração da Minuta de Leis Municipais para o Alto Acre e Capixada através da parceria entre o Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Alto Acre e Capixaba (CONDIAC) e o IPAM.



MELHORES MOMENTOS



- **Elaboração** de acordos voluntários individuais de agricultores do município de Feijó com adoção de práticas de Bom Manejo do Fogo.



- **Apresentação** dos resultados do Consórcio MABE para mais de 100 representantes da sociedade civil: indígenas, pequenos agricultores, povos da floresta, gestores, técnicos e cientistas;



- As técnicas desenvolvidas pelo IPAM no curso de **Bom Manejo do Fogo** estão sendo utilizadas pelo Governo do Estado do Acre. Estas técnicas estão inseridas dentro do Plano Integrado de Prevenção, Controle e Combate às Queimadas e aos Incêndios Florestais do Estado do Acre, elaborado pela Comissão Estadual de Gestão de Riscos Ambientais (CGdRA);
- O IPAM integra o corpo científico do CEGdRA (Comissão Estadual de Gestão de Riscos Ambientais) com apoio na pesquisa, monitoramento, articulação, capacitação e divulgação de informações na área de gestão de riscos ambientais e mudanças climáticas com temáticas de ecologia do fogo e monitoramento dos pontos quentes.
- **Elaboração** de cartilha com dados de estudos e resultados de cursos, workshop e intercâmbios do Consórcio MABE;

EQUIPE: Elsa R.H. Mendoza; Sonaira Souza da Silva; Julie Messias e Silva, Tayana Pinheiro; Valderli Piontekowski; Britaldo Soares; Stephen Perz, Irving Foster Brown.

COLABORADORES: Paulo Moutinho, Ane Alencar, Rafaella Silvestrini; Monica de Los Rios, Sergioni Freitas, Maristela Lopes da Silva, Luzia Santos da Silva, Wallace Apurinã, Silton Melo, Adelson Gonçalves; Ricardo Melo, Edivan, Arthur Leite, Vangela Nascimento.

PARCERIAS: SOS Amazônia; Woods Hole Research Center (WHRC); University Florida (UF); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Acre (SEMA); Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS); Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Alto Acre e Capixaba (CONDIAC); Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Boca do Acre-AM e Feijó-AC e Embrapa.

FINANCIADOR: United States Agency for International Development (USAID).



Promovendo a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável de forma participativa na Amazônia Sul Ocidental

"Um dos destaques do projeto foi a atualização da Carta-Mensagem da Região MAP, construída através de um longo processo de reuniões, cursos e consultas a diversos segmentos da sociedade e representantes dos diferentes setores dos três países da região. Esta mensagem aborda a importância da região MAP e sua significativa contribuição na regulação do clima global e na mitigação das mudanças climáticas, além de recomendar ações que poderão minimizar os impactos e promover adaptação aos eventos extremos."

ELSA R.H. MENDOZA

O que é

Promoção de informações referentes a temas como: mudanças climáticas, negociações do clima, mercado de carbono e REDD na Região MAP (Madre de Dios – Peru, Acre-Brasil e Pando – Bolívia), com objetivo de gerar, através da difusão das informações, modelos econômicos que apontem as alternativas mais viáveis para a região e o fortalecimento institucional. Este projeto foi executado pela Universidade de Minas Gerais (UFMG), com apoio do Centro de Sensoriamento Remoto e do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), entre 2009 a 2011.

Linhos e estratégias de ação

- Realização de cursos e convênios para fortalecimento institucional na região;
- Avaliação do potencial da implantação de programas de REDD na região MAP;
- Consulta pública com participação dos principais stakeholders regionais (povos indígenas e comunidades tradicionais, pequenos agricultores, técnicos governamentais, fazendeiros e madeireiros) para a avaliação e levantamento de propostas e sugestões para o desenho de um programa de REDD para a região.



O que foi feito

- Cursos e workshops sobre mudanças climáticas negociações climáticas com diversos setores da sociedade civil como: agricultores, técnicos governamentais e não governamentais, empresários madeireiros e pecuaristas. Estes eventos fortaleceram os conhecimentos teóricos conceituais e práticos sobre mudanças climáticas, estimativas de carbono e a importância da floresta em pé. Ainda, durante o evento, foi construída uma carta com recomendações para a nova negociação do clima pós-2012.



Grupo de técnicos da região MAP de um dos cursos e workshops de mudanças climáticas e negociação do clima pós 2012

- Realização do "Workshop Sobre Alternativas de Desenvolvimento Econômico em Cenário de Mudanças Climáticas na Tríplice Fronteira – Acre, Peru e Bolívia com diversos segmentos da Região MAP).
- Procurou-se proporcionar o fortalecimento institucional dos governos de Madre de Dios – Peru, Acre – Brasil e Pando – Bolívia, mediante capacitações para seus técnicos, assessoramento com pesquisas específicas, organização, além de apoio nos eventos sobre mudanças climáticas e REDD junto as secretarias de mudanças climáticas e de meio ambiente.
- Construção de modelos espaciais de rentabilidade econômica de diversos usos da terra e custos de oportunidade para os Estados da Região MAP, que podem ser utilizados pelos governos e técnicos para intervenções que visam a conservação e valorização da floresta em pé.

- As cartas de recomendações elaboradas nos cursos de cada setor foram apresentadas e discutidas em um workshop final para elaboração de uma única carta que contém a visão de todos os setores. Este documento será apresentado em eventos públicos de âmbito local, regional, nacional e internacional em especial nas Conferências das Partes sobre o Clima (COPs) e na Rio + 20.



Carta Mensagem da região MAP



- Realização de cursos e oficinas de capacitação sobre o uso do software Dinamica EGO, com foco em modelos e cenários da dinâmica do uso da terra na região MAP, para técnicos dos governos, instituições não governamentais, universidades e centros de pesquisas dos três países.
- Realização, em julho de 2011, do segundo “Diagnóstico participativo do uso da terra” ao longo da Rodovia Interoceânica da região de Madre de Dios, avaliando os impactos positivos e negativos do asfaltamento desta estrada, com participação de representantes dos diversos setores e com apoio de sete prefeituras de Madre de Dios, Iñapari, Iberia, Tahuamanu, Las Piedras, Tambopata, Laberinto e Inambari.



Workshop final Mudanças Climáticas e negociação do clima pós 2012



Diagnóstico em Ibéria (PE)

- Firmação do convênio técnico-científico com o Governo Departamental Autônomo de Pando através de sua Secretaria de Meio Ambiente para apoio nas temáticas de mudanças climáticas, queimadas e incêndios florestais e monitoramento da dinâmica do uso da terra.



Pesquisadora do IPAM, Elsa Mendoza, fazendo abertura do evento.



INDICADORES



- ✓ **14** Cursos sobre mudanças climáticas, Bom manejo do Fogo em paisagens rurais, Sistemas florestais , Dinamica – Ego, monitoramento de focos de calor , Ecologia do fogo, etc.;
- ✓ **8** Workshops (mudanças do Clima, prevenção e controle de incêndios florestais e REDD);
- ✓ **7** Diagnósticos de uso da terra associado aos impactos da Rodovia Interoceânica no Departamento de Madre de Dios;
- ✓ **SISTEMA** de Incentivos a Serviços Ambientais do Estado do Acre (SISA-AC);
- ✓ **662** pessoas capacitadas em cursos e workshops trinacionais;
- ✓ **11** Folders informativos e 3 artigos científicos publicados sobre modelos e cenários elaborados para a Região MAP;
- ✓ **OS** custos de oportunidade de redução do desmatamento de Madre de Dios, Peru. (http://www.csr.ufmg.br/map/publication/folder_co_mdd_por.pdf)
- ✓ **1** Carta-Mensagem da Região MAP representada por 5 setores da sociedade civil.
- ✓ **15** matérias veiculadas em mais de 100 sites nacionais e internacionais;
- ✓ **10** matérias veiculadas em jornais impressos locais;
- ✓ **15** matérias veiculadas na TV local e internacional ;
- ✓ **6** entrevistas para TV local e 1 entrevista para documentário de TV escocesa.;

Recomendações

Após dois anos de projeto na região MAP e experiências de atuação direta com governos e sociedade, recomenda-se o assessoramento e capacitação ao quadro dos governos estadual e municipal de Madre de Dios – PE e Pando – BO, propondo a troca de informações e exemplos entre as diferentes dinâmicas das referidas regiões. A socialização de informações e consultas aos principais stakeholders da região MAP mostrou-se uma importante ferramenta para aumentar a participação pública na política de mudanças climáticas e conservação florestal, qual deve ser adotada pelas diferentes esferas políticas.

EQUIPE PERMANENTE: Biraldo Soares Filho, Elsa Mendoza, Fernando Manrique González, Foster Brown, Julie Messias, Sari Salazar e Sonaira Souza da Silva.

COLABORADORES: Ane Alencar, Armando Muñante del Castillo, Bernhard Smid, Bruno Racua, Jose Luis Moreira, Juan Fernando, Luz Mariana, Monica de Los Rios Reyes, Paulo Moutinho e Stephen Perz

INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES: Woods Hole Research Center (WHRC); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Governo Regional de Madre de Dios (Peru), Governo autônomo de Pando (Bolívia), Herencia (Bolívia); Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS); Grupo de Trabalho Amazônico (GTA); Consórcio MP (Peru); Servicio Nacional de Sanidad Agraria (SENASA/Peru); Conservación Ambiental y Desarrollo en el Peru (CAMDE/Peru); Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA/Brasil), ICRAF-PE, Embra- pa – AC, Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação do Clima (IMC / Brasil)

APOIO: Iniciativa MAP.

FINANCIADOR: Gordon and Betty Moore Foundation.



Subsídio técnico-científico ao Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais do Estado do Acre

“O SISA é uma iniciativa estadual inovadora que pode proporcionar o fortalecimento e alcance da preservação e conservação dos ativos ambientais, contribuindo, desta forma, para o desenvolvimento econômico sustentável das populações que vivem em harmonia com a floresta, e consolidação de uma economia de baixo carbono com inclusão social, garantindo a perpetuidade destas florestas para gerações futuras.”

DANIEL NEPSTAD

O que é

O estado do Acre estruturou a Política de Valorização do Ativo Ambiental Florestal, que busca incentivar cadeias produtivas sustentáveis e estabelecer políticas públicas que garantam e protejam a floresta em pé. Como parte desta política, o Acre está iniciando a implantação de um inovador Sistema de Incentivo a Serviços Ambientais, denominado SISA, criado pela Lei 2.308/2010 normatizada pelo Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação do Clima – IMC.

O SISA é um conjunto de princípios, diretrizes, instituições e instrumentos capazes de proporcionar uma adequada estrutura para o desenvolvimento do setor econômico, valorizando a conservação do meio ambiente por meio de incentivos a serviços ecossistêmicos. O IMC, que tem natureza autárquica, é o responsável por garantir a confiabilidade técnica e científica para o seu funcionamento, e para tal, firmou com o IPAM um Termo de Cooperação Técnico-Científica (n. 02/2011), visando a integração de ações e esforços para implementação de programas, projetos e estudos que subsidiem o SISA.

Linhas e estratégias de ação

- Assessoramento ao IMC e ao governo estadual com estudos científicos e modelos que subsidiem políticas de valorização da floresta em pé e dos povos da floresta.
- Subsídio de informações científicas a partir dos estudos relacionados à rentabilidade do uso da terra e custo de oportunidade, situação do estoque florestal e dinâmica do desmatamento no estado do Acre, e linha de base e emissão evitada em publicações técnicas.

Avaliação

Neste momento, em que o mundo olha para as florestas tropicais como uma fonte rápida de compensação pelas emissões de gases do efeito estufa, é importante que sejam tomadas medidas de valorização e apoio à economia de transição, que enfatizem a necessidade de manter a floresta em pé. Diante deste cenário, o SISA se apresen-



ta como um modelo pioneiro que agrega preservação a desenvolvimento sustentável, priorizando a manutenção dos serviços ambientais e valorização das populações e produtores que delas dependem. O IPAM vem acompanhando o processo de criação do sistema SISA desde o início, e continuará apoiando sua regulamentação com a participação técnico - científica e apoio na socialização de informações e organização de eventos.

O que foi feito

- Estudos sobre a identificação das áreas mais vulneráveis ao desmatamento no estado do Acre;
- Apoio no processo de consulta públicas com agricultores e povos indígenas que subsidiou o SISA em seu processo repartição de benefícios e validação de estudos científicos, como a identificação de áreas críticas ao desmatamento elaborado pelo IPAM;
- Participação no processo de consulta pública com Organizações Não Governamentais sobre salvaguardas socioambientais específicas para o SISA;
- Apoio na discussão sobre métodos de estimativas de estoque de carbono durante o workshop “Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais”, realizado pelo IMC, em novembro de 2011;
- Subsídios de informações científicas de modelos de cenários de rentabilidade das principais cadeias produtivas (cana-de-açúcar, pecuária, borracha, castanha-do-Brasil e exploração madeireira de baixo impacto) para fomentar estimativas de custo de oportunidade e valoração da floresta em pé;
- Realização de oficinas de trabalho para socialização de iniciativas que apoiam políticas de incentivos a serviços ambientais como o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e o Projeto Assentamento Sustentável.
- Realização de estudos sobre a influência dos cenários de desmatamento do estado do Acre;
- Elaboração de estudos sobre linha de base e repartição de benefícios conforme análise de estoque e fluxo de carbono florestal, e ainda sobre a rentabilidade das principais cadeias produtivas, como subsídio para políticas públicas de valorização dos produtos florestais.
- Realização com diversos segmentos da sociedade de Madre de Dios-Peru, Acre-Brasil e Pando-Bolívia (Região MAP) um Workshop sobre Alternativas de De-

senvolvimento Econômico em Cenário de Mudanças Climáticas na Tríplice Fronteira – Acre, Peru e Bolívia, sendo coordenado pela Embrapa-Acre, IMC e IPAM.

MELHORES MOMENTOS



- **Convite** do IMC ao pesquisador Daniel Nepstad para integrar o comitê científico de avaliação do SISA;
- **Elaboração** dos modelos de rentabilidade das principais cadeias produtivas (cana-de-açúcar, pecuária, borracha, castanha-do-Brasil e exploração madeireira de baixo impacto);
- **Assinatura** do Termo de Cooperação Técnica (nº 002/2011) entre IPAM e IMC.

EQUIPE PERMANENTE: Daniel Nepstad; Ane Alencar; Elsa R.H. Mendoza; Sonaira Souza da Silva; Julie Messias e Silva; Andréa Azevedo; Marcelo Stabile; Foster Brown; Britaldo Soares Filho; Paulo Moutinho e Andre Lima.

INSTITUIÇÕES DE APOIO: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Woods Hole Research Center (WHRC).

FINANCIADOR: Climate and Land Use Alliance (CLUA) e Gordon and Betty Moore Foundation.



Mecanismos para financiamento de REDD+ e agricultura de baixo carbono

"Para o desenvolvimento de uma política de baixo carbono, incluindo REDD+, é fundamental que mecanismos financeiros sejam construídos tanto dentro dos países, como pela comunidade internacional"

ANDRÉA AZEVEDO

O que é?

Apesar do acúmulo de informações e interesse dos mais diferentes setores, que vão de comunidades indígenas e tradicionais até empresários, na utilização do Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação florestal (REDD+) como caminho para o desenvolvimento de uma política de baixo carbono na Amazônia, faltam mecanismos financeiros que impulsionem sua implantação na escala necessária. Discutir possibilidades de financiamento para manutenção de florestas e instrumentos financeiros voltados à REDD e também para uma agricultura de baixo carbono é uma das linhas de trabalho que o IPAM vem fortalecendo nos últimos anos.

Estratégia de ação

- Avaliar as possibilidades de criação de mecanismos financeiros para financiar atividades e ações que visam tanto a conservação de florestas, quanto a transição para uma agricultura menos intensiva em carbono.

Atividades

- Realização do workshop **"Diálogos sobre investimento em REDD+"**, no dia 11 de agosto de 2011, em Brasília. O objetivo desse encontro foi propiciar uma rodada de discussões técnicas com parceiros públicos e privados sobre as diversas possibilidades de financiamento para manutenção de florestas e instrumentos financeiros voltados à REDD+. O evento contou com apoio dos ministérios da Fazenda, Meio Ambiente (MMA) e Ciência e Tecnologia (MCT) e teve a participação de cerca de 50 convidados governamentais, de empresas e de organizações ligadas ao tema, como o Observatório do Clima e o Observatório de REDD.
- Elaboração de estudo para compreensão das barreiras referentes a tomada de crédito agrícola ligados à agricultura de baixo carbono. Além disso, foram elaboradas propostas de investimento para o setor privado que auxiliariam na transformação para uma agricultura de baixo carbono.



INDICADORES



- ✓ **REALIZAÇÃO** de workshop;
- ✓ **PUBLICAÇÃO** de matéria na newsletter do IPAM Clima e Floresta edição 35 sobre financiamento de REDD+;
- ✓ **26** entrevistas com produtores, governo e indústria, para entender as tendências do setor agrícola e pecuário;
- ✓ **ELABORAÇÃO** de um policy brief com os principais resultados do estudo.

Perspectivas

- Continuidade na discussão com o governo, iniciativa privada e sociedade civil sobre mecanismos financeiros para viabilizar uma agricultura de baixo carbono e conservação florestal;
- Apresentar propostas de investimentos elaboradas para o governo federal.

MELHORES MOMENTOS



- **Encontro** do governo, sociedade civil e investidores privados num mesmo local para discutir as possibilidades de financiamento para conservação de florestas.

EQUIPE: Daniel Nepstad, Andréa Azevedo, Marcelo Stabile, Paulo Moutinho, Osvaldo Stella, André Lima. Dwyane House (Consultor para estudo das barreiras).

PARCEIROS: Ministério da Fazenda, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Ciência e Tecnologia e Forest Trends.

FINANCIADORES: Climate and Land Use Alliance (CLUA)/Moore.

Avaliação

A promoção dessa forma de diálogo é importante na medida em que o governo necessita ouvir as expectativas e saber quais condições são necessárias para que investimentos possam ocorrer. É possível ver que existe um campo potencial de atividades florestais e mecanismos, inclusive fiscais, para manutenção das florestas, mas que ainda não encontraram espaço político e econômico para serem efetivados com maior participação do mercado no Brasil.

Sobre os financiamentos hoje disponíveis no mercado para agricultura de baixo carbono, as principais barreiras para captação giram em torno da falta de capacitação de técnicos para elaborarem projetos efetivos, dificuldade em obter licenças ambientais e desconhecimento desse tipo de linha de crédito.



Mapeando degradação florestal por fogo

"Mapas anuais de degradação florestal causada pelo fogo e exploração madeireira na Amazônia ainda são bastante incipientes. Esses dados são fundamentais para melhorar a estimativa de emissão de carbono pela ação direta do homem, que hoje só leva em consideração as emissões decorrentes do corte raso de florestas, também conhecido como desmatamento"

ANE ALENCAR

O que é

Identifica as áreas degradadas por incêndios florestais de forma a apoiar o monitoramento das emissões de CO² e entender o efeito da frequência de fogo em diferentes tipos de vegetação da Amazônia.

Linhas e estratégias de ação

- Mapeamento do histórico de fogo utilizando imagens de satélite de regiões da Amazônia com distintos tipos de vegetação e dinâmica de uso da terra com intuito de analisar o impacto do fogo como agente de degradação.

O que foi feito

- Mapeamento da história de incêndios florestais, no Acre, na Transamazônica e nas cabeceiras do Xingu, utilizando o Índice de Cicatriz de Fogo (BSI), que combina imagens com proporção de material fotossinté-

tico, não fotossintético e sombra criadas, a partir da ferramenta CLAS-Burn. Esta ferramenta representa um algoritmo que foi desenvolvido em conjunto com o Carnegie Instituto e Universidade de Stanford para dar agilidade e automatizar o mapeamento de cicatrizes de incêndios florestais nas florestas da Amazônia utilizando imagens Landsat.

Avaliação

A expansão do mapeamento do histórico de incêndios florestais para mais áreas-piloto com diferentes características fitofisionómicas e histórico de uso da terra, tanto na Amazônia oriental como na ocidental, cria as bases necessárias para o melhor entendimento sobre os efeitos da dinâmica do fogo como fator de degradação da floresta, além de indicar as mudanças no regime de fogo decorrentes de ações antrópicas.



Freqüência de fogo e degradação florestal

Floresta não queimada



Queimada 2 x



Queimada mais de 3 x



Perspectivas para 2012

- Aumentar a base de dados de incêndios florestais para facilitar análises que avaliem sua relação histórica com os diferentes usos da terra.

EQUIPE: Ane Alencar e Sonaira Souza.

PARCERIAS: Universidade de Stanford.

FINANCIADORES: Gordon and Betty Moore Foundation.

INDICADORES



- ✓ **PUBLICAÇÃO** de 1 artigo científico.

PRODUTOS



- **Mapas** de cicatriz de fogo para regiões do Acre, Transamazônica e Xingu.



Ecologia e ecotoxicologia de ambientes aquáticos em paisagens agroindustriais

"O conhecimento gerado por esta pesquisa colabora no desenvolvimento de melhores práticas no agronegócio e, portanto, para a sustentabilidade de atividades de produção de alimento, fibras e bicompostíveis"

LUIS SCHIESARI

O que é?

Projeto propõe entender como a forma de uso e manejo da terra em paisagens agroindustriais – principalmente no que diz respeito ao emprego de fertilizantes e pesticidas - influencia na organização de comunidades biológicas em sistemas aquáticos. Mais do que documentar impactos, este projeto propõe entender os mecanismos através dos quais estes impactos são gerados, bem como estabelecer as bases para o desenvolvimento de um sistema de bioindicador para a integridade de ambientes aquáticos. Tais objetivos são atingidos por meio de um programa de pesquisa abrangente envolvendo análise e reanálise de dados de literatura, amostragem em campo, experimentação em laboratório, mesocosmos e campo, e modelagem.

O que foi feito em 2011

- Em 2011, cruzamos as informações da base de dados das propriedades toxicológicas e ecotoxicológicas de pesticidas registrados para uso no cultivo de soja no Brasil com dados quantitativos da aplicação de pesticidas em uma fazenda modelo (Fazenda Tanguro, Mato Grosso), de forma a construir uma avaliação do risco ambiental do emprego de pesticidas em paisagens agroindustriais.
- No mesmo ano foi dada continuidade ao programa de amostragem de ambientes aquáticos na Fazenda Tanguro. Os ambientes amostrados incluíram poças, brejos e riachos em florestas, pastagens e plantações; nestes ambientes amostramos insetos, anfíbios e peixes, além de ampla caracterização físico-química.



INDICADORES



- ✓ **3 Artigos publicados;**
- ✓ **1 capítulo de livro publicado;**
- ✓ **PARTICIPAÇÃO** em congressos internacionais;
- ✓ **RESUMOS** publicados em congressos internacionais.

Avaliação

O trabalho realizado em 2011 foi de grande importância teórica e aplicada, e reafirmou o alinhamento das metas de grupo de pesquisa do projeto com as metas do IPAM de um modo geral, e dos trabalhos na Fazenda Tanguro em particular.

Perspectivas

- Em 2012 se encerrará o financiamento do International Finance Corporation/ Edital BACP (Biodiversity and Agricultural Commodities Program). Sendo assim, será completada a análise toxicológica e ecotoxicológica dos pesticidas usados na produção de soja, inclusive com a elaboração de uma lista de pesticidas a serem voluntariamente abandonados por produtores. Também será finalizado o estudo que liga o uso da terra, propriedades físico-químico-biológicas da água e biodiversidade aquática da Fazenda Tanguro. Por fim, em 2012, o pesquisador Paulo Ilha irá conduzir um ano de amostragem intensiva de peixes em riachos replicados em floresta, pastagem e campos de soja na Fazenda Tanguro, dando continuidade às amostragens-piloto realizadas em 2011.

EQUIPE: Luis Schiesari, Britta Grillistch, Paulo Ilha, Mariana Fekete Moutinho, Bianca Gonçalves dos Santos, Daniel Din Betin Negre, Gracindo Cordeiro. **COLABORADORES:** Carlos Navas, Maria Olímpia de Rezende e Alex Krusche.

PARCERIAS: Grupo AMaggi.

FINANCIADORES: International Finance Corporation/ Edital BACP (Bio Biodiversity and Agricultural Commodities Program), CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico / Edital SISBIOTA FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo/ Edital Bioenergia.



Monitoramento da qualidade de água em riachos do cadastro de compromisso socioambiental

"A qualidade da água em riachos é bom um indicador da saúde do meio ambiente. Neste estudo analisamos áreas afetadas por diversos fatores, permitindo uma concentração de esforços apenas em aspectos determinantes".

EDUARDO DOS SANTOS PACÍFICO

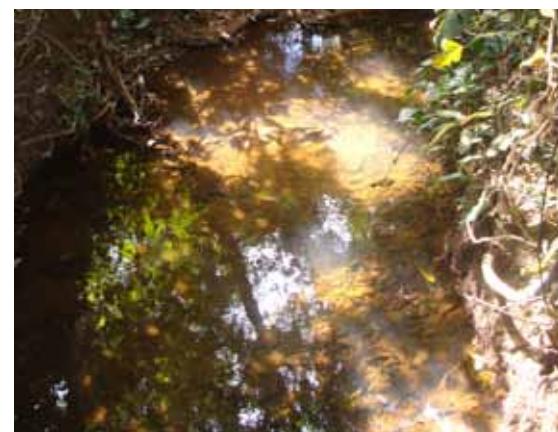
O que é o projeto

Monitora riachos de propriedades que integram o programa "Cadastro de Compromisso Socioambiental", ferramenta de transparência para o desempenho socioambiental de produtores que integram o cadastro. Os riachos, por serem afetados por diversos fatores como

a condição e o tamanho da mata ciliar e o uso da terra no seu entorno, têm excelente capacidade de integrar o resultado de vários processos, sendo um bom indicador da saúde do ambiente. Desta forma, este estudo buscou identificar quais variáveis são mais importantes para determinar a saúde ecológica dos riachos e sua biodiversidade.



Riacho na propriedade Santo Antônio da Tanguro (Canarana / MT).



Riacho na propriedade Boi Branco (Canarana / MT)



Estratégias de ação

- Coleta de dados em campo e análise destes dados, buscando a identificação dos fatores determinantes da saúde ecológica e a biodiversidade desses riachos.

O que foi feito em 2011

- Coleta de dados em 12 propriedades, totalizando 24 riachos analisados;
- Coletadas 40 espécies de peixes, totalizando 1.413 indivíduos;
- Coletados 4.961 indivíduos de Heteropteras (insetos aquáticos), distribuídos em quatro famílias e 15 gêneros;
- Coletadas e analisadas variáveis físico-químicas da água, físicas dos riachos e de sensoriamento remoto;
- Identificação dos principais fatores que determinam a saúde ecológica dos riachos: luminosidade incidente e cobertura vegetal em seu entorno;

Avaliação

A identificação dos fatores mais importantes para a saúde ecológica dos riachos permite uma concentração de esforços apenas em aspectos determinantes. Como estes fatores determinantes podem ser mensurados de maneira fácil, rápida e com baixo custo (através de imagens de satélite), este resultado permitirá um ganho de escala na avaliação da saúde dos riachos.

Perspectivas para 2012

- Desenvolver uma metodologia/ferramenta para avaliação e monitoramento ambiental em larga escala, das propriedades envolvidas no Cadastro de Compromisso Socioambiental, a partir dos resultados obtidos.

EQUIPE: Eduardo dos Santos Pacífico, Ebis Pinheiro, Gracindo Jr. Cordeiro Cunha, Sandro Rocha e Darlisson Nunes da Costa. **COLABORADORES:** Universidade Federal de Góias: Karine Dias da Silva e Thiago Bernard Vieira. Universidade Federal do Mato Grosso: Roseani Peixoto.

PARCERIAS: Woods Hole Research Center (WHRC) e Aliança da Terra.

FINANCIADORES: National Science Foundation.

INDICADORES



- ✓ 24 riachos em 12 propriedades avaliadas;
- ✓ RELATÓRIO final de campo.



Ebis Nascimento (IPAM) e Thiago Vieira (UFG) coletando peixes.

Roseani Peixoto (Unemat), coletando Heteroptera



Monitoramento de carbono de propriedades do Cadastro de Compromisso Socioambiental

"O CMAS é fundamental para fornecer dados sobre a situação dos estoques de carbono das propriedades cadastradas, podendo servir para apoiar o proprietário em suas decisões sobre desmatamento futuro, regeneração e acesso ao mercado de carbono."

ANE ALENCAR

O que é

O monitoramento dos estoques de carbono é um elemento fundamental para a implementação de qualquer mecanismo de pagamentos por serviços ambientais baseado na redução de emissões de CO₂, como por exemplo o REDD.

O Carbon Accounting Monitoring System (CMAS) foi desenvolvido para ser uma ferramenta de contabilidade da perda e acúmulo de carbono para propriedades rurais da Amazônia que fazem parte do Cadastro de Compromisso Socioambiental (CCS).

O CMAS é baseado em dados espacialmente explícitos como densidade de carbono, cobertura florestal, área em regeneração, degradação florestal e custo de oportunidade. A organização desses dados segue a estrutura de um banco de dados em SIG onde os dados espaciais foram agrupados por bioma: Cerrado e Amazônia.

Linhas e estratégias de ação

- Coleta de dados em campo;
- Produção de mapas e determinação de dados anuais de uso da terra e perda da cobertura florestal a partir de dados disponibilizados pelo IBAMA (2011) e INPE (2011);
- Produção de mapas e determinação de dados de degradação florestal que representam informações anuais de cicatrizes de incêndios florestais a partir de rotinas desenvolvidas por Asner *et al.* (2005) e Alencar *et al.* (2011);
- Estimativas e criação do mapa de estoque de carbono para as propriedades baseadas no mapa de biomassa aéreo produzido por Baccini *et al.*;
- Produção do mapa e determinação do custo de oportunidade que representa uma estimativa de valor da floresta como se ela fosse utilizada para outras atividades não-florestais (agropecuária). Este mapa faz parte do CMAS com intuito de estimar o custo de emissão evitada, restauro e regeneração (Stickler, 2009; Soares-Filho *et al.* 2006);



O que foi feito

Para cada bioma foram criados mapas de cobertura florestal anual, de regeneração, de densidade de carbono e de custo de oportunidade da terra. Esses mapas foram cruzados com os limites das propriedades, sendo que o resultado foi compilado em uma planilha onde para cada propriedade foi calculado a variação no estoque de carbono de 2007 a 2010, a emissão de CO₂ decorrente desta variação e o custo de oportunidade das florestas destas fazendas.

Avaliação

O CMAS é um sistema fundamental para fornecer dados sobre a situação dos estoques de carbono das propriedades cadastradas, podendo servir para apoiar o proprietário em suas decisões sobre desmatamento futuro, regeneração e acesso ao mercado de carbono.

EQUIPE: Ane Alencar, Isabel Castro e Paulo Brando.

PARCERIAS: Aliança da Terra e IFC.

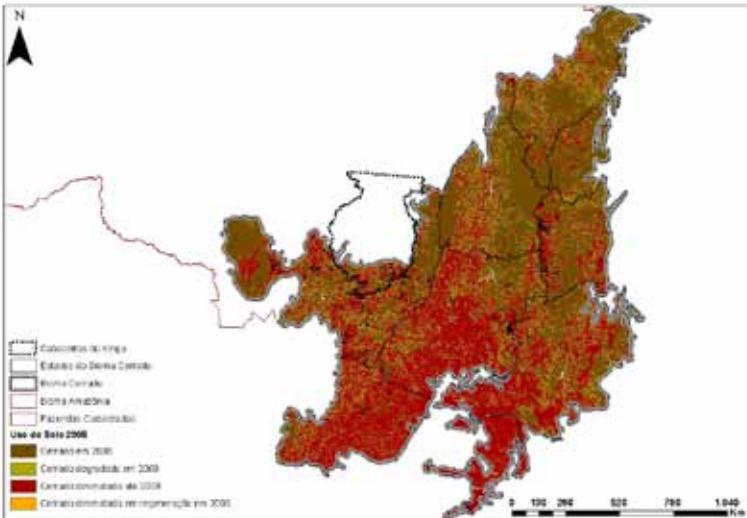
FINANCIADORES: IFC, CLUA, Gordon e Betty Moore Foundation

INDICADORES

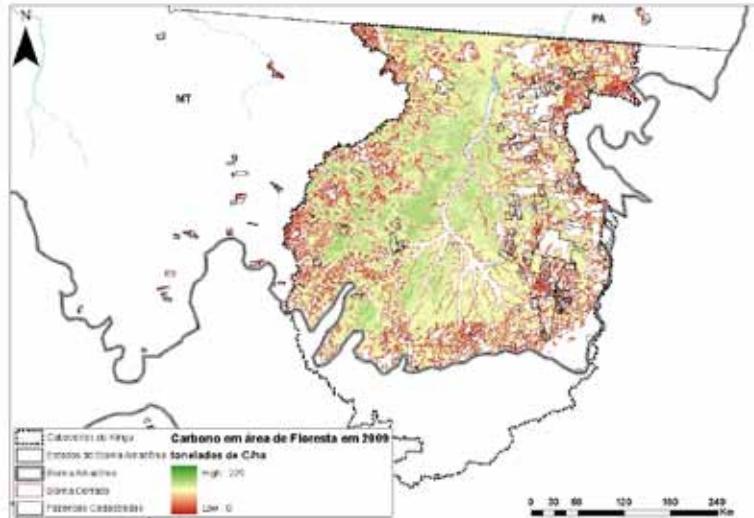
- ✓ **ANÁLISES** da dinâmica do uso da terra;
- ✓ **CÁLCULOS** do estoque de carbono;
- ✓ **DINÂMICA** da regeneração;
- ✓ **DINÂMICA** de emissões pelo desmatamento;
- ✓ **ÁREA** média degradada;
- ✓ **CUSTO** médio de oportunidade.

MELHORES MOMENTOS

- **Criação** do banco de dados do CMAS;
- **Criação** de mapas de uso da terra, estoque de carbono, degradação e custo de oportunidade para as propriedades;
- **Elaboração** do relatório "Sistema de Monitoramento de Carbono (CMAS)".



Mapa de uso do solo em 2008 do bioma cerrado com informações de cerrado degradado e cerrado em regeneração apenas para as cabeceiras do Xingu



Mapa da densidade de carbono para toda cabeceira do Xingu e para as propriedades do cadastro no bioma Amazônia no ano de 2009.



Monitoramento de biodiversidade em propriedades do Cadastro de Compromisso Socioambiental – CCS

"A identificação da fauna da região possibilita a tomada de decisões a respeito do manejo de áreas naturais, levando em consideração as espécies que nela habitam, e o status atual dessas populações, além de servir como indicador da saúde ambiental das florestas da região".

OSWALDO CARVALHO

O que é

Projeto pretende monitorar a ocorrência e a abundância das espécies de mamíferos de médio/grande porte presentes nas fazendas do CCS.

Estratégias de ação

- Iniciamos o monitoramento da biodiversidade de grandes animais, através do uso de câmeras fotográficas automáticas e de censo de pegadas/rastros de mamíferos nas propriedades rurais.

INDICADORES



- ✓ **LISTA** de espécies por propriedade;
- ✓ **23** espécies de mamíferos amostra na região conforme tabela 1;
- ✓ **COLEÇÃO** fotográfica de animais e de suas pegadas.

O que foi feito em 2011

- Censo de pegadas/rastros e monitoramento fotográfico



TABELA 1- ESPÉCIES DE MAMÍFEROS ENCONTRADOS NA REGIÃO

ORDEM	FAMILIA	NOME CIENTIFICO	NOME COMUM	GRAU DE AMEAÇA
<i>Artiodactyla</i>	<i>Cervidae</i>	<i>Mazama americana</i>	Veado-Vermelho	
		<i>Mazama nemorívaga</i>	Veado-Fuboca	
	<i>Tayassuidae</i>	<i>Pecari tajacu</i>	Caititu	
		<i>Tayassu pecari</i>	Queixada	Quase ameaçada
<i>Carnivora</i>	<i>Canidae</i>	<i>Cerdocyon thous</i>	Lobinho	
	<i>Felidae</i>	<i>Leopardus pardalis</i>	Jaguatirica	
		<i>Panthera onca</i>	Onca-pintada	Quase ameaçada
		<i>Puma concolor</i>	Onca-parda	Quase ameaçada
	<i>Mustelidae</i>	<i>Eira barbara</i>	Irara, Papa-mel	
	<i>Procyonidae</i>	<i>Nasua nasua</i>	Quati	
<i>Didelphimorphia</i>	<i>Didelphidae</i>	<i>Didelphis marsupialis</i>	Gamba, Mucura	
<i>Perissodactyla</i>	<i>Tapiridae</i>	<i>Tapirus terrestris</i>	Anta	Vulnerável
<i>Primates</i>	<i>Atelidae</i>	<i>Alouatta caraya</i>	Guariba	
		<i>Ateles marginatus</i>	Macaco-aranha	Em perigo
	<i>Cebidae</i>	<i>Cebus libidinosus</i>	Macaco-prego	
<i>Rodentia</i>	<i>Cuniculidae</i>	<i>Cuniculus paca</i>	Paca	
	<i>Dasyproctidae</i>	<i>Dasyprocta azarae</i>	Cutia	
	<i>Hydrochaeridae</i>	<i>Hydrochoerus hydrochaeris</i>	Capivara	
	<i>Sciuridae</i>	<i>Sciurus aestuans</i>	Esquilo	
<i>Xenarthra</i>	<i>Dasypodidae</i>	<i>Dasypus novemcinctus</i>	Tatu-galinha	
		<i>Euphractus sexcinctus</i>	Tatu-peba	
	<i>Myrmecophagidae</i>	<i>Myrmecophaga tridactyla</i>	Tamandua-bandeira	Vulnerável
		<i>Tamandua tetradactyla</i>	Tamandua-mirim	





MELHORES MOMENTOS



- **Finalização** do guia de bolso para identificação de pegadas de mamíferos de médio a longo porte, a ser lançado numa oficina junto com os produtores rurais da região no inicio de 2012.

Avaliação

Embora ainda em fase de implementação, as informações geradas por essa atividade/estudos possibilitará uma análise rápida da biodiversidade de grandes mamíferos em diversas propriedades rurais do CCS, podendo também subsidiar análises regionais dessas populações animais. Mais ainda, pretendemos desenvolver um protocolo que permita monitorar a qualidade ambiental dessas propriedades.

Perspectivas para 2012

- Expandir o monitoramento para mais propriedades;
- Realizar uma oficina de capacitação sobre biodiversidade com produtores rurais da região do Xingu;
- A partir dos resultados obtidos, desenvolver uma metodologia/ferramenta para avaliação e monitoramento ambiental em larga escala, das propriedades envolvidas no Cadastro de Compromisso Socioambiental.

EQUIPE: Oswaldo Carvalho Jr, Claudia Stickler, Gracindo Jr. Cordeiro Cunha, Jefferson Rodrigues da Silva e Sandro Rocha.

PARCERIAS: Aliança da Terra

FINANCIADORES: BACP – Biodiversity and Agriculture Commodity Program.



Projeto Vitrine

"Assim como a degradação é fruto de um processo histórico realizado na maioria das vezes pela ação do ser humano, a sua recuperação também depende dele, e para isso é necessário levar em consideração a implementação de técnicas apropriadas para o ecossistema de cada região com custos menores para o produtor."

OSWALDO CARVALHO JR

O que é?

O Projeto Vitrine foi iniciado a partir necessidade de avaliar, em caráter experimental, diferentes técnicas de plantio e o potencial de algumas espécies nativas no âmbito da restauração florestal de áreas degradadas em florestas transicionais.

Sabe-se que os métodos de restauração florestal que têm sido usados na recuperação de áreas degradadas tendem a escolher técnicas que possibilitem a autoperpetuação do ecossistema restabelecido até atingir uma dinâmica própria. Atualmente, os métodos disponíveis para o desenvolvimento de um projeto de restauração são muito distintos, surgiram em função de demandas muito variadas e devem ser utilizados segundo as necessidades locais. Assim, o objetivo deste projeto foi implantar diferentes técnicas de restauração e identificar, a partir do monitoramento dessas áreas, quais são as técnicas que apresentam menores custos de implantação e/ou manutenção, e quais espécies nativas potenciais são capazes de se estabelecer no ecossistema em restauração.

Estratégias de ação

O experimento foi conduzido em uma área de 5ha de Área de Preservação Permanente (APP) na Fazenda Tan-guro, localizada no município de Querência, Mato Grosso, onde foram testadas seis técnicas de plantio:

Ilhas de mudas enriquecidas com sementes

- Área total: 0,75 ha;
- Plantio: 12 ilhas (300m²);
- Mudas: de 21 espécies (108 indivíduos), espaçamento 2x2m entre mudas;
- Mistura de Sementes: 1,85Kg de sementes nativas (aproximadamente 16792 sementes) de 41 espécies, 12 kg de terra e 4,23g de adubo verde (feijões);
- Plantio em covas: abertas manualmente com 10cm de profundidade e após a semeadura foram recobertas com 5cm de terra.

Semeadura direta

- Área total plantada: 75ha;



- Mistura de Sementes: 46,3kg de sementes nativas (aproximadamente 419.805 sementes) de 41 espécies, 300kg de terra e a 105kg de adubo verde (feijões).
- Plantio em covas: abertas manualmente com 10cm de profundidade e após a semeadura foram recobertas com 5cm de terra.

Plantio em ilhas de mudas sem adubação:

- Área total: 0,75 ha;
- Plantio: 12 ilhas (300m²);
- Mudas: de 21 espécies (108 indivíduos), espaçamento 2x2m entre mudas);
- Covas: abertas manualmente com cavadeira, sem a adição de fertilizante;

Plantio em ilhas de mudas com adubação:

- Área total: 0,75 ha;
- Plantio: 12 ilhas (300m²);
- Mudas: de 21 espécies (108 indivíduos), espaçamento 2x2m entre mudas);
- Fertilizante: 50g de NPK (5, 25, 15) e 50g de calcário dolomítico misturados a uma porção de solo, por cova;
- Covas: abertas manualmente com cavadeira;

Plantio de mudas em linha com espaçamento 3x3 m e 2x2m:

- Área total: 2,0ha;
- Mudas: 3240 indivíduos de 23 espécies.
- Linhas: espaçamento 2x2m (2185 mudas) e 3x3m (1055 mudas) entre linhas e entre mudas.
- Covas: abertas manualmente com cavadeira e as mudas foram plantadas sem adição de fertilizante.

O que foi feito em 2011

- Finalização do livro – Manual para Restauração Florestal, da série Boas Práticas (BP5)
- Manutenção dos plantios (controle de gramíneas agressivas)
- Monitoramento e avaliação das técnicas empregadas nas APPs;
- Apresentação dos resultados iniciais no IV Simpósio de Restauração Ecológica.

INDICADORES

- ✓ **3000** mil cópias do Boas Práticas 5.
- ✓ **EVENTO:** 2º premiação “Produzindo Certo”
- ✓ **EVENTO:** IV Simpósio de Restauração Ecológica.

MELHORES MOMENTOS

- **Publicação** do livreto “Manual para Restauração Florestal: florestas de transição” em junho de 2011 na cidade de Canarana, Mato Grosso. O livro teve como principal objetivo apontar os caminhos ecológicos viáveis para reparar danos ambientais em áreas desmatadas através do restabelecimento da cobertura florestal;
- **Lançamento** e divulgação do “Manual para Restauração Florestal: florestas de transição” em novembro de 2011 na 2º premiação no evento “Produzindo Certo” promovido pela Aliança da Terra na cidade de Goiânia, Goiás, que na ocasião reuniu aproximadamente 200 pessoas entre produtores rurais, empresários, pesquisadores e professores.

Perspectivas para 2012

- Pretende-se continuar com os trabalhos de monitoramento e manutenção das áreas experimentais restauradas, bem como com a coleta, organização de dados e divulgação dos resultados obtidos.

EQUIPE: Roberta Thays dos Santos Cury, Oswaldo Carvalho Jr, Cândida Lahís Mews, Ângela Idelvair Oster, Jefferson Rodrigues da Silva e Darlisson Nunes da Costa.

PARCERIAS: GrupoAmaggi

FINANCIADORES: Governança Florestal – Comunidade Europeia

Programa Manejo Comunitário de Várzea e Florestas



Trabalha em colaboração com comunidades locais da Amazônia para analisar, desenvolver e disseminar práticas de manejo sustentável de recursos naturais da região. É dividido em dois componentes: Manejo de Várzea, que busca apoiar as comunidades locais na manutenção da cultura ri-beirinha e do ecossistema da várzea do rio Amazonas,

nas, como resposta à intensificação da pesca comercial e à expansão da pecuária extensiva; e Florestas e Comunidades, que busca a melhoria da qualidade ambiental e social das populações que dependem das orestas, através do desenvolvimento de projetos demonstrativos que visam à implantação de sistemas produtivos eficientes.



Equipe

David McGrath (Geógrafo, doutor em geografia; diretor do programa Manejo Comunitário de Várzea e Florestas)

Alcilene Cardoso (advogada; gerente de projetos)

Antônio José Bentes (sociólogo; educador)

Brenda Rúbia Souza (engenheira florestal; educadora)

Caroline Arantes (Oceanógrafa, mestre em Zoologia Aplicada; educadora)

Cristiane Mary do Nascimento (bióloga; assistente de campo)

Diego Pinheiro Menezes (geógrafo; assistente de pesquisa)

Edivan Carvalho (técnico agropecuário; assistente de pesquisa)

Elias Sá (bacharel em direito; assistente de campo)

Elias Silva (secundarista; educador)

Felipe Resque Jr. (Engenheiro Florestal, engenheiro florestal)

Márcio Roberto (técnico agropecuário; assistente de campo)

Rafael Barboza (Biólogo, mestre em Desenvolvimento de Processos Ambientais; pesquisador)

Raimunda Lourdes Pinto (técnica em contabilidade; assistente de campo)

Rosana Giséle Costa (Engenheira agrônoma, mestre em agriculturas Familiares e desenvolvimento Sustentável; coordenadora de pesquisa)

Stella Schons (Economista, mestre em Gestão de Recursos Naturais com ênfase em economia e política ambiental e mestre em Administração (MBA); assistente de pesquisa)



Apoio ao manejo integrado de propriedades familiares na BR-163/PA e Inserção da metodologia de bom manejo de fogo em áreas de produção familiar na Amazônia

“Os projetos demonstrativos de manejo fornecem uma base técnica para atividades da Produção Familiar na Amazônia e servem como subsídios para o debate sobre as políticas públicas necessárias”

EDIVAN CARVALHO

Região de atuação

- **Território BR-163 (Tapajós)** - No cruzamento das rodovias Cuiabá-Santarém (BR-163) e Transamazônica (BR-230). O projeto PDA/PADEQ 127p atuou nos municípios Itaituba, Rurópolis e Trairão.
- **Amazônia Brasileira, Peruana e Boliviana** – com produtores e produtoras familiares e técnicos representantes dos estados do Mato Grosso, Pará, Acre, Roraima, Amazonas, Maranhão, Amapá, Rondônia e Tocantins.

O que é

Promove a implantação de subsistemas produtivos no enfoque de manejo integrado de propriedades familiares para atuarem como unidades demonstrativas. Estes subsistemas procuram otimizar o uso dos recursos naturais e da mão de obra familiar para alcançar melhores resultados na produção familiar. Metodologicamente foram realizados diagnósticos das unidades produtivas familiares, análise de cenários e elaboração de plano de uso da unidade produtiva familiar como método de disseminação de técnicas e procedimentos minimamente necessários no preparo da área para produção sustentável.

Foram capacitados técnicos e lideranças da região amazônica na metodologia de Bom Manejo do Fogo, Meliponicultura, Apicultura, Sistemas Agroflorestais, Manejo Florestal de Baixo Impacto, Manejo Florestal Não Madeireiro, Avicultura, e outros.



Linhas e estratégias de ação

- Capacitar técnicos e lideranças da Amazônia Brasileira, Peruana e Boliviana em métodos e técnicas de Bom Manejo do Fogo;
- Apoiar processos de transição de sistemas de produção baseados em corte e queima para sistemas produtivos mais duradouros e sustentáveis;
- Desenvolver 13 unidades demonstrativas de manejo integrado de subsistemas produtivos em posses familiares com ênfase na diversificação e intensificação de uso das áreas alteradas;
- Inventariar as áreas de reserva legal para subsidiar as tomadas de decisão sobre a forma de uso da área.

O que foi feito

- Assessoria técnica direta a 13 famílias para manutenção e condução dos subsistemas produtivos de apicultura, meliponicultura, sistemas agroflorestais e avicultura de semiconfinamento;
- Conclusão dos mapas pré-exploratórios produzidos no inventário florestal 100% nas áreas de reserva legal de seis unidades produtivas familiares;
- Elaboração de mapas pré-exploratórios para espécies de produtos não madeireiros a partir dos inventários florestais em seis unidades produtivas familiares em assentamentos nos municípios de Itaituba, Rurópolis e Trairão;
- Promoção de intercâmbio entre as famílias participantes do projeto Apoio ao manejo integrado de propriedades familiares na BR-163/PA e do projeto Inserção da metodologia de bom manejo de fogo em áreas de produção familiar na Amazônia;
- Organização de dois seminários de encerramento do projeto;
- Apoio para participação de representantes das famílias em seminários de âmbito regional;
- Capacitação de agricultores do distrito de Pando (Bolívia) e do município de Feijó (Acre) em Técnicas de Bom Manejo de Fogo;
- Disponibilização de insumos e ferramentas em apoio ao desenvolvimento dos subsistemas implantados nas unidades produtivas familiares – resultado de um acordo com MMA para remanejamento de recurso;
- Organização de visitas de instituições e agricultores a

uma das unidades demonstrativas de Rurópolis, onde o interesse tem sido pelo manejo do açaí e roça sem fogo implantadas pela família.

MELHORES MOMENTOS



■ **Avaliação** participativa durante o encerramento dos projetos, onde os participantes do projeto PDA/PADEQ 127p informaram que a partir do projeto tiveram a possibilidade de adquirir, com a comercialização da produção de curto prazo, bens que antes não teriam condições de comprar.

■ **Visitas** orientadas na unidade demonstrativa do "Joaquim da Nice" em Rurópolis.

■ **Intercâmbio** de representante de 07 famílias beneficiárias do projeto PDA/PADEQ 127p com a experiência de Bom Manejo do Fogo, SAFs e processos de comercialização junto a programas do governo (PNAE e PAA) realizadas pela organização dos produtores do Projeto de Assentamento Rio Bonito em Ulianópolis/PA.

■ **Reunião** das equipes técnicas que atuaram nos projetos para a avaliação e encerramento, com participação de todos os Envolvidos.

■ **Aceitação** das comunidades frente à possibilidade de novos projetos e inserção de mais colaboradores do IPAM para desenhar propostas que viabilizem a continuidade das atividades e consolidação das iniciativas do projeto PDA/PADEQ 127p.



Avaliação

- Os projetos encerrados em outubro de 2011 foram avaliados positivamente pelos seus beneficiários. As famílias que participaram do projeto PDA/PDEQ 127 receberam capacitações e tiveram assessoria técnica para o levantamento das informações sobre seu lote, o que possibilitou identificar onde poderiam investir ações do projeto para uma transição de produção anual a base da prática de derruba e queima para uma produção mais perene com redução de uso do fogo, com aproveitamento de áreas alteradas.
- As famílias também observaram que os resultados foram além do investimento na terra, uma vez que possibilitou a diversificação e ampliação na geração de renda, que permitiu a aquisição de bens que antes a família não possuía, como os de uso doméstico e agropecuários que não foram disponibilizados pelo projeto.
- Os subsistemas produtivos (avicultura e meliponicultura) apoiados pelo projeto, acrescentaram, em curto prazo, renda e alimentos às famílias. Os demais subsistema, em função de suas características específicas, vão gerar retorno a longo prazo.
- Durante o seminário final de avaliação do projeto, os participantes e beneficiários do projeto do PA Rio Bonito estimaram a metodologia de Bom Manejo de Fogo como importante instrumento para redução de fogos acidentais na Amazônia, onde a estratégia utilizada no PA foi de incluir tecnologias de produção de culturas permanentes, através da adoção de SAFs, organização da comunidade e da produção para alcançar a escala de comercialização, o que fortaleceu a associação do PA Rio Bonito, ocasionou estruturação da logística necessária para beneficiamento, armazenamento e negociação da produção por meio do programa nacional da alimentação escolar –PNAE e programa de aquisição de alimentos -PAA no município de inserção.
- Os beneficiários do projeto no restante do Pará, Mato Grosso e Acre indicaram que o desenvolvimento da metodologia do Bom Manejo Fogo foi utilizado pelas suas instituições/entidades possibilitando a elaboração e execução de projetos alternativos de produção com produtores familiares.

INDICADORES



- ✓ 11 apiários manejados, com 50 caixas de abelhas e destas, 40 estão em produção atualmente.
- ✓ 300 litros de mel produzidos, sendo 200 comercializados e 100 litros para consumo;
- ✓ 3 aviários manejados com a produção de 3.000 frangos e 6.000 ovos;
- ✓ 500 frangos e 3.000 ovos comercializados;
- ✓ 5 hectares de SAFs manejados;
- ✓ Produção de 200 kg de polpa graviola, cacau e açaí, destes 100 kg foram comercializados;
- ✓ 7 famílias beneficiadas por intercâmbio para conhecer a experiência de Bom Manejo do Fogo, SAFs e processos de comercialização junto a programas do governo (PNAE e PAA).

Perspectivas para 2012

- Apoiar as famílias beneficiadas pelo projeto PDA/PDEQ 127p, para que sejam inseridas em outras ações executadas na região, com intuito de proporcionar a consolidação das unidades demonstrativas,
- Apoiar a utilização e difusão das técnicas do projeto PDA/056c na Amazônia Brasileira, Peruana e Boliviana;
- Promover a inserção de técnicas de prevenção e controle do fogo em outros projetos como o do "Assentamento Sustentáveis na Amazônia" e "Apóio às iniciativas de produção sustentável na região de influência da rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém)", no estado do Pará.



EQUIPE Edivan Carvalho (Técnico Agropecuário/ IPAM Itaituba), Felipe Resque (Engenheiro Florestal/ IPAM Belém), Maria Lucimar Souza (psicóloga/IPAM Altamira), Rosana Gisele Cruz Pinto da Costa (Engenheira Agrônoma – coordenadora dos projeto/IPAM Belém),.

PARCERIAS Associação dos agricultores do Vale Verde, Associação de Mulheres do Areia II, Associação dos Microprodutores Rurais da Colônia Rio Bonito, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Rurópolis, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Trairão, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Itaituba, Fórum dos Movimentos Sociais da BR-163, Instituto Chico Mendes para a Conservação da Biodiversidade (ICMBio)/Regional BR-163, Serviço Florestal Brasileiro (SFB)/Regional BR-163; Paróquia de Rurópolis, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Paragominas;

FONTES DE FINANCIAMENTO Ministério do Meio Ambiente/Projetos Demonstrativos/Componente: PADEQ e PDA Consolidação.





Apoio às iniciativas de produção sustentável na região de influência da rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém), no estado do Pará

"IPAM está na área de influência da rodovia BR 163 há mais de uma década. Neste tempo vem desenvolvendo em parceria com as organizações de produtores familiares locais estudos e alternativas de uso da terra e gestão de recursos florestais"

ROSANA GISÉLE COSTA

O que é

A iniciativa integra o componente II do Projeto Gcp/Bra/070/Ec – Manejo Florestal, Apoio à Produção Sustentável e Fortalecimento da Sociedade Civil na Amazônia Brasileira, que vem sendo executado pelo Ministério do Meio Ambiente e instituições parceiras locais contratadas. O projeto tem como objetivo apoiar a execução de ações voltadas ao desenvolvimento regional sustentável, com base na participação da sociedade civil e na prevenção e controle do desmatamento. Em 2011, o IPAM foi selecionado e contratado, após concorrência pública, para executar cinco ações do projeto no âmbito do "Componente 2" que se refere ao apoio às iniciativas de produção sustentável. São elas:

- Apoio às práticas produtivas ligadas aos sistemas integrados de produção na região de influência da rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém);
- Capacitação em uso de práticas produtivas sustentáveis na região de influência da rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém), no estado do Pará;
- Realização de estudos de cadeias produtivas ligadas aos sistemas integrados de produção, ao extrativismo e aos produtos da sociobiodiversidade na região de

influência da rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém), no estado do Pará;

- Realização de estudos de mercado focados nos produtos derivados da produção sustentável, na elaboração de marcas e no acesso a mercados de comercialização na região de influência da rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém), no estado do Pará;
- Apoio à organização da produção para a inserção de produtos na merenda escolar e no Programa de Aquisição de Alimentos na região de influência da rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém), no estado do Pará.

Regiões de atuação

1. **Território Baixo Amazonas** – Região oeste do Pará, banhado pelos rios Amazonas e Tapajós. O projeto atua nos municípios: Belterra, Mojui dos Campos e Santarém.
2. **Território BR-163 (Tapajós)** – No cruzamento das rodovias Cuiabá-Santarém (BR-163) e Transamazônica (BR-230). O projeto atua nos municípios Itaituba, Avelino, Rurópolis, Trairão, Novo Progresso, Jacareacanga e o distrito de Castelo de Sonhos.



3. Território da Transamazônica e Xingu – Região da bacia do Xingu, uma das mais importantes do país em termos ecológicos e paisagísticos. O projeto atua nos municípios de Altamira, Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Placas e Ururá.

Estratégias de ação

- Mapeamento para identificação da demanda real de apoio e análise preliminar da capacidade de execução e alcance de resultados das iniciativas em curso na área de influência da rodovia Cuiabá-Santarém (BR 163).
- Levantamento dos problemas e potencialidades com vista ao planejamento de uso do solo para a intensificação e diversificação das unidades produtiva, de três iniciativas escolhidas, uma em cada um dos territórios da influência da rodovia Cuiabá-Santarém (BR 163).
- Adoção de instrumentos metodológicos participativos de planejamento e integração de subsistemas agrícolas, florestais e de criação de animais.
- Será trabalhada a meliponicultura no território do Baixo Amazonas; cultivos de cacau solteiros serão enriquecidos com espécies florestais e outras frutíferas através da adoção de métodos de implantação e manejo de sistemas agroflorestais no território da transamazônica, e no território da BR 163, estão sendo apoiadas três iniciativas de manejo integrado de produção.
- Fortalecimento das capacidades locais em sistemas agroflorestais e extrativistas por meio da capacitação de produtores e produtoras familiares, técnicos da assistência técnica rural e alunos da Casa Familiar Rural.
- Realização de estudos de cadeias produtivas ligadas aos sistemas integrados de produção ao extrativismo e aos produtos da sociobiodiversidade. A abordagem utilizada consiste em revisão bibliográfica e levantamento de dados secundários na literatura e bancos de dados disponíveis e entrevista com instituições que trabalham com a banana e o açaí na região permitindo o mapeamento das cadeias produtivas desse, além da análise do valor agregado em cada elo.
- Identificação do mercado consumidor, a fim de estimar suas dimensões, preferências e exigências de qualidade, a partir do levantamento de revisão bibliográfica, análise de dados e entrevistas realizadas através de um questionário aplicado aos consumidores e intermediários. Com base nessas informações, há possibilidades de criação de marcas para produtos da produção familiar.
- Apoio na organização da produção dos produtores familiares da área de influência da BR163 no Oeste do Pará, para consolidação de processos de comercialização e inserção de produtos na merenda escolar e no Programa de Aquisição de Alimentos. As ações estão sendo realizadas por meio de um processo que envolve as seguintes etapas:
 - Sensibilização de produtores familiares sobre os programas de aquisição de alimentos e capacitação para a comercialização com o governo;
 - Realização de levantamento da produção do público-alvo do projeto;
 - Discussão das dificuldades e identificação de soluções para comercialização de produtos da agricultura familiar;
 - Planejamento da organização da produção familiar com vistas na comercialização com o governo;
 - Articulação com diferentes atores governamentais para possibilitar que o processo de comercialização ocorra.

O que foi feito

- Reuniões em cada território para apresentação das ações e estratégias do projeto;
- Instalação de viveiro para produção de mudas no PA Flamingo Sul em Anapu;
- Assessoria técnica na produção de mudas no viveiro no PA Flamingo Sul em Anapu;
- Assessoria técnica na escolha de áreas para implantação dos SAFs;
- Coleta de dados referentes aos estudos de cadeia produtiva da banana e do açaí na região de Santarém, Belterra, Placas, Ururá e Medicilândia;
- Palestras informativas e oficinas de sensibilização para produtores familiares sobre a proposta do projeto de organização e inserção da produção no PAA e PNAE em espaços de discussão regionais;
- Realização da I Oficina em Técnicas de Artesanato em Madeira no Território BR 163, envolvendo agricultores e agricultoras familiares, alunos e alunas da Casa Familiar Rural, lideranças e técnicos dos municípios de Rurópolis, Trairão e Itaituba;



- Nivelamento e socialização das ações dos projetos durante diversas reuniões de discussões territoriais, tais como: CODETER BR 163 e Conselhos Consultivos de Unidades de Conservação do Território BR 163;
- Reuniões com secretarias municipais de meio ambiente e agricultura de Anapu.

MELHORES MOMENTOS



- **Colaboração** dos produtores e produtoras familiares às ações do projeto, bem como disposição para ajudar a estruturar os planos de trabalho;
- **Realização** de oficina de artesanato em madeira, tendo como desdobramento o interesse e parceria para realização de outra oficina;
- **Participação** de lideranças e produtores familiares nas oficinas de sensibilização para organizar a produção e comercializar para merenda escolar e PAA;
- **Conclusão** dos planos de trabalho das cinco ações do projeto;
- **Realização** das atividades de capacitação em uso de práticas produtivas sustentáveis, pelos professores da UFPA/Altamira, que sempre estiveram disponíveis e interessados em participar.

Avaliação

Apesar dos poucos meses de início das ações deste projeto, alguns resultados das atividades já podem ser verificados:

- Em relação a ação de apoio à organização da produção para a inserção de produtos na merenda escolar e no Programa de Aquisição de Alimentos, foi possível estabelecer uma negociação com o gestor público do município de Belterra para aumentar o número de chamadas públicas, em relação a compra de produtos da agricultura familiar através do PAA, a fim de dar oportunidades às famílias para acessar este mercado institucional já em 2012.
- Os participantes da oficina de artesanatos em madeira rapidamente se apropriaram das técnicas de fabricação de peças, e através da oficina instalada pelo projeto poderão dar continuidade a produção de artesanatos.
- A parceria com a secretaria de agricultura de Anapu possibilitou ampliar o número de mudas a serem produzidas e a expansão do cultivo do cacau nas iniciativas de SAFs apoiadas pelo projeto.
- No território da BR 163 as ações de capacitação em uso de práticas produtivas sustentáveis e de apoio às práticas produtivas ligadas aos sistemas integrados de produção possibilitaram dar continuidade as ações iniciadas pelo projeto PDA/PADEQ junto às famílias dos municípios do Trairão, Itaituba e Rurópolis.
- Ser responsável por cinco ações deste projeto, possibilitou ao IPAM realizar uma execução integrada, onde vários aspectos do desenvolvimento da produção familiar são abordados, como capacitação, produção, organização da produção, produção de conhecimento de cadeia produtiva e mercados, planejamento e comercialização.



INDICADORES

- ✓ **21** instituições governamentais e não governamentais entrevistadas para os estudos de cadeia e de mercado em Santarém, Uruará, Altamira, Medicilândia e Placas;
- ✓ **46** batedores de açaí entrevistados em Santarém e Uruará;
- ✓ **18** intermediários da cadeia da banana entrevistados em Santarém e Uruará;
- ✓ **8** oficinas de sensibilização de produtores familiares para organização da produção e inserção no PAA e PNAE;
- ✓ Participação de **165** pessoas nas oficinas de sensibilização de produtores familiares para organização da produção e inserção no PAA e PNAE, sendo 115 homens e 50 mulheres;
- ✓ **28** pessoas capacitadas em técnicas de produção de artesanato em madeira;
- ✓ **13** parcerias estabelecidas;
- ✓ **40** peças de artesanato em madeira durante produzidas durante a I oficina, realizada em Rurópolis;
- ✓ Produção de **16 mil** mudas de cacau e espécies florestais com participação das famílias do PA Flamingo em Anapú.

Perspectivas para 2012

- Finalização dos estudos de cadeia produtiva e de mercado;
- Realização de oficina sobre a criação de marcas como instrumento de identificação da produção familiar sustentável na BR 163;
- Realização de 06 oficinas de capacitação em práticas produtivas sustentáveis (SAFs, Manejo de Açaí, Meliponicultura, Artesanato em madeira, Manejo Florestal Comunitário e Familiar);
- Implantação de subsistemas produtivos sustentáveis sobre os princípios de manejo integrado em três iniciativas, uma em cada território da área de influência da rodovia BR 163;
- Assessoria à organizações de produtores familiares na formalização de contratos de comercialização com mercados institucionais estabelecidos.

EQUIPE

Antônio José Mota Bentes; Brenda Rúbia Souza; Cristiane Mary; Edivan Carvalho; Edmilson Souza; Galdino Xavier; Marcio Roberto; Maria Lucimar Souza; Raimunda Lourdes; Rodrigo Santos; Rosana Gisele Costa; Sara Diamond; Stella Zucchetti Schons.

PARCERIAS

Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Belterra – STTR de Belterra, Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Brasil Novo – STTR de Brasil Novo, Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Rurópolis – STTR de Rurópolis, Associação dos Agricultores do Vale Verde – AAVV, Casa Familiar Rural do município de Rurópolis, Central das associações do PA Moju, Cooperativa Mista de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar de Belterra – COOMPBEL, Associação de Hortifrutigranjeiros de Brasil Novo – APHEBRAN, Secretaria de Agricultura de Anapu, Secretaria de Meio Ambiente de Anapu, Secretaria Municipal de Agricultura de Belterra (SEMAGRI), Secretaria de Produção Familiar de Santarém (SEMPAF), Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento (SEMAGRI) de Brasil Novo, Secretaria Municipal de Educação (SEMED) de Brasil Novo, Climate and Land Use Alliance (CLUA), Projeto Floresta Familiares, Serviço Florestal Brasileiro, Unidade Regional da BR 163, UFPA /Altamira, ICMBio – Itaituba, EMATER/Brasil Novo, CEPLAC de Brasil Novo.

FONTES DE FINANCIAMENTO

Comunidade Europeia



Florestas Familiares

"Projeto busca contribuir com o desenvolvimento socioeconômico dos assentamentos e com a conservação de suas florestas e outros recursos naturais.

ANTÔNIO JOSÉ

O que é

Desde 2010, o Projeto Florestas Familiares constitui iniciativa de fortalecimento da capacidade de governança das associações responsáveis pela gestão e organizações dos assentados, especialmente em relação ao uso da terra e dos recursos florestais de comunidades e assentamentos. O foco do trabalho é, por um lado, o fortalecimento das instituições dos assentamentos, nas suas relações com as instituições governamentais e não governamentais, bem como nas suas relações com o setor privado, principalmente com o setor madeireiro.

Desta forma, este projeto visa apoiar o desenvolvimento das habilidades necessárias para o relacionamento justo entre empresas e comunidades dentro do assentamento, contribuindo com o desenvolvimento socioeconômico do assentamento e com a conservação de suas florestas e outros recursos naturais.

Área de atuação do projeto

Projetos de Assentamento Moju I & II (daqui para frente referidos como PA Moju), localizados na região de Santarém e entorno.

Linhas e estratégias de ação

- Desenvolver as habilidades necessárias para que os assentados e as instituições do PA Moju possam se fortalecer para gerir o processo e a estrutura de co-gestão do Assentamento e se relacionar com o governo e o setor privado através dos três pilares de atuação do projeto: 1. informação; 2. fortalecimento institucional; e 3. assessoria no estabelecimento de contratos empresas-comunidades;
- Análise das diversas dimensões da vida no PA Moju, i.e. social, econômica, de infraestrutura, institucional, ambiental, entre outros aspectos, onde a partir dela os assentados têm definido a direção em que querem caminhar;



- Fortalecimento institucional iniciado através do processo de realização do diagnóstico participativo em colaboração com a Central das Associações dos Assentados de Reforma Agrária do Estado do Pará (CAAREAPA), organização representativa do PA Moju;
- Elaboração de um sistema de cogestão do assentamento, a partir de um espaço de diálogo, que inclui um sistema de monitoramento do desenvolvimento e um mecanismo de discussão interinstitucional envolvendo as organizações sociais dos assentados e dos governos (municipal, estadual e federal), a todo o momento liderado por representações do assentados;
- Assessoria nos contratos empresas-comunidades, para capacitar e apoiar os assentados quanto ao estabelecimento de contratos. O acompanhamento e a assessoria técnica e jurídica pelo IPAM nesses processos dão-se na medida em que os assentados julguem necessário.

O que foi feito

- Apoio ao PA Moju com base no instrumento da planilha, por instituições como Ideflor, Embrapa, SEPAq, SEMA, SFB e Incra.
- 3 reuniões com diversos atores atuantes no assentamento PA Moju. No decorrer do processo, essas reuniões transformaram-se no Fórum de Discussão do Desenvolvimento do PA Moju e possui atualmente três grupos de trabalho: 1) a cadeia produtiva da pimenta-do-reino, 2) a criação de uma estrutura de cogestão do assentamento, e 3) a emissão da Licença de Instalação e Operação (LIO) do assentamento, a conhecida e necessária licença ambiental.
- Mapeamento participativo no PA Moju com o objetivo de caracterizar o território do assentamento no que se refere à sua cobertura florestal, atividade madeireira, infraestrutura, gestão, e produção agropecuária. Outras atividades no âmbito do Florestas Familiares em 2011 incluíram:

1. Informação

- Realização de estudo de viabilidade de manejo florestal e estruturas de gestão (em andamento).
- Retomada do trabalho na comunidade de Santa Rita de Cássia no PA Moju com reuniões de planejamento do manejo florestal comunitário e da ativação da oficina comunitária para beneficiamento de madeira.
- Visitas de análise do potencial para a piscicultura em 4 lagos de Micros Centrais Hidroelétricas (MCH) e 3 comunidades do PA Mojú em parceria com a SEPAq, assim como a realização de uma oficina de capacitação para criação de peixe em dois sistemas que se adaptam a realidade do PA Moju, o desenvolvimento de piscicultura em tanques redes nas áreas dos lagos formados pelas micro centrais hidrelétricas (MCH) e nos leitos de igarapés.

2. Fortalecimento Institucional

- Assinatura de contrato entre IPAM e CIFOR (Center for International Forestry Research) para apoio na construção de um sistema participativo de monitoramento do desenvolvimento do PA Moju.
- Assessoria à CAAREAPA e outras instituições do PA Moju (associações e cooperativa) na elaboração de proposta para fortalecimento organizacional e no



levantamento e apresentação de demandas junto à SR-30 do INCRA .

3. Assessoria a contratos empresa-comunidade

- Assessoria técnica e legal a associações e assentados do PA Moju sobre atividades produtivas como manejo florestal, piscicultura e pimenta-do-reino e apoio na articulação desses atores com outras instituições governamentais e não governamentais.
- Início de levantamento da situação dos contratos entre as comunidades e as empresas madeireiras que atuam no PA Moju I e II para identificação da situação que cada experiência possui no contexto do assentamento e dos problemas existentes.

Avaliação

O ano de 2011 foi de articulação e engajamento dos assentados e de instituições do PA Moju e atuantes nele. Avançou-se significantemente nos trabalhos de fortalecimento institucional, principalmente no que se refere ao estabelecimento e fortalecimento de diálogo entre esses atores e estabelecimento de um compromisso, embora ainda tácito, de atuar de forma conjunta para solucionar as questões que ainda travam o desenvolvimento do PA Moju.

MELHORES MOMENTOS



■ **Atuação** conjunta de instituições e assentados na Terceira Reunião do Projeto Florestas Familiares (e segunda do fórum de discussão do desenvolvimento do PA Moju);

■ **Apresentação** junto ao INCRA, por parte dos assentados, de um plano de metas do assentamento para 2012, voltado para a superação das principais dificuldades enfrentadas na consolidação da estratégia de desenvolvimento do assentamento. O plano de metas apresentado tem como base a planilha de ações geradas pelos assentados durante as "oficinas de visão" apoiadas pelo IPAM;

■ **Alcance** de uma relação de confiança com as organizações do assentamento que tem possibilitado abrir espaço para e alavancar os processos ligados às ações do projeto Florestas Familiares;





Perspectivas para 2012

Informação

- Continuidade das atividades de capacitação, sensibilização e nivelamento de manejo florestal comunitário e familiar;
- Resgate da discussão sobre Florestas Familiares e contratos empresa-comunidade;
- Realização de intercâmbios de iniciativas de manejo florestal comunitário.

Fortalecimento Institucional

- Continuidade da elaboração da estratégia de uma estrutura de cogestão do assentamento;
- Continuidade de apoio aos esforços para solucionar a emissão da LIO;
- Elaboração de sistema de monitoramento do desenvolvimento do PA Mojú (incluindo, entre outros aspectos, a atividade madeireira e os contratos empresa-comunidade).

Assessoria contratos empresa-comunidade

- Continuidade das atividades de assessoria técnica e legal a assentados e associações do PA Moju (incluindo contratos empresa-comunidade);
- Continuidade do levantamento da situação do manejo florestal no PA Moju;
- Realização de oficinas de discussão sobre Florestas Familiares e os contratos empresa-comunidade com assentados e com instituições de governo.

EQUIPE: Antônio José Mota Bentes; Brenda Rúbia

Souza; David G. McGrath; Diego Pinheiro de Me-
nezes; Stella Zucchetti Schons.

PARCERIAS Representação do Assentamento:

Central das Associações dos Assentados de Re-
forma Agrária do Estado do Pará (CAAREAPA);

Instituições Federais: Serviço Florestal Bra-
sileiro, Unidade Regional da BR163, EMBRAPA
Amazônia Oriental, escritórios de Santarém e
Belém e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
e do Recursos Naturais, Gerência de Santarém;

Instituições Estaduais: Secretaria de Estado
de Meio Ambiente do Pará, escritório regional
de Santarém; EMATER Pará, Regional de Santa-
ré; Instituto de Desenvolvimento Florestal do
Estado do Pará (IDEFLOR), unidade de Santarém
e Secretaria de Estado de Pesca e Aquicultura,
escritório de Santarém; **Instituições Munici-**

pais: Secretaria Municipal de Produção Familiar
de Santarém; **Organizações não governa-**

mentais: Center for International Forestry Research (CIFOR), Peru

FINANCIADORES: Gordon and Betty Moore
Foundation.



Planejando o Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável

"Processo orienta as ações das três esferas de governo no território, bem como integra a sociedade civil no processo de desenvolvimento territorial e conservação ambiental".

ROSANA GISÉLE COSTA

O que é

Esforço coletivo na construção de um novo modelo de desenvolvimento, sob orientação geral da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA, coerente com a dinâmica, as demandas sociais e as oportunidades efetivas das políticas públicas nos territórios da cidadania do Baixo Amazonas do Pará e BR 163/Pa. No final de 2010, o IPAM foi contratado para coordenar tecnicamente a construção do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Baixo Amazonas (PTDRS-BAM), juntamente com Colegiado de Desenvolvimento Territorial Sustentável (CODETER-BAM) e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará (FETAGRI). No mesmo período, o IPAM como integrante do CODETER BR 163/PA também assume a colaboração efetiva na construção do PTDRS da BR 163/PA.

É também um conjunto de esforços da sociedade civil com as três esferas do governo para viabilizar economicamente as unidades de conservação em prol do desenvolvimento sustentável com e para as comunidades e populações locais.

Regiões de atuação

1. **Território Baixo Amazonas** - Região oeste do Pará, banhada pelos rios Amazonas e Tapajós, composta por 13 municípios: Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Mojui dos Campos, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha, Santarém e Terra Santa.
2. **Território BR-163 (Tapajós)** - No cruzamento das rodovias Cuiabá-Santarém (BR-163) e Transamazônica (BR-230), inclui seis municípios: Aveiro, Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso, Rurópolis e Trairão, com ocupações remotas influenciadas pela navegação no rio Tapajós e abertura das referidas estradas.

Linhas e estratégias de ação

- Controle Social do Plano BR-163 Sustentável;
- Planejamento do desenvolvimento territorial considerando as bases para uma política de REDD regional;
- Gestão social dos territórios da Cidadania;
- Política de conservação no corredor BR 163.



O que foi feito

- Atualização da Base de dados de SIG da região do Baixo Amazonas, envolvendo 13 municípios, através da realização de oficinas de mapeamento participativo durante as consultas públicas sobre o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Baixo Amazonas (PTDRS-BAM) do Pará;
- Edição em laboratório de sensoriamento remoto dos dados gerados no mapeamento participativo;
- Consultas públicas em forma de oficina de trabalho para levantamento de demandas e propostas, além da análise da realidade atual do território Baixo Amazonas com vista a construção do PTDRS-BAM do Pará;
- Elaboração de versões preliminares do PTDRS-BAM do Pará;
- Organização de plenárias territoriais em conjunto com o colegiado territorial para avaliação e validação das versões do PTDRS-BAM do Pará;
- Sistematização das ações territoriais de competência do governo do estado do Pará;
- Elaboração do documento de apresentação das ações territoriais a serem inseridas no Plano Plurianual estadual (PPA) 2012-2015 visando o desenvolvimento rural sustentável do Território do Baixo Amazonas com ênfase na dinamização econômica da produção familiar;
- Colaboração nas plenárias e oficinas de elaboração e validação do PTDRS da BR-163;
- Participação nas reuniões dos Conselhos Consultivos das Flonas Itaituba I e II, Trairão, Amana, Crepori e Reserva Biológica Nascentes da Serra do Cachimbo;
- Participação no Grupo de Trabalho de criação do Conselho Consultivo do Parque Nacional do Jamaxim;
- Participação no Grupo de Trabalho sobre manejo de açaí dos Conselhos Consultivos das Flonas Itaituba I e Trairão, responsável pela elaboração do Diagnóstico participativo sobre o uso do açaí em comunidades do entorno das Florestas Nacionais de Itaituba I, II e Trairão. GT composto pelas instituições: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM);
- Organização e realização da I Oficina de Sensibilização e Nivelamento sobre REDD+ na BR-163, para informar e sensibilizar os representantes dos governos munici-
- cipais, da sociedade civil e de instituições federais e não governamentais atuantes no Território da BR163 sobre o assunto de mudanças climáticas e sobre o mecanismo de REDD;
- Organização e realização 2ª Oficina Sobre REDD+ do Território BR-163. A oficina teve como objetivos: rever os conceitos fundamentais de mudanças climáticas e REDD; conhecer as tendências de REDD no Brasil; discutir REDD no contexto do desenvolvimento territorial da BR-163; discutir a estrutura e definir os próximos passos da Comissão de Ações Socioambientais da BR 163 – CASA BR-163;
- Participação e exposição de avaliação do Plano BR-163 Sustentável em eventos regionais organizados pela sociedade civil.

MELHORES MOMENTOS



■ **Discussão** e aprovação pública das ações territoriais propostas para o Plano Plurianual estadual (PPA) 2012-2015 visando o desenvolvimento rural sustentável do Território do Baixo Amazonas com ênfase na dinamização econômica da produção familiar.

■ **Constituição** da Comissão de Ações Socioambientais da BR-163/CASA BR-163, com objetivo de dar continuidade a sensibilização da sociedade civil e governantes sobre os significados e papel do REDD+ na abordagem de desenvolvimento territorial rural sustentável.

■ **Contribuição** na realização do “Diagnóstico Participativo Sobre o Uso do Açaí” em comunidades no entorno das Florestas Nacionais de Itaituba I, II e Trairão.



Avaliação

- Levantamentos e análises de dados têm subsidiado a participação social nas decisões sobre a viabilidade socioeconômica das unidades de conservação e o desenvolvimento territorial sustentável.

INDICADORES



- ✓ **3** consultas públicas em forma de oficinas de trabalho para construção do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Baixo Amazonas do Pará. Realizada uma em cada município integrante do território;
- ✓ **57** pessoas nas oficinas de trabalho para construção do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Baixo Amazonas do Pará;
- ✓ Realização de **3** plenárias de avaliação e aprovação das ações territoriais propostas para o Plano Plurianual estadual (PPA) 2012-2015 e aprovação do PTDRS BAM do Pará;
- ✓ Participação de **87** representantes do colegiado territorial na aprovação do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Baixo Amazonas do Pará;
- ✓ Organização de **2** oficinas sobre REDD+ na BR-163, com participação de **73** pessoas;
- ✓ Participação de **73** pessoas nas oficinas sobre REDD+ na BR 163;
- ✓ Produção de mapas temáticos (fundiário, infraestrutura, conflitos, uso da terra, recursos naturais) resultantes das oficinas de mapeamento participativo;
- ✓ Elaboração e aprovação de **5** propostas técnicas em resposta aos editais do componente II do Projeto Gcp/Bra/070/Ec – Manejo Florestal, Apoio à Produção Sustentável e Fortalecimento da Sociedade Civil na Amazônia Brasileira, Financiado pela Comissão Europeia, com Gestão e Apoio Técnico da FAO e Executado pelo Ministério do Meio Ambiente.

Perspectivas para 2012

- Concluir o documento final do PTDRS-BAM do Pará;
- Continuar participando e colaborando tecnicamente com o colegiado territorial da BR-163 e Baixo Amazonas do Pará;
- Integrar ações de capacitação sobre alternativas técnicas de produção sustentável no processo de assessoria aos conselhos consultivos das Unidades de Conservação;
- Continuar participando do controle social do Plano BR-163 Sustentável através de eventos e levantamentos;
- Participação nas ações do consórcio pelo Desenvolvimento Socioambiental da Área de Influência da BR-163;
- Realizar oficinas sobre REDD+ no território Baixo Amazonas do Pará e BR-163/Pa;
- Levantar informações sobre a dinâmica dos assentamentos de reforma agrária localizados nas regiões, da BR 163 e Baixo Amazonas no Pará;
- Continuar participando das reuniões dos conselhos consultivos das unidades de conservação do território BR 163 e colaborando tecnicamente para a implementação dos planos de trabalho com vista a consolidação das UCs.



EQUIPE Antonio José Bentes; Brenda Rubia; Edivan Carvalho; Felipe Resque Jr.; Rogério Favacho; Rosana Gisele Cruz Pinto da Costa; Stella Zucchetti Schons.

COLABORADORES EXTERNOS: João Raimundo Almeida (CODETER BAM); Maria Rosa Almeida (FETAGRI BAM); Edivar Pimentel (EMBRAPA núcleo Santarém); Edinelson Saldanha.

PARTNERSHIPS Colegiado Territorial do Baixo Amazonas; Incra-Regional Santarém (SR 30); Emater-regional Santarém; Embrapa-núcleo regional de Santarém; prefeituras de Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha, Santarém e Terra Santa; Colegiado Territorial da BR-163; Fórum dos Movimentos Sociais da BR-163; Centro de Estudos, Formação de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Baixo Amazonas (CEFTBAM); Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Estado do Pará/regional do Baixo Amazonas (Fetagri/BAM); Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Estado do Pará (Fetagri/PA); Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lucas de Rio Verde; Fórum Matogrossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (Formad); Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP). Fórum de Gestão do Plano BR-163; Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará (Ideflor) - Baixo Amazonas; Secretaria de Agricultura do Estado do Pará (Sagri) - Baixo Amazonas, Instituto Chico Mendes para a Conservação da Biodiversidade - Regional BR-163 (ICMBio); Serviço Florestal Brasileiro. Colegiado Territorial da BR 163/Pa, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Rurópolis, Trairão, Itaituba; Aveiro, Jacareacanga, Novo Progresso, Fórum dos Movimentos Sociais da BR-163, Paróquia de Rurópolis;

FONTES DE FINANCIAMENTO Climate and Land-Use Alliance. Cáritas/Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA

Programa *Mudanças Climáticas*



Busca a construção de um novo modelo de desenvolvimento amazônico que gere crescimento econômico e melhoria na qualidade de vida das populações locais, através da conservação ambiental, da redução das emissões por desmatamento e da manutenção da integridade funcional dos ecossistemas da região. As atividades são

desenvolvidas em vários níveis, do local, através de estudos e projetos demonstrativos, ao global, com a participação nas negociações internacionais da Convenção do Clima da ONU, promovendo sempre a conexão entre atores e agentes dessa extensa cadeia que interfere na dinâmica florestal tropical e climática do mundo.





Equipe

Osvaldo Stella (engenheiro mecânico, doutor em Ecologia e Recursos Naturais; diretor do programa Mudanças Climáticas)

Bernhard J. Smid (internacionalista, mestre em Negócios Internacionais; Supervisor de políticas públicas)

Demian Nery (antropólogo, especialista em Relações Internacionais; pesquisador)

Edimilson de Sousa de Oliveira (técnico em agropecuária com habilitação em agricultura; técnico)

Erika Pinto (ecóloga; pesquisadora e gerente regional de projetos/Brasília);

Galdino Xavier (engenheiro agrônomo; assistente de pesquisa);

Jaciane Guimarães (graduanda em agronomia; estagiária)

Juliana Splendore (internacionalista; assistente de pesquisa)

Lidianne Gama (graduanda em agronomia; estagiária)

Lucimar Souza (psicóloga, mestre em Estudos Latino-americanos com concentração em Conservação Tropical e Desenvolvimento; gerente regional de projetos/Altamira);

Marcos Ximenes Ponte (engenheiro mecânico, doutor em Engenharia Aeronáutica e Mecânica; coordenador de projetos)

Mariana Christovam (internacionalista, mestre em Economia Internacional com ênfase em Governança das Organizações para o Desenvolvimento Internacional; pesquisadora)

Ricardo Rettmann (gestor Ambiental, mestrando em Política e Desenvolvimento Sustentável; assistente de pesquisa);

Rodrigo Santos da Silva (técnico em agropecuária; técnico)

Simone Mazer (engenheira florestal; assistente de pesquisa)



Clima e Negociações Internacionais

"O IPAM, com o intuito de incidir eficazmente nas negociações da UNFCCC, tem o histórico de produzir propostas e recomendações sobre os acordos de clima. Em conjunto com parceiros, o Instituto foi o criador do conceito "redução compensada do desmatamento" durante a COP 9, em Milão. Esse conceito foi posteriormente adotado pela UNFCCC e agora é conhecido como um dos pilares do REDD+."

MARIANA CHRISTOVAM

O que é

Promove atividades relacionadas às negociações internacionais no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas Sobre Mudança do Clima (UNFCCC, em inglês), com o objetivo de monitorar e influenciar as negociações sobre clima e florestas, além de divulgar estudos sobre os impactos da mudança do clima, a evolução dos acordos e suas consequências internacionais, nacionais e locais. Dessa forma, a equipe do IPAM empenha-se em transmitir informações atualizadas, qualificadas e em linguagem acessível à sociedade brasileira e latino-americana, trabalhando transversalmente com os eixos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais, Políticas Públicas, Representação no Programa de REDD da ONU e Programa MAP (Madre de Dios, Acre e Pando).

Estratégias de ação

- Acompanha as negociações buscando influenciar os acordos sobre o clima por meio de propostas e recomendações redigidas em conjunto com organizações não governamentais de diferentes países;
- Realiza eventos paralelos (side events) nas conferências do clima, destacando a importância da conservação de florestas nativas e do adequado funcionamento do mecanismo de REDD+;
- Divulga estudos, análises científicas e notícias referentes ao clima, às florestas e aos impactos das mudanças climáticas sobre as populações tradicionais a fim de sensibilizar as diversas esferas de governo e a sociedade civil em relação aos desafios e às oportunidades das negociações;
- Amplia a participação de lideranças indígenas e de comunidades tradicionais nas Conferências das Partes sobre o Clima (COPs) e nas reuniões intermediárias da UNFCCC, viabilizando a logística, promovendo traduções e orientações técnicas a esses representantes.



Realizações em 2011

- Participação na 14º reunião do Grupo de Trabalho Ad Hoc sobre Ação Cooperativa de Longo Prazo no âmbito da Convenção (AWG-LCA) e na 16º reunião do Grupo de Trabalho Ad Hoc sobre Compromissos Adicionais no âmbito do Protocolo de Quioto para os Países do Anexo I (AWG-KP) entre 3 e 10 de abril, em Bangkok, Tailândia.
- Submissão de três propostas à UNFCCC em conjunto com organizações parceiras: Duas referentes a novos mecanismos baseados em mercado, para a implementação de REDD+, e uma sobre diretrizes metodológicas referentes ao mecanismo de REDD+, incluindo orientação para o sistema de informações sobre a implementação de salvaguardas, sobre mensuração, comunicação e verificação de carbono florestal (MRV, em inglês) e níveis de referência de emissões¹.
- Participação nas reuniões do Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico e Tecnológico (SBSTA, em inglês), AWG-LCA e AWG-KP preparatórias para a COP 17 entre 6 e 16 de junho, em Bonn (Alemanha) e entre 1 a 7 de outubro, no Panamá.

COP 17, Durban, África do Sul, 28 de novembro a 9 de dezembro de 2011

- Em estande próprio na COP 17, o IPAM divulgou publicações e artigos científicos e lançou a versão em inglês do livro do REDD no Brasil: um enfoque amazônico, produzido em parceria com o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) e a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE). Organizações parceiras como COIAB, COICA, FUNAI e IPEA divulgaram seus materiais em conjunto com o IPAM.

Side event

- Durante as COPs, o IPAM costuma promover com parceiros, eventos sobre os temas em negociação, conhecidos na linguagem da UNFCCC como side events. Esses têm a finalidade de promover um espaço de diálogo entre os negociadores e observadores

1 Para esse tema o IPAM enviou uma submissão sozinho que pode ser acessada em: <http://unfccc.int/resource/docs/2011/smsn/ngo/217.pdf>. E outra, em parceria com outras ONGs que pode ser acessada desde: <http://unfccc.int/resource/docs/2011/smsn/ngo/223.pdf>

2 <http://unfccc.int/resource/docs/2011/smsn/ngo/318.pdf>

(sociedade civil) e de influenciar as negociações por meio de subsídios científicos.

- O IPAM realizou seu evento paralelo na COP 17 no dia 30 de novembro de 2011. Para um público de cerca de 80 pessoas, representantes do IPAM, do governo do Acre, do Fórum Global dos Governadores para Clima e Floresta (GCF, em inglês), e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) discorreram sobre iniciativas subnacionais de programas de REDD+ no Brasil.

1. Reunião com a Delegação Brasileira e Climate Action Network (CAN) na COP 17

2. Side event do IPAM na COP 17, Durban, África do Sul





Coletiva de Imprensa sobre o Código Florestal com Marina Silva, na COP 17

Coletivas de imprensa

- As coletivas de imprensa promovidas pelo IPAM e parceiros tiveram quórum elevado e repercussão na mídia internacional. Os principais temas abordados foram:
 - Os riscos das alterações do Código Florestal e de mega empreendimentos para as florestas brasileiras, destacados por representantes da COIAB, IPAM, GTA e WWF.
 - O Observatório do REDD+ como uma iniciativa de monitoramento social de projetos e programas de REDD+ no Brasil, em mesa composta por GTA, Coiab, povos Kanindé e associação do povo indígena Suruí.
 - O Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais (SISA) do Estado do Acre, seus benefícios e o Programa REDD+, incluindo mecanismos para promover a iniciativa de um comércio sustentável e uma economia de baixo carbono, com a participação do Instituto de Mudanças Climáticas do Acre (IMC).
 - Os impactos negativos da reforma do Código Florestal para o meio-ambiente e para o clima, com participação da ex-senadora e ex-ministra do meio-ambiente Marina Silva.,

Participação e empoderamento de povos indígenas e comunidades tradicionais nas negociações de clima

- Desde 2000, o IPAM vem apoiando a participação de lideranças nas COPs e reuniões intermediárias, viabilizando a logística, traduções e as orientações técnicas

necessárias. Na COP 17, o IPAM apoiou a participação de quatro representantes indígenas e uma liderança do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA). Como um dos principais resultados alcançados, os indígenas amazônicos brasileiros tiveram maior participação nas reuniões do Caucus indígena, fortalecendo a articulação dentro desse grupo para influenciar diretamente temas da negociação como o sistema de salvaguardas socioambientais de REDD+, o Fundo Verde do Clima, o Protocolo de Kyoto e os planos de adaptação e mitigação. Ainda por meio dessa articulação, diversas reuniões estratégicas para a definição de planos para a Rio+20 foram organizadas entre os diversos grupos de povos indígenas do mundo, embaixadores e grupos da sociedade civil.

- Além disso, o IPAM trabalha em alianças nacionais e internacionais para aperfeiçoar a incidência da sociedade civil dos países em desenvolvimento, especialmente do Brasil. Entre essas alianças, estão:
 - Nacionais: Observatório do Clima, Observatório do REDD+, Grupos de Trabalho de Mudança de Clima (GT Clima) e de Florestas (GT Floresta) do FBOMS (Fórum Brasileiro de Organizações Não Governamentais e Movimentos Sociais);
 - Internacionais: Climate Action Network (CAN), Climate Action Network Latinamerica (CAN-LA) e Grupo Latino-americano frente al Cambio Climático (GLACC).

INDICADORES



- ✓ **Participação** em 3 reuniões intermediárias da UNFCCC.
- ✓ **Envio** de 3 submissões sobre elementos técnicos e políticos do mecanismo de REDD+ à UNFCCC.
- ✓ **Realização** de 4 coletivas de imprensa com organizações parceiras e convidados especiais na COP 17.
- ✓ **Presença** de 80 pessoas no side event do IPAM na COP 17.
- ✓ **Apoio** à participação de 4 lideranças de comunidades indígenas e movimentos sociais na COP 17.



MELHORES MOMENTOS



- **Repercussão** na mídia internacional da coletiva de imprensa durante a COP 17 sobre os impactos das alterações do Código Florestal brasileiro com a participação da ex-senadora e ex-ministra do meio-ambiente Marina Silva.
- **Lançamento** da versão em inglês do livro *REDD no Brasil: um enfoque amazônico*.

Avaliação

Em 2011, o IPAM deu atenção especial ao seu trabalho histórico em favor da participação e empoderamento dos povos Indígenas e de comunidades tradicionais nos fóruns multilaterais de negociação climática. O apoio à participação de um maior número de lideranças amazônicas e o acompanhamento da agenda indígena na COP 17 são indicadores importantes de como essa causa social tem ganhado espaço nas ações do Instituto. O acompanhamento das negociações internacionais aliado à informação qualificada sobre a realidade brasileira, especialmente a amazônica, torna possível influenciar as discussões em nível internacional e nacional, sobretudo em temas relacionados à Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação florestal (REDD+).

EQUIPE: Osvaldo Stella Martins; Paulo Moutinho; Mariana Christovam; Tracy Johns; Andrea Azevedo; André Costa Nahur; Juliana Splendore; Demian Nery; e Bernhard Smid.

PARCERIAS: Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônica Brasileira (Coiab), Coordinadora de las Organizaciones Indígenas de la Cuenca Amazónica (Coica), Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), Observatório do Clima, Observatório do REDD+, Environmental Defense Fund (EDF), Woods Hole Research Center (WHRC).

FINANCIADORES: Embaixada da Noruega, Climate and Land-Use Alliance (CLUA), Environmental Defense Fund (EDF).

Perspectivas

- Continuar o empenho na construção de um acordo mundial com justiça climática, que inclua o conceito de REDD+, reconhecendo os direitos e a importância das populações indígenas e das comunidades tradicionais na conservação das florestas, a fim de melhorar as condições sociais, ambientais e econômicas da região amazônica.
- Ampliar a participação qualificada de representantes de movimentos sociais nos próximos fóruns de discussão internacional previstos para 2012 como a Rio+20 e a COP 18.
- Contribuir para a criação de um sistema eficaz com informações sobre as salvaguardas socioambientais para REDD+ e para a inclusão de mecanismos de mercado para o financiamento das ações de REDD+.



Fortalecimento e consolidação do extrativismo na Amazônia

"O extrativismo tradicional da Amazônia é uma atividade importante para a redução do desmatamento e melhoria da qualidade de vida das populações que vivem na e da floresta, já que estas populações necessitam da floresta sadias para manutenção das suas atividades de subsistência".

SIMONE MAZER

O que é

O IPAM, ao longo dos anos, vem traçando uma história de parceria com as populações extrativistas da Amazônia, através da instituição que as representa, o Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS, antigo Conselho Nacional dos Seringueiros). Essas populações historicamente colaboraram para o controle do desmatamento, sendo que é da floresta em pé que praticam sua atividade de subsistência, e, por conta disso, o extrativismo na Amazônia vem enfrentando uma série de dificuldades tais como perseguições às lideranças, falta de fomento para as atividades produtivas e dificuldade de apoio para a mobilização social. Neste cenário, o IPAM, junto ao CNS, tem trabalhado na elaboração de estratégias para o fortalecimento desta atividade, de forma a garantir a melhoria na qualidade de vida das populações e, como consequência, contribuir para a redução do desmatamento.

Estratégias de ação

- Elaboração e implementação de estratégias para o fortalecimento e consolidação das atividades extrativistas na Amazônia, com ações vinculadas à mobilização social de lideranças e comunitários extrativistas e de apoio para garantir agregação de valor à produção extrativista, aumentando assim a geração de renda local.

O que foi feito em 2011

Em 2011, o IPAM e CNS trabalharam em duas atividades principais:

- **Fortalecimento do Comércio Ribeirinho da Cidadania e Solidário:**

A iniciativa do comércio ribeirinho é uma ideia da Associação dos Produtores Rurais de Carauari (ASPROC) que teve início em 2009, em comunidades que vivem à beira do rio Juruá, estado do Amazonas. O comércio ribeirinho visa atender a demanda de consumo e venda da produ-



ção de comunidades ribeirinhas por meio de cantinas (entrepostos de comercialização) localizadas ao longo das comunidades, distantes até 52 horas de barco da cidade mais próxima, Caruari. A ASPROC resgata a produção dos comunitários e distribui produtos de necessidade básica entre as cantinas de comercialização, localizadas em 15 comunidades ao longo do rio Juruá. As cantinas têm o objetivo de facilitar a vida das comunidades ribeirinhas, porém, a iniciativa foi criada sem planejamento específico e necessário para o comércio.

Assim, o projeto "Fortalecimento do Comércio Ribeirinho da Cidadania e Solidário" tem por objetivo fortalecer essa iniciativa, ampliando estruturas utilizadas para esse comércio, com a formulação de um plano de negócios, capacitação dos cantineiros e consolidação do modelo de gestão da associação.

O projeto foi selecionado pelo Conselho do Fundo de Direitos Difusos (CFDD), vinculado ao Ministério da Justiça, em meados de 2011. Em outubro deste mesmo ano, o IPAM fez uma visita à comunidade de Santo Antônio do Brito, no Amazonas, com a diretoria da ASPROC, cantineiros e lideranças locais, para apresentar o projeto recém-aprovado e iniciar um planejamento conjunto.

■ Proposta para o Fundo Amazônia

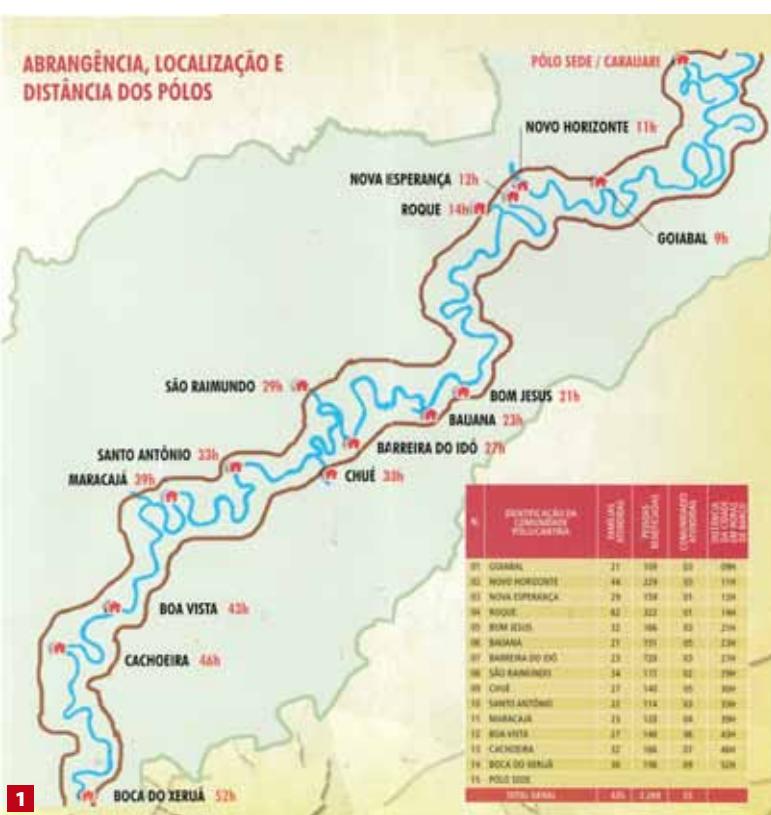
Em 2011, o IPAM, o CNS e o Memorial Chico Mendes realizaram uma série de encontros e debates para encontrar a melhor estratégia para a consolidação do extrativismo na Amazônia. Dentre as fontes de financiamento discutidas, o Fundo Amazônia chamou atenção: trata de um recurso que já está disponível e objetiva, principalmente, apoiar iniciativas que colaborem para a redução do desmatamento.

As populações extrativistas na Amazônia colaboram para a contenção do desmatamento em toda esta região. Estudos mostram que o desmatamento dentro de áreas protegidas, como as Reservas Extrativistas (RESEX) e Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), é significativamente menor que nas áreas de entorno.

Apesar deste importante papel, o extrativismo ainda encontra uma série de entraves para o seu desenvolvimento e consolidação. É neste cenário que se pretende desenvolver uma estratégia que colabore para a mobili-

1 Abrangência, localização e distância dos polos de comercialização (cantinas).
FONTE: ASPROC

2 1º encontro do projeto "Fortalecimento do Comércio Ribeirinho da Cidadania e Solidário", comunidade de Santo Antônio do Brito, Carauari-AM.
FOTO: Simone Mazer





zação social das populações extrativistas na Amazônia e garanta a inserção da produção extrativista no mercado, com seu devido valor agregado.

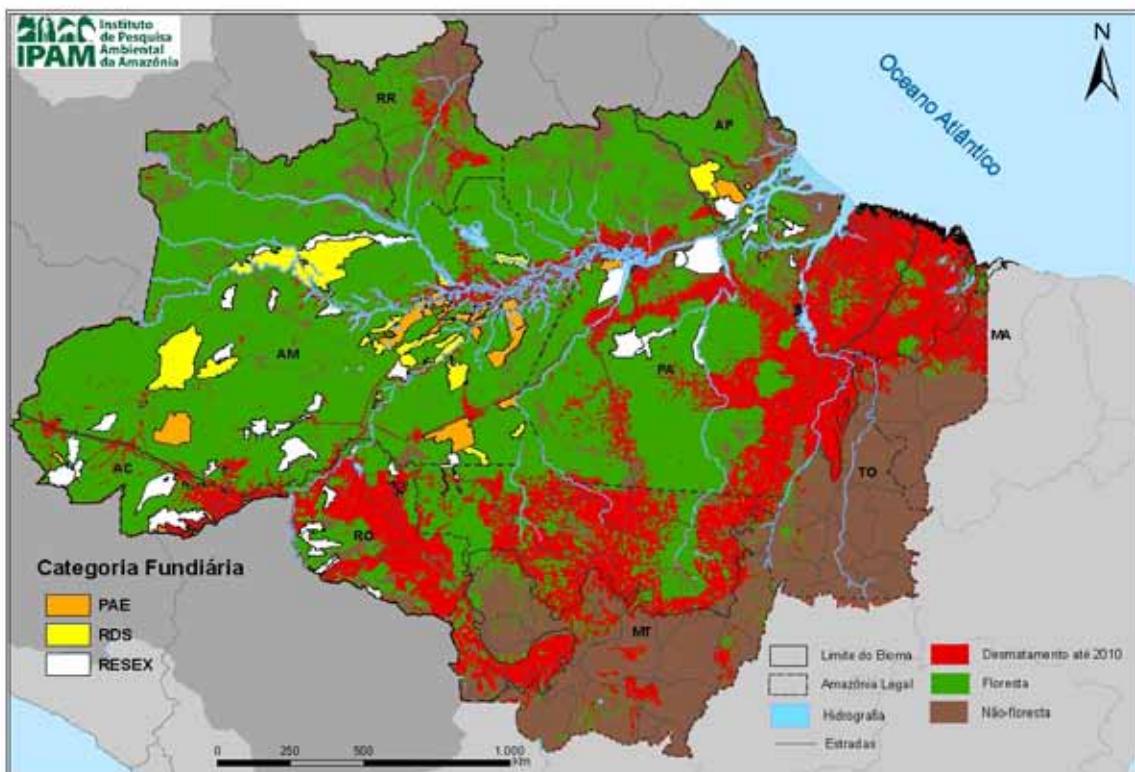
As propostas estão sendo compiladas e em breve serão encaminhadas ao BNDES, instituição responsável pela gerência dos recursos do Fundo Amazônia.

MELHORES MOMENTOS



- **Aprovação do projeto** "Fortalecimento do Comércio Ribeirinho da Cidadania e Solidário" pelo Conselho do Fundo de Direitos Difusos (CFDD) - Ministério da Justiça;
- **Primeiro encontro** para apresentação do projeto "Fortalecimento do Comércio Ribeirinho da Cidadania e Solidário" na comunidade de Santo Antônio do Brito, Carauari, Amazonas;
- **Parceria firmada** entre IPAM, CNS e Memorial Chico Mendes na missão de buscar uma estratégia de consolidação do extrativismo na Amazônia.

Áreas extrativistas na Amazônia: RESEX, RDS e PAE; desmatamento até 2010.
PRODUÇÃO: IPAM, 2011. FONTE: INPE, 2010.





Avaliação

Estratégias que assegurem a permanência destas populações nas áreas de extrativismo da Amazônia e o desenvolvimento sustentável das Reservas Extrativistas precisam ser elaboradas e implementadas de forma a garantir a manutenção do papel que estas comunidades têm desempenhado como "guardiãs" da floresta, que conservam os recursos florestais, a biodiversidade e a funcionalidade de serviços ambientais múltiplos. Para isso, é necessário promover melhorias na qualidade de vida destas populações viabilizando a manutenção e o aperfeiçoamento de práticas tradicionais de produção com base no uso sustentável dos recursos naturais. A combinação da melhoria da qualidade de vida e alternativas econômicas de longo prazo irão assegurar a permanência das populações extrativistas nessas áreas.

De acordo com o Plano Nacional sobre Mudanças do Clima (PNMC), "os esforços em fomentar um nível de desempenho do setor produtivo, pautado nas melhores práticas em cada um dos setores específicos, serão uma forma de se buscar reduzir o conteúdo de carbono do produto interno bruto brasileiro, aumentar a competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional, fazer crescer a renda e gerar excedentes econômicos que possam garantir maiores níveis de bem-estar social".

Dessa forma, é fundamental a criação de estratégias para o fortalecimento e consolidação do extrativismo na Amazônia, missão que IPAM e CNS vêm buscando alcançar.



Perspectivas

Para os próximos anos, espera-se elaborar uma estratégia para a consolidação do extrativismo na Amazônia, através da captação de recursos para projetos como o de Carauari, realização de oficinas de nívelamento sobre REDD+ no âmbito do extrativismo, além da busca de apoio ao CNS para realização de suas atividades de mobilização.

Em 2012, espera-se, também, concluir a proposta de projeto para o Fundo Amazônia, que contempla uma ampla ação em áreas extrativistas da Amazônia, garantindo a sustentabilidade das atividades do CNS em longo prazo, trabalhando pela melhoria da qualidade de vida dessas populações e pela manutenção da floresta em pé.

EQUIPE: Simone Mazer (engenheira florestal), Pau-
lo Moutinho (biólogo e diretor do Instituto),
Osvaldo Stella (engenheiro mecânico e coor-
denador do Programa Mudanças Climáticas),
Erika Pinto (ecóloga), Ricardo Rettmann (gestor
ambiental), Jesus Freitas (economista), Rogério
Favacho (administrador)

PARCERIAS: Associação dos Produtores Rurais de
Carauari (ASPROC), Conselho Nacional das Po-
pulações Extrativistas (CNS), Memorial Chico
Mendes.

FONTES DE FINANCIAMENTOS: Climate and
Land Use Alliance (CLUA), Ministério da Justiça.

*Encontro IPAM, CNS e Memorial Chico Mendes - Rio Branco/AC
Da esquerda para direita:
Antônio Carvalho (CNS-MA),
Célia Favacho (CNS-PA), Pedro
Ramos (CNS-AP), César Bazan
(CNS-RO), Manoel Cunha (CNS-
AM), Cristina da Silva (CNS-PA),
Mary Allegretti (Memorial Chico
Mendes)
Abaixo: Ricardo Rettmann
(IPAM), Simone Mazer (IPAM),
Atanagildo Matos (CNS-PA).*



MDL Florestal e recuperação de áreas degradadas no Mato Grosso

Temos como finalidade incentivar economicamente, por meio do mercado de carbono, os produtores rurais a recompor suas Áreas de Preservação Legal, tão importantes para manutenção dos recursos hídricos, conservação de solos e de biodiversidade.

ROBERTA CURY

O que é

O projeto objetiva desenvolver e implementar um amplo Programa de Atividades (PoA) relacionado a Restauração Florestal, que tem por finalidade o sequestro de carbono em áreas degradadas de mata ciliar com a consequente geração de Reduções Certificadas de Emissões (RCEs). O Programa de Restauro Florestal será concretizado mediante a implementação de diversas Atividades de Projeto (CPAs) relativas à recuperação e à proteção de determinadas Áreas Elegíveis, localizadas em propriedades rurais utilizadas para atividades agrícolas e/ou pecuárias na região das cabeceiras do Rio Xingu, no Estado do Mato Grosso.

O IPAM e a Aliança da Terra desenvolvem na região o Cadastro de Compromisso Socioambiental, cujo principal objetivo é permitir que produtores rurais interessados em desenvolver suas atividades mantendo os serviços ambientais de suas propriedades tenham auxílio técnico e financeiro nesta iniciativa e, no futuro, sejam valorizados pelo mercado por suas boas práticas. Assim, nas fazendas cadastradas, onde há um contato direto com os proprietários e com as equipes de campo, cria-se a condição ideal

para o desenvolvimento de projetos-piloto de Sequestro de Carbono, por meio da recuperação de suas áreas degradadas.

Dada a quantidade de áreas a serem recuperadas nas diferentes fazendas cadastradas, constatou-se que, mediante o desenvolvimento de projetos-piloto, existe uma enorme oportunidade para o desenvolvimento de metodologias e de um PoA a serem validados e registrados no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), previsto no Protocolo de Kyoto.

Estratégias de ação

Através de uma metodologia certificada pela Organização das Nações Unidas (ONU), a estratégia é que possa ser estabelecido um Programa de Atividades (PoA) relacionado a Restauração Florestal, que possa abranger diferentes áreas na região das cabeceiras do rio Xingu.

Dessa forma, espera-se incentivar economicamente, com mercado de carbono, os produtores rurais a recompor suas Áreas de Preservação Permanente e Reservas Legais, tão importantes para manutenção dos recursos



ídricos e conservação de solos, entre outros serviços essenciais.

O projeto-piloto está sendo realizado em duas fazendas da região - Agrovaz e Beira Rio- e através da implantação florestal objetiva-se identificar as melhores estratégias de restauração a serem aplicadas em áreas com diferentes níveis de degradação florestal e compilar as informações obtidas a fim de fornecer um suporte científico para outras iniciativas semelhantes na região.

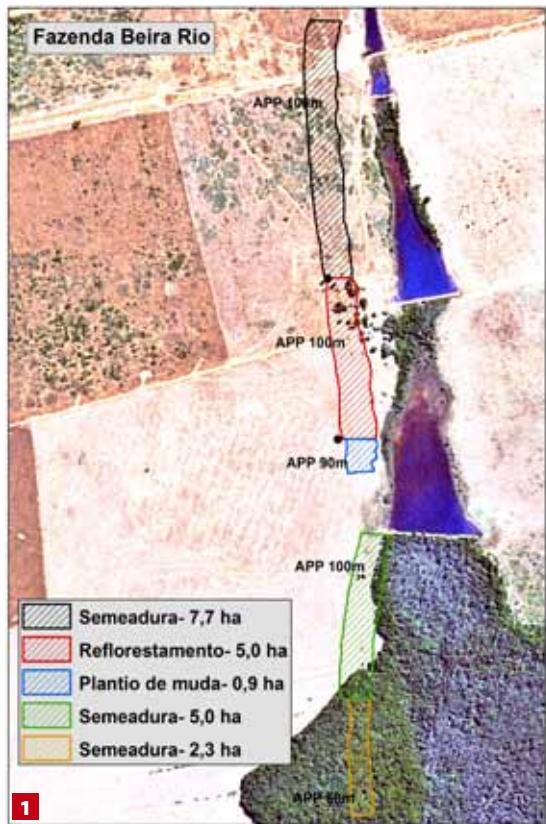
O que foi feito

Ainda em 2009, foram escolhidas duas fazendas (Agrovaz e Beira Rio - Fig. 1) para receberem as primeiras intervenções de restauro florestal. Após a caracterização completa das melhores áreas e das técnicas para o melhor crescimento da floresta e de acompanhamento científico do processo, a intervenção foi realizada em 2010.

No total foram plantados 51,1 ha, sendo 30,2 ha na fazenda Agrovaz e 20,9 na Fazenda Beira Rio. Foi realizado um trabalho em conjunto com moradores da região desde o início do processo, com a finalidade de incentivar e auxiliar na produção de mudas. As quase 10.000 mudas utilizadas nos plantios e replantios foram adquiridas de cinco fornecedores, que comprovaram que a confiança estabelecida e a assistência técnica foram fundamentais.

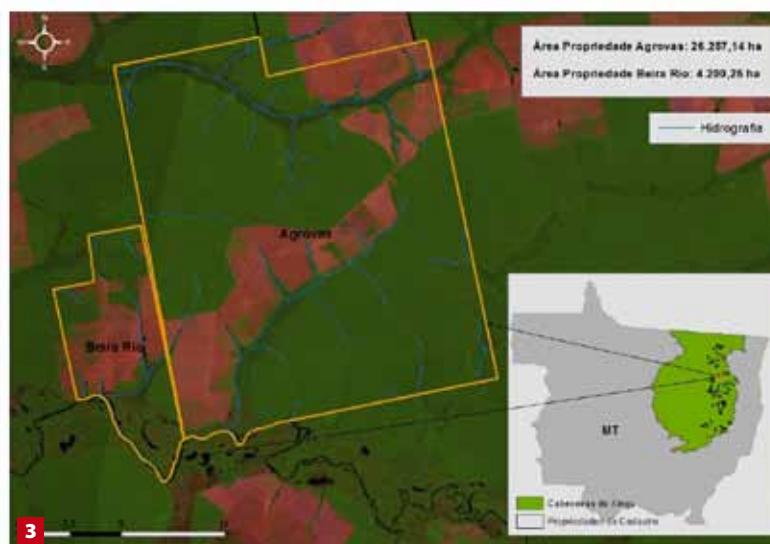
O ano de 2011 foi dedicado a manutenção destas áreas, incluindo atividades de:

- Substituição e replantio de mudas mortas;
- Adubação das áreas;
- Controle de daninhas, principalmente capim;
- Controle de formigas;
- Manutenção de cercas e aceiros;



1 e 2 Mapa de Localização das Fazendas Agrovaz e Beira Rio, São Felix do Araguaia, Mato Grosso.

3 Mapas de localização das APPs na Fazenda Agrovaz e Beira Rio, São Felix do Araguaia, Mato Grosso.





INDICADORES



- ✓ **Publicação** do livreto "Manual para Restauração Florestal: florestas de transição" em junho de 2001, em Canarana, Mato Grosso. O livro aponta os caminhos ecológicos viáveis para reparar danos ambientais em áreas desmatadas através do restabelecimento da cobertura florestal.
- ✓ **Lançamento** e divulgação do manual em novembro de 2011 na 2º premiação do evento "Produzindo Certo" promovido pela Aliança da Terra em Goiânia, que reuniu aproximadamente 200 pessoas entre produtores rurais, empresários, pesquisadores e professores.



1



2

MELHORES MOMENTOS



- **Finalização** dos plantios no início de 2011 e início das etapas de monitoramento e manutenção das áreas em restauração;
- **Finalização** e lançamento do "Manual para Restauração Florestal: florestas de transição".



3



4

1 Controle de capim via coroamento químico de mudas na Fazenda Agrovaz no município de São Félix do Araguaia, Mato Grosso.

2 Coroamento de mudas manual

3 e 4 Coroamento de mudas com pulverizador



Avaliação

além da geração de informações importantes para o manejo de áreas degradadas e de material para capacitação de pessoal (produtores e trabalhadores rurais), pretende-se que os resultados do projeto sejam aplicáveis na resolução de problemas relacionados ao desmatamento ainda bastante comuns no estado do Mato Grosso, especialmente nas zonas de fronteira entre o cerrado e florestas de transição. Tais áreas mostram-se mais suscetíveis, levando a maiores perdas em biodiversidade, em serviços ambientais e maiores riscos de incêndios e, consequentemente, para a produção agrícola e pecuária. Para reverter este quadro é necessário adotar medidas de manejo visando tanto a restauração ecológica quanto sistemas produtivos sob manejo sustentado.

EQUIPE: Osvaldo Stella; Oswaldo Carvalho; Ricardo Rettmann; Roberta Cury e Simone Mazer.

PARCERIAS: Aliança da Terra e comunidades rurais da região de São Felix do Araguaia

FINANCIADORES: Rabobank

Perspectivas

A manutenção das áreas restauradas continuará em 2012, com possibilidade de expansão da experiência para outras fazendas da região ou outras áreas destas mesmas fazendas piloto.



Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais

"A consolidação do eixo estratégico para povos indígenas e comunidades tradicionais é uma grande conquista do Programa de Mudanças Climáticas do IPAM."

JULIANA SPENDORE

O que é

Eixo estratégico voltado para a promoção de diálogos interculturais que fortaleçam a participação de povos indígenas e comunidades tradicionais no contexto político nacional e internacional de tomada de decisão sobre questões relacionadas à mudança do clima e a garantia de direitos adquiridos. Nesse sentido, o IPAM oferece apoio técnico e informação qualificada, fomentando os esforços dessas populações por autonomia política e respeito às terras, direitos e culturas.

Estratégias de ação

Com foco na viabilização de diálogos interculturais, em que o conhecimento é produzido e disseminado através de metodologias horizontais e holísticas de trabalho, o IPAM realiza oficinas, seminários e capacitações na região Amazônica, dentro e fora do Brasil. Tais atividades são demandas de organizações representativas dos povos indígenas e comunidades tradicionais amazônicas, como a Coordenação das Organizações Indígenas

da Amazônica Brasileira (Coiab), o Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA); e, em âmbito internacional, a Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (Coica), além de organizações locais e regionais. Adicionalmente, o IPAM presta apoio técnico à Fundação Nacional do Índio (Funai) - órgão responsável pela execução da política indigenista brasileira – por meio de cursos de nivelamento para os servidores da Funai em Mudanças Climáticas e REDD+, além de prestar na elaboração de documentos de posicionamento do órgão em relação a discussão de REDD+ e publicações relacionadas.

O que foi feito

- Realização do seminário sobre Mudanças Climáticas e REDD+, Centro Amazônico de Formação Indígena (Cafi), na cidade de Manaus, (24 a 31 de Janeiro);
- Apoio técnico na publicação do guia Diálogos Interculturais - Povos Indígenas e Mudanças Climáticas;
- Apoio técnico em pareceres da Funai sobre Projetos

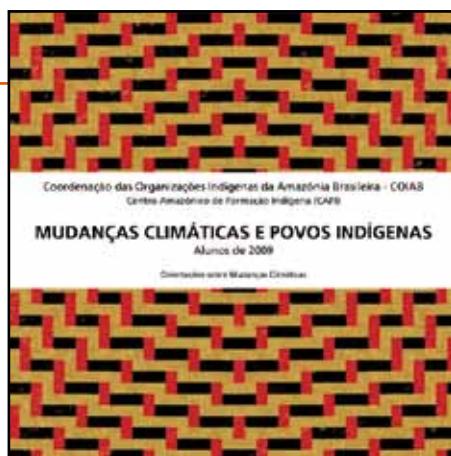


- de Mercado Voluntário de Carbono para REDD+ em Territórios Indígenas;
- Realização do seminário “Mudanças Climáticas e seus efeitos negativos”, realizado pela Coica em parceria com a Organização dos Indígenas do Suriname (OIS);
- Colaboração junto à Coica para a definição de posicionamento institucional em relação ao Programa Nacional de REDD+ do Equador sob apreciação do Conselho Normativo do Programa UN-REDD, Da Lat, Vietnã (21 a 23 de março);
- Realização do seminário sobre Mudanças Climáticas e REDD+ Nivelamento dos Servidores da Funai em Brasília (5 a 7 de abril);
- Realização do seminário sobre Mudanças Climáticas e REDD+ com o Cafi em Manaus, Amazonas (13 a 17 de junho);
- Apoio à Funai na elaboração da proposta de Formação Continuada para Povos Indígenas e REDD+ submetida ao Fundo de Direitos Difusos do Ministério da Justiça;
- Apoio à Coica para a realização do Primeiro Grande Encontro Regional Amazônico: Saberes Ancestrais, Povos e Vida Plena em Harmonia com as Florestas, em Manaus, Amazonas (15 a 18 de agosto);
- Facilitação do GT 3: Economia da Floresta: uso e conservação da floresta, no Seminário de Economia Verde e Inclusiva. Diálogos Nacionais sobre Economia Verde: Rumo à Rio+20, em Belém, Pará (dia 27 de setembro);
- Apoio na organização e participação no seminário sobre REDD+ indígena do Xingu no posto indígena Pavuru (23 a 26 de outubro);
- Participação na reunião preparatória para a COP 17: “REDD+ Indígena Amazônico, COP 17 CMNUCC y Estrategias de Incidencia”, realizada pela Coica, em Quito, Equador (7 a 10 de novembro);
- Apoio ao minicurso sobre REDD+, incluindo conceitos básicos, negociações internacionais, discussões nacionais e Projeto de Lei estadual de REDD+ para lideranças indígenas de Mato-Grosso, em Cuiabá (14 e 16 de novembro);
- Apoio na organização e participação na Oficina “Implementação das Salvaguardas Sociais e Ambientais na Estratégia Nacional de REDD+”, realizada pela Secretaria Nacional de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente, em Brasília (21 e 22 de novembro);
- Apoio técnico e político aos representantes de povos indígenas e comunidades tradicionais durante a Conferência da Partes (COP17) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, Durban, África do Sul (28 de novembro a 09 de dezembro);
- Apoio na organização da conferência de imprensa realizada pelos parceiros Coiab e o GTA durante a COP17, para divulgação do Observatório do REDD+ como iniciativa de monitoramento social de projetos e programas de REDD+ brasileiros, Durban, África do Sul;

INDICADORES



- ✓ **4** seminários realizados com a participação de povos indígenas e comunidades tradicionais;
- ✓ **90** novos representantes e lideranças indígenas em processo de formação nas temáticas Mudanças Climáticas e REDD+;
- ✓ **30** servidores da Funai nivelados nas temáticas Mudanças Climáticas e REDD+.
- ✓ **CD-ROM** Interativo: “Mudanças Climáticas, REDD+ e Povos Indígenas”, em parceria com IEB e GIZ;
- ✓ **Cartilha** “Mudanças Climáticas na visão dos povos indígenas”.





- 1.** Apoio técnico e político aos representantes de povos indígenas e comunidades tradicionais durante a COP 17
- 2.** Seminário "Mudanças Climáticas e seus efeitos negativos"
- 3.** Seminário sobre REDD+ indígena do Xingu no posto indígena Pavuru, setembro 2011
- 4.** Primera Cumbre Regional Amazónica



2

3



4



MELHORES MOMENTOS

- **Seminários** realizados com a participação de povos indígenas e comunidades tradicionais;
- **Apoio** técnico à Funai para a análise de projetos e elaboração de documentos relacionados a REDD+ e povos indígenas no Brasil;
- **Participação** qualificada de representantes indígenas na COP17;
- **Apoio** à Coica na realização do Primeiro Grande Encontro dos Povos Indígenas Amazônicos (*Primera Cumbre Regional Amazónica*), Manaus, Amazonas (15 a 18 de agosto);
- **Lançamento** da cartilha “Mudanças Climáticas na visão dos povos indígenas”.

Avaliação

A continuidade do trabalho dialógico e de apoio técnico a povos indígenas e comunidades tradicionais incrementou a participação desses nas discussões nacionais e internacionais sobre Mudanças Climáticas e REDD+ em 2011. Além disso, dado o apoio técnico à Funai, estão se consolidando as abordagens institucionais em relação a REDD+, assim como já é notado maior interesse e participação da agência nacional para assuntos indígenas em outras arenas de negociação, como a do Clima. A consolidação do eixo estratégico para povos indígenas e comunidades tradicionais é uma grande conquista do Programa de Mudanças Climáticas do IPAM.

EQUIPE - Paulo Moutinho, Osvaldo Stella, André Costa Nahur, Juliana Splendore, Mariana Christovam, Ana Carolina Crisostomo, Tracy Johns, Andréa Azevedo e Demian Nery.

PARCERIAS - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), Centro Amazônico de Formação Indígena (Cafi), Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (Coica), Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), Fundação Nacional do Índio (Funai), Environmental Defense Fund (EDF), Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), Instituto Socioambiental (ISA), Woods Hole Research Center (WHRC).

FINANCIADORES - Climate and Land Use Alliance (CLUA), Embaixada Real da Noruega no Brasil, Agência de Cooperação da Noruega para o Desenvolvimento (NORAD).

Perspectivas

- Reforçar e consolidar os diálogos interculturais a respeito de Mudanças Climáticas e REDD+, empoderando povos indígenas e comunidades tradicionais para que influenciem cada vez mais o desenvolvimento de políticas públicas que assegurem seus direitos e desenvolvimento;
- Incrementar o apoio à Funai em assuntos relacionados a povos indígenas, mudanças climáticas e REDD+.



Assentamentos sustentáveis na Amazônia: o desafio da transição da produção familiar de fronteira para uma economia de baixo carbono

"O projeto representa o desafio da transição da produção familiar de fronteira rumo a uma economia de baixo carbono"

OSVALDO STELLA

O que é

Projeto apoiado pelo Fundo Amazônia beneficia cerca de 2.700 famílias de assentados localizados na região oeste do Pará, divididos nos territórios da Transamazônica, Baixo Amazonas e BR-163, e tem como grande desafio viabilizar a consolidação de uma política de assentamentos sustentáveis na Amazônia. Para isso, será necessária a adoção de estratégias voltadas para combater os vetores do desmatamento e degradação florestal a partir da implementação de um novo modelo produtivo de baixa pressão sobre a floresta em pé e de maior potencial econômico.

O projeto visa promover, em uma parceria do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), com a Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP) e o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), uma transformação da base produtiva dos assentamentos de reforma agrária da Amazônia. O objetivo é que esses passem de sistemas de altas emissões, que atu-almente caracterizam a lógica da expansão da fronteira agrícola, para uma economia de baixo carbono, que mantenha o estoque de carbono da

cobertura florestal dentro dos assentamentos, aumente a rentabilidade das áreas já abertas e promova a melhoria na qualidade socioambiental da região.

A experiência acumulada nos assentamentos participantes diretos do Projeto poderá ser apropriada, não apenas pelos outros 216 assentamentos do oeste paraense, mas também pelos cerca de 3.000 assentamentos da Amazônia.

Estratégias de ação

■ Fortalecimento de cadeias de governança compartilhada (cogestão)

Para que os assentados tenham as condições necessárias de segurança para investir em estratégias produtivas de longo prazo, é imprescindível uma governança efetiva nos próprios assentamentos e nos municípios em que estão integrados. Dessa maneira, haverá investimento no fortalecimento das instituições de cogestão socioambiental do assentamento e do município, através de parcerias entre as instâncias governamentais que tenham



de alguma forma interferência no desenvolvimento dos assentamentos e as associações que os representem.

■ Novas tecnologias de produção agropecuária

Esta ação é voltada às mudanças nos padrões históricos de uso da terra, atualmente baseados na agricultura de corte-e-queima e pecuária extensiva. O objetivo é tornar economicamente viável uma estratégia de manejo integrado dos recursos naturais com aumento da produtividade e rentabilidade da agricultura e da pecuária em áreas já abertas, sem a necessidade de desmatar novas áreas. Assim, a redução do desmatamento proposta pelo projeto representa uma consequência da substituição do antigo modelo por outro que incorpore novas tecnologias de produção agropecuária.

■ Manejo florestal comunitário

A floresta é o recurso estratégico dos assentados da fronteira amazônica, fornecendo capital inicial essencial para abertura de roçados e pastos, equipamentos, infraestrutura e estradas, além de sustentar a família até a consolidação da produção agropecuária. O objetivo desse componente do projeto é desenvolver e implementar estratégias de manejo florestal comunitário e sustentável, baseado em três modalidades de manejo de pequena escala: Produção comunitária de madeira em tora; Produção artesanal de madeira; Beneficiamento da madeira através da serraria portátil.

■ Beneficiamento e comercialização dos produtos

O projeto visa a melhoria da comercialização dos produtos feitos pelas famílias que participam no projeto, que hoje ocorre sem beneficiamento e de modo isolado. A melhoria das condições socioeconômicas dos produtores será conquistada pelo fortalecimento das organizações locais, infraestrutura para beneficiamento de produtos e identificação de estratégias para a melhoria na comercialização dos produtos agropecuários.

■ Pagamento pelo desmatamento evitado

O pagamento visa tornar economicamente atrativa a opção de não desmatar, até que os investimentos de transição promovam mudanças estruturais nos padrões de uso do solo e na lógica econômica local. Este eixo, portanto, pretende compensar as famílias pela renda renunciada pela não abertura de novas áreas de floresta, que num cenário tendencial seriam derrubadas para o esta-

belecimento da agricultura e de pastagens. Essa será uma experiência demonstrativa que envolverá, num primeiro momento, 350 famílias.

■ Avaliação da efetividade e progresso das ações do projeto

A fim de monitorar o impacto socioeconômico e ambiental do projeto de REDD, será criada uma matriz de indicadores de sustentabilidade do projeto, com coleta de dados das famílias no início e ao final dos cinco anos de duração do projeto, num esforço conjunto com pesquisadores da EMBRAPA.

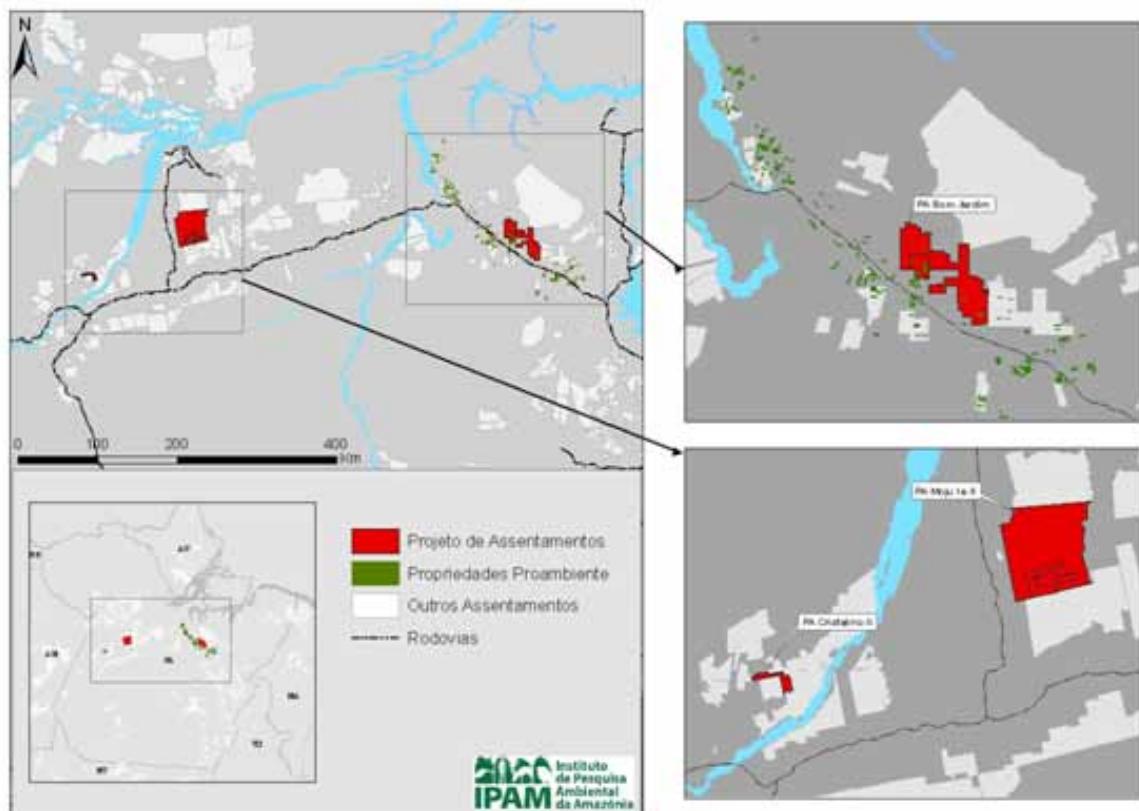
■ Disseminação das atividades do projeto por meio de redes de assentamentos sustentáveis

O projeto deve servir também como ponte para a disseminação de conhecimentos, tecnologias e sistemas de produção e manejo entre os assentamentos do projeto e outros assentamentos amazônicos. Assim, o IPAM promoverá encontros, dias de campo e parcerias para facilitar a troca de experiências entre os assentados e assessorá-los na replicação dos resultados dentro de seus assentamentos, além da divulgação dos resultados do projeto para o público em geral.

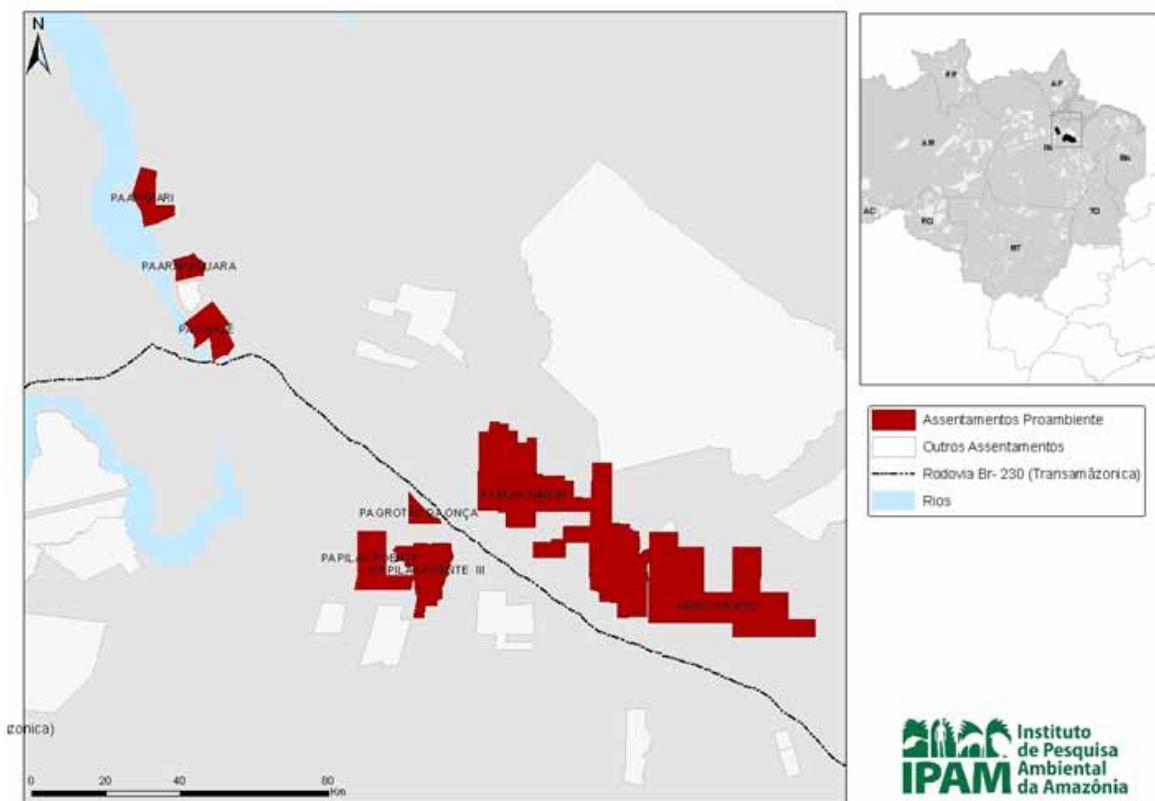
O que foi feito em 2011

O ano de 2011 foi dedicado a ajustes na proposta original para aprovação do projeto pelo BNDES/ Fundo Amazônia. Neste ano aconteceu uma maior aproximação com o Incra, no sentido de ampliar as atividades do IPAM em assentamentos de reforma agrária, tendo o projeto "Assentamentos Sustentáveis" como espinha dorsal.

Assim, o presente projeto, que originalmente se concentrava na região da rodovia Transamazônica, foi ampliado para as regiões da Transamazônica, BR-163 e Baixo Amazonas, no Pará, e agora tem nos assentamentos a sua unidade de trabalho. Em dezembro de 2011, o projeto foi oficialmente aprovado pela diretoria do BNDES e começará a ser executado em 2012.



Mapa de localização dos assentamentos de referência do projeto (vermelho) e as 350 famílias do ProAmbiente (verde)



Mapa de localização dos assentamentos que contém propriedades das famílias do ProAmbiente



EQUIPE: Paulo Moutinho, Osvaldo Stella, Cássio Pereira, David McGrath, Ricardo Rettmann, Lucimar Souza, Rosana Costa, Alcilene Cardoso, Edivan Carvalho, Erika Pinto, Ane Alencar, Isabel Castro, Stella Schons, Edimilson Oliveira, Antonio José Bentes e Stella Schons

PARCEIROS Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP), Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra)

FINANCIADORES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Climate and Land Use Alliance (CLUA)

Perspectivas

Em 2012 se dará o início das atividades do projeto, voltadas inicialmente para coleta de dados socioeconômicos das famílias, início do processo de regularização ambiental e fundiária dos assentamentos, formalização do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a construção de uma rede de parceiros regionais, estaduais e nacionais, que irão permitir uma profunda discussão para a construção de parâmetros para um novo modelo de *Assentamentos Sustentáveis na Amazônia*.



1. Encontro ipam e lideranças
2. Vista de comunidade à beira do Rio Xingu
3. Agricultor beneficiado





Recuperação Produtiva de Pequenas Propriedades na BR-230

"O Projeto Recuperação Produtiva de Pequenas Propriedades na BR-230 tem como principal linha de atuação a fixação de carbono e emissão evitada, via implantação de sistemas agroflorestais centrados na cultura do cacau, capazes ao mesmo tempo de fixar carbono, aumentar a renda das unidades familiares e adequá-las às práticas de preservação legalmente exigidas."

LUCIMAR SOUZA

O que é

Passados 30 anos do estabelecimento dos grandes projetos de assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) ao longo da rodovia transamazônica, a pressão demográfica, os processos sucessórios e a falta de alternativas econômicas sustentáveis vêm pressionando as pequenas unidades familiares a avançar sobre suas áreas de preservação legal. O projeto Recuperação Produtiva tem por objetivo frear esse processo. São 84 propriedades familiares envolvidas na implantação de sistemas agroflorestais centrados na cultura do cacau, capazes ao mesmo tempo de fixar carbono, aumentar a renda das famílias e adequá-las às leis de conservação. As famílias estão localizadas nos municípios de Ururá, Medicilândia, Altamira e Anapu, ao longo da rodovia Transamazônica, no Pará.

Estratégias de ação

- Identificação e análise de impactos ambientais por critérios analíticos;

- Demonstração de iniciativas sustentáveis e de boas práticas de gestão para adoção pelos produtores;
- Reversão produtiva e recuperação de áreas degradadas;
- Redução da pressão sobre as áreas de reserva legal.

O que foi feito

- Preparo de 140 hectares de área de pastagem e caopeira para o plantio das mudas de cacau e essências florestais;
- Orientação sobre o bom manejo de fogo e sobre alternativas para sombreamento e adubação;
- Plantio de 150.000 mudas de cacau, 7.000 mudas de essências florestais e 6.000 mudas de açaí;
- Acompanhamento contínuo do crescimento das mudas com replantio necessário e orientação técnica sobre técnicas de adubação de cobertura, entre outros temas solicitados pelas famílias;
- Elaborados 13 diagnósticos socioambientais das propriedades envolvidas no projeto;



- Capacitação de bolsistas para realização de estudo que dimensionou o potencial de sequestro de carbono das áreas de Sistemas Agroflorestais SAFs) implementadas;
- Levantamento de dados para estudos sobre custos de oportunidade e de implementação de práticas sustentáveis.

INDICADORES



- ✓ Envolvimento de **84** propriedades familiares e **27** bolsistas da Universidade Federal do Pará (Ufpa), Campus Altamira, sendo estes das Faculdades de Engenharia Agronômica, Florestal e Ciências Biológicas.
- ✓ Preparados **140** hectares de áreas de pastagem degradada e de capoeira para o plantio de SAFs.
- ✓ Plantadas **150.00** mudas de cacau, **7.000** mudas de essências florestais, entre elas o mogno brasileiro, ipês coloridos, andiroba, copaíba e castanha do Brasil , além de **6.000** mudas de açaí.
- ✓ Elaborados **13** diagnósticos socioambientais das propriedades e finalizado o estudo que dimensionou o potencial de sequestro de carbono das áreas de SAFs implementadas.

MELHORES MOMENTOS



■ Qualidade das mudas produzidas nos viveiros

viveiros - Os viveiros e a produção de mudas foram construídos seguindo orientação técnica diferenciada da experiência da maioria dos agricultores envolvidos no projeto. Essa mudança provocou expectativa entre as famílias que aguardavam para analisar o resultado do uso das novas técnicas a partir da qualidade das mudas produzidas. Após três meses, a avaliação das famílias foi positiva, uma vez que em todos os viveiros as mudas tinham ótimo padrão de qualidade.

■ Qualidade das plantas nas áreas das roças feitas sem uso do fogo

- A orientação técnica do projeto para o preparo das áreas de capoeira foi a utilização de abertura de trilhas onde as mudas de cacau e essências foram plantadas, evitando o uso do fogo. Três meses após o período de plantio, foi possível observar que a qualidade das plantas nas áreas de capoeira era superior do que das plantas das áreas que foram totalmente abertas com mecanização. A mortalidade das plantas nas áreas de capoeira também foi menor do que das áreas abertas.





Avaliação

A recuperação produtiva de áreas alteradas é importante porque ao mesmo tempo que contribui para a adequação das propriedades à legislação ambiental vigente, melhora a qualidade de vida dos agricultores, visto que o modelo utilizado no projeto enfoca na recuperação através do uso de sistemas agroflorestais que resultam num incremento da renda das famílias.

Perspectivas

Em 2012, o projeto pretende:

- Finalizar os estudo que busca dimensionar os custos de oportunidade e de implementação das práticas sustentáveis;
- Devolver os dados dos diagnósticos socioambientais para as famílias do projeto;
- Continuar dando suporte às famílias para que estas se adequem a legislação vigente, especialmente ao cadastro de propriedade rural;
- Dar continuidade às atividades que visam fortalecer a capacidade local através de treinamentos para as famílias sobre gestão ambiental das propriedades e manejo de SAFs;
- Divulgar as conquistas científica e socioambientais do projeto.

EQUIPE: Marcos Ximenes Ponte; Tereza Maria Ferreira Ponte; Índio Campos; Antônio Carlos Gesta de Melo; Sebastião Geraldo Augusto; Maria Lucimar de Lima Souza; Rosana Gisèle Costa; Felipe Resque Gonçalves Jr; Miquéias Freitas Calvi; Rogério Favacho; Edimilson de Sousa de Oliveira; Rodrigo Santos da Silva.

PARCERIAS: Universidade Federal do Pará (UFPA)/ Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (Naea), UFPA/Campus Altamira (Faculdades de Engenharia Agronômica e Florestal), Comissão Executiva do Plano de Lavoura Cacaueira (Ceplac), Fundação Viver, Preservar, Produzir (FVPP), Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRS) dos municípios envolvidos, Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri), Instituto de Desenvolvimento Florestal (Ideflor) e Prefeitura Municipal de Anapu através das Secretarias Municipais de Agricultura e Meio Ambiente.

FONTES DE FINANCIAMENTOS: Petrobras S.A – Programa Petrobras Ambiental





Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Transamazônica e Xingu

"O sucesso deste processo, que culminou na formação do Consórcio, deve-se em grande parte a oportunidade que foi dada aos atores-chaves locais de trabalharem na construção conjunta de uma estratégia integrada para o estabelecimento de um novo modelo de desenvolvimento rural de baixas emissões para a região."

ERIKA DE PAULA PEDRO PINTO

O que é

A formação do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Transamazônica e Xingu é o principal resultado alcançado no âmbito do projeto "Redução de emissões de carbono causadas por fogo e desmatamento na Amazônia Brasileira" executado pelo IPAM, em parceria com a Fundação Viver Produzir e Preservar (FVPP) e as secretarias municipais de meio ambiente e agricultura de Altamira, Anapu, Brasil Novo e Senador José Porfírio, no Pará. Este projeto iniciou, em 2008, um debate local sobre as consequências das emissões causadas por desmatamento e queimadas no contexto das mudanças climáticas. O objetivo principal do projeto, agora abraçado pelo Consórcio Intermunicipal, é motivar a adoção de medidas legais pelo poder público desses municípios para reduzir as emissões regionais causadas por desmatamento e queimadas, ao mesmo tempo viabilizando alternativas econômicas sustentáveis que garantam a conservação dos estoques florestais, com maior rentabilidade das áreas já abertas e a melhoria da qualidade de vida da população rural.

O projeto de lei que cria oficialmente o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Tran-

samazônica e Xingu foi aprovado, em maio de 2011, nas câmaras de vereadores dos municípios de Altamira, Anapu, Brasil Novo e Senador José Porfírio.

Realizações em 2011

- Seminário final do projeto "Redução de Emissões de Carbono por Desmatamento e Queimadas na Amazônia Brasileira" – realizado nos dias 28 e 29 de março. O evento contou com a apresentação dos resultados de três anos de trabalho entre IPAM, FVPP, secretários municipais de meio ambiente e agricultura e lideranças rurais dos municípios paraenses de Altamira, Brasil Novo, Anapu, Pacajá e Senador José Porfírio.
- Cerimônia de assinatura do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Transamazônica e Xingu – CIDS – realizada no dia 29 de março.
- Lançamento do livro "A região da Transamazônica rumo à economia de baixo carbono: estratégias integradas para o desenvolvimento sustentável", disponível em <http://bit.ly/ipam576>



- Publicado o Especial Transamazônica (abril), uma edição especial da newsletter do IPAM Clima e Floresta sobre as ações promovidas pelo IPAM e parceiros na região da Transamazônica, além de entrevistas com os secretários de agricultura e meio ambiente e prefeitos dos municípios envolvidos na construção do consórcio. Disponível em: <http://bit.ly/ipam610>
- Produção de vídeo que apresenta o processo de construção do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Transamazônica e Xingu do ponto de vista dos atores-chaves locais (prefeitos e secretários municipais, lideranças rurais, pesquisadores do IPAM e FVPP) e do governo federal e organizações parceiras. Disponível em: <http://bit.ly/ipam63>
- Elaboração de propostas para viabilizar a efetiva consolidação do consórcio. Durante o período pós-formação do consórcio, há um esforço contínuo pelo IPAM e os secretários na busca pela viabilização efetiva através da elaboração e submissão de projetos a programas e fundos governamentais e outras fontes de financiamento.
- Curso de capacitação em Monitoramento de fogo e desmatamento na região da Transamazônica. Especialistas do IPAM ministraram três dias de curso em Altamira, Pará, para 20 técnicos das secretarias municipais com o objetivo de apresentar conceitos básicos sobre Sistema de Informações Geográficas (SIG) e Sensoriamento Remoto, aplicados ao monitoramento de fogo e desmatamento.

MELHORES MOMENTOS



- Em março de 2011, os prefeitos dos municípios paraenses de Altamira, Anapu, Brasil Novo e Senador José Porfírio assinaram o Protocolo de Intenções para a criação do Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável da Transamazônica e Xingu.
- Em maio de 2011, as câmaras de vereadores dos quatro municípios aprovaram o projeto de lei que oficialmente criou o consórcio.

1. Lançamento do livro "A região da Transamazônica rumo à economia de baixo carbono estratégias integradas"

2. Cerimônia de assinatura do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável





Avaliação

O sucesso deste processo deve-se em grande parte a oportunidade que foi dada aos atores-chaves locais de compreenderem a importância do fortalecimento de municípios amazônicos no sentido de permitir que estes efetivamente contribuam no contexto das mudanças climáticas regionais e globais, ao mesmo tempo reduzindo suas vulnerabilidades e gerando oportunidades econômicas no âmbito de um novo modelo de desenvolvimento voltado para uma economia de baixo carbono.

EQUIPE: Osvaldo Stella; Erika Pinto; Lucimar Souza;

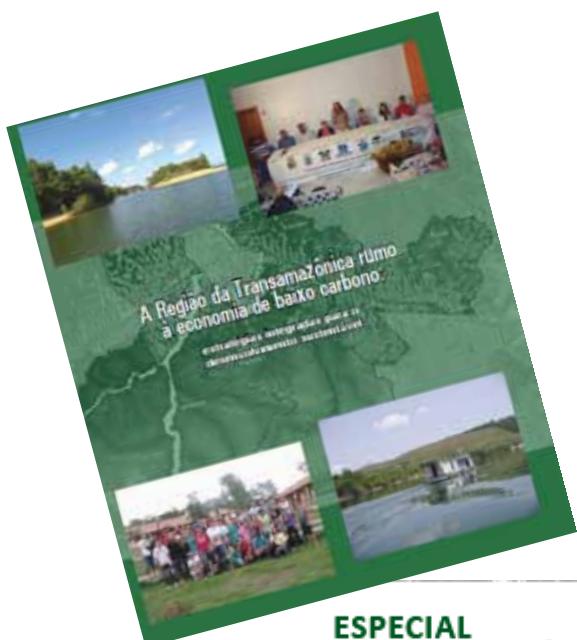
Ricardo Rettmann; Galdino Xavier; Ane Alencar; Isabel Castro; Simone Mazer e Jaciane Guimaraes.

PARCERIAS: Secretarias de Meio Ambiente e Agricultura de Anapu, Senador José Porfírio, Altamira e Brasil Novo; Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP); Casas Familiares Rurais; Universidade Federal do Pará (UFPA); Lideranças rurais da região da Transamazônica

FONTES DE FINANCIAMENTO: Embaixada Britânica, Climate and Land Use Alliance (CLUA), Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE).

Perspectivas

Viabilizar a implementação das medidas definidas pelo Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Transamazônica e Xingu (CIDS) nos municípios de Anapu, Altamira, Brasil Novo e Senador José Porfírio, ao mesmo tempo ampliando sua área de atuação com a inclusão de municípios vizinhos.



**ESPECIAL
Transamazônica**

**Clima e
floresta** **ABRIL**
31
NEWSLETTER MENSAL DO IPAM



Representação no Conselho Normativo do Programa da ONU de REDD

"O objetivo do programa é gerar experiências e boas práticas que poderão contribuir para evitar o desmatamento e a degradação, incentivando a preservação das florestas e o desenvolvimento de normas que sirvam de modelo a um mecanismo global de REDD+"

MARIANA CHRISTOVAM

O que é

Em 2009, o IPAM foi eleito representante das organizações da sociedade civil da América Latina e Caribe no Conselho Normativo do Programa das Nações Unidas para a Redução de Emissões de Desmatamento e Degradação Florestal (UN-REDD). O UN-REDD é um mecanismo das Nações Unidas que apoia a preparação e a implementação de programas nacionais conjuntos de REDD+ em países em desenvolvimento. O objetivo do programa é gerar experiências e boas práticas que poderão contribuir para evitar o desmatamento e a degradação, incentivando a preservação das florestas e o desenvolvimento de normas que sirvam de modelo a um mecanismo global de REDD+, em definição no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC).

Estratégias de ação

A função do IPAM como representante da sociedade civil latino-americana é participar das reuniões semestrais do Conselho Normativo para tomada de decisões políticas a respeito do desenvolvimento dos programas de REDD+ dos países pilotos do Programa, expressando as perspectivas e as preocupações da sociedade civil da região da América Latina e do Caribe. As organizações eleitas trabalham junto aos representantes dos povos indígenas, que no caso da América Latina é a Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (Coica), participando da definição de agendas do Conselho e do desenvolvimento de estratégias de intervenção relativas a temas de interesse comum. As decisões do Conselho Normativo devem ser tomadas por consenso; logo, é possível, por meio de acordo entre os representantes da sociedade civil e dos povos indígenas, impedir a aprovação de recursos para programas nacionais de REDD+ ou solicitar a alteração do programa de determinado país, sempre considerando a opinião das organizações não governamentais do país em questão.



O IPAM compartilha informações com os demais representantes da sociedade civil e dos povos indígenas para saber sobre os países que recebem ou que pretendem receber financiamento do programa UN-REDD, sobretudo, quanto à participação da sociedade civil e dos povos indígenas no desenvolvimento dos programas nacionais de REDD+. Para isso, uma ferramenta que vem sendo utilizada com sucesso é a rede social Ning UN-REDD América Latina y Caribe (<http://un-redd-amlatinaycaribe.ning.com/>) que foi criada especificamente para divulgar, em espanhol, as decisões e as políticas do Conselho Normativo, bem como as finanças e os principais eventos e documentos do programa UN-REDD. Hoje a rede conta com 300 membros.

1. 6ª Reunião do Conselho Normativo do Programa ONU-REDD em Da Lat, Vietnam

2. Workshop regional Amazônico sobre direitos e REDD+ em Quito, Equador

Realizações em 2011

- Participação na 6ª reunião do Conselho Normativo na cidade de Da Lat, Vietnam, dias 21 e 22 de março de 2011.
- Participação no Workshop Regional Amazônico sobre direitos e REDD+, entre 30 de maio e 2 de junho, em Quito, Equador, organizado pela Rainforest Foundation Norway.
- Reunião com a Coica e com representantes da sociedade civil e de povos indígenas da América Latina (Bolívia, Equador, Panamá y Paraguai) entre os dias 1 a 9 de outubro de 2011, na Cidade do Panamá.
- Participação na 7ª reunião do Conselho Normativo nos dias 13 e 14 de outubro em Berlim, Alemanha.
- Revisão do documento de Diretrizes do Programa sobre Consentimento Livre Prévio e Informado e sobre os Princípios e Critérios Socioambientais do UN-REDD.
- Envio de comentários e sugestões das organizações da sociedade civil panamenha ao Governo do Panamá e secretariado do Programa UN-REDD.
- Reunião com representantes da sociedade civil durante a COP 17 para discutir o processo de rotação dos novos membros a serem eleitos como representantes da sociedade civil no Programa.





MELHORES MOMENTOS



- **300** membros na rede social virtual UN-REDD América Latina y Caribe criada e gerida pelo IPAM.
- **Divulgação** da atuação do IPAM como representante da sociedade civil no programa UN-REDD em cinco reuniões internacionais.
- **Envolvimento** e influência, como representante da sociedade civil da América Latina e Caribe, nas discussões do Conselho Normativo do Programa UN-REDD;
- **Absorção** das demandas e críticas da sociedade civil e repasse das mesmas para apreciação de membros do Conselho Normativo nas reuniões semestrais.

EQUIPE: Osvaldo Stella; Paulo Moutinho; Mariana Christovam; André Nahur; Juliana Splendore.

PARCERIAS E FINANCIADORES: Embaixada da Noruega, Programa de REDD da ONU

Perspectivas

- Ampliar a participação da sociedade civil latinoamericana e caribenha na definição de políticas e nos fóruns de discussão do Programa UN-REDD;
- Aprimorar o conhecimento sobre os países pilotos (contexto político, econômico e social) para melhorar a compreensão dos programas nacionais da América Latina e Caribe e, com apoio e recomendações da sociedade civil regional, propor soluções normativas e de implementação de programas de REDD+ nacionais no âmbito do Programa UN-REDD;
- Realizar a transição do mandato de representação da sociedade civil da América Latina e Caribe, prevista para 2012, de maneira a passar adequadamente os conhecimentos adquiridos e lições aprendidas ao próximo representante da região.

Avaliação

Em 2011, o IPAM aumentou seus esforços no cumprimento de seu papel como representante da sociedade civil da América Latina e Caribe no programa da ONU de REDD, ampliando o diálogo com a sociedade civil da região em reuniões presenciais e intensificando o envio das informações obtidas sobre REDD+ no âmbito internacional. Devido a sua atuação no Programa, atualmente, o IPAM é convidado a participar de diferentes fóruns de discussão internacional sobre mecanismos de REDD+, sendo amplamente reconhecido e respeitado por seu trabalho.

Programa Programa internacional



"O Programa Internacional do IPAM (IPAM-IP) nasceu em resposta à crescente demanda internacional por atividades de pesquisa, análise de políticas

e capacitação para um desenvolvimento rural de baixa emissão de carbono nos trópicos." Daniel Nepstad, diretor do programa.





Equipe

Daniel Nepstad (ecólogo, doutor em Ecologia Florestal; diretor do programa Cenários para a Amazônia e Programa Internacional)

Claudia Stickler (bióloga, doutora em Ecologia interdisciplinar; pesquisadora)

Tracy Johns (mestre em Ciências; Analista de Políticas Internacionais)

Andréa Azevedo (bióloga, doutora em Desenvolvimento Sustentável; pesquisadora)

Bernhard J. Smid (internacionalista, mestre em Negócios Internacionais; Supervisor de políticas públicas)

Marcelo C. C. Stabile (engenheiro agrônomo, doutor em Agricultura com foco em Modelagem de Uso da Terra; pesquisador)

Mariana Christovam (internacionalista, mestre em Economia Internacional com ênfase em Governança das Organizações para o Desenvolvimento Internacional; pesquisadora)

Juliana Splendore (internacionalista; assistente de pesquisa)

Danielle Knight (Administradora de Programas)



Construindo Pontes entre as Mesas-Redondas de Commodities e REDD+

"Juntamente com a sociedade civil e parceiros da indústria, o Programa Internacional do IPAM desenvolve projetos-piloto e demonstração em várias das 21 nações que possuem 51% do carbono florestal do mundo tropical."

CLAUDIA STICKLER

O que é

O projeto visa vincular a certificação internacional de produtos agrícolas, especificamente commodities, provindas de áreas de produção sustentável com os mercados financeiros de carbono. As mesas redondas de commodities foram criadas para melhorar o desempenho ambiental e social das cadeias produtivas de óleo de palma, soja, cana de açúcar e outras commodities.

O sucesso de programas de REDD+ tem sido limitado pela falta de engajamento dos agricultores. O sucesso das mesas redondas de produtos agrícolas sustentáveis (para soja, cana de açúcar e óleo de palma) tem sido limitado pelos altos custos de certificação nas referidas mesas redondas. Por este motivo o IPAM, em parceria com outros grupos de liderança em desenvolvimento agrícola e as organizações das mesas redondas, está criando uma série de ferramentas desenvolvidas especificamente para cada país e região. Estas ferramentas visam construir pontes entre REDD+, financiamento climático e produtores de commodities buscando a certificação nas mesas redondas. Isto será realizado através da extensão do financiamento de REDD+ para agricultores buscando certificação,

para que possam cobrir os custos de ingresso nas mesas redondas; este financiamento seria posteriormente reembolsado, ou compensado por meio de programas REDD+ emergentes, por agricultores que conseguirem manter e/ou aumentar seu estoque de carbono florestal.

Linhas e estratégias de ação

O projeto RT-REDD+ envolve três componentes principais:

- Pesquisa & Análise: estabelecimento das bases de comparação para os resultados dos outros dois componentes, incluindo estimativas do potencial do projeto na redução das emissões globais e estudos de políticas comparativas nas regiões onde os projetos-piloto e demonstrações em larga escala podem ocorrer;
- REDD+/Projetos-Piloto de Apoio ao Produtor: o Consórcio RT-REDD+ irá estabelecer quatro ou cinco projetos-piloto para desenvolver e testar métodos que vinculem o financiamento de carbono florestal com agricultores num mecanismo pré-estabelecido de



distribuição de benefícios e comunicação de resultados. O consórcio também irá testar várias abordagens de incentivos financeiros que podem ser ampliados para os níveis jurisdicionais.

- Dois Projetos de Demonstração em Larga-Escala serão desenvolvidos a nível estadual: Estes projetos serão baseados nos resultados da pesquisa, análise e projetos-piloto para demonstrar o potencial de REDD+ de transformação do desenvolvimento rural.

Realizações 2011

O subsídio do projeto foi concedido em Outubro de 2011 e as seguintes atividades foram iniciadas:

- Participação dos membros da equipe nas reuniões anuais das três mesas redondas de commodities;
- Início do estudo comparativo dos princípios e critérios das mesas redondas e os mecanismos financeiros do REDD+;
- Estudo das opções para a criação de um vínculo entre a linha de crédito de baixo carbono e o desenvolvimento do programa estadual de REDD+ nos estados do Acre e Mato Grosso

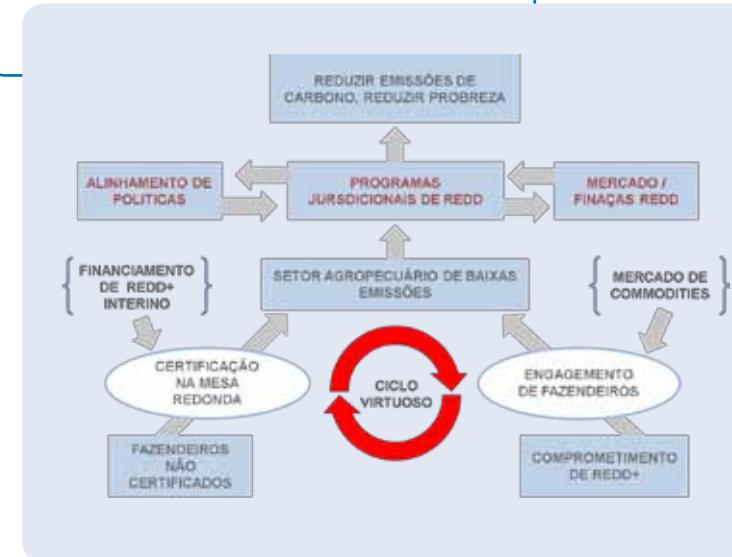
INDICADORES

- ✓ Ao desenvolver o projeto RT-REDD+, o IPAM catalisou um diálogo envolvendo os líderes das três mais avançadas mesas redondas de commodities e organizações não governamentais que trabalham na transformação do mercado de commodities;
- ✓ O IPAM propôs uma reunião de alto nível em Londres sobre o tema, realizada sob os auspícios do "Prince's Rainforest Programme", convocando 50 líderes em financiamento REDD+ e agricultura sustentável;
- ✓ O IPAM organizou um simpósio sobre a relação entre as mesas redondas de commodities e REDD+, focando na forma como isso pode ser utilizado dentro de programas de competência REDD+, durante a reunião anual da Força Tarefa de Governadores para o Clima e Floresta em Kalimantan Central, Indonésia.

MELHORES MOMENTOS



- O IPAM atraiu atenção mundial para a possível sinergia entre os principais processos de certificação de commodities e REDD+. Disso, foi criada uma "teoria de mudança" que une os principais causadores de desmatamento de florestas tropicais com as metas de redução de emissões de carbono florestal.



Equipe: Daniel Nepstad, Andrea Azevedo, Tracy Johns, Marcelo Stabile, Claudia Stickler

Parceiros: Solidaridad, World Wildlife Fund-US (WWF-US), Forest Trends, Roundtable on Responsible Soy (RTRS), Roundtable on Sustainable Palm Oil (RSPO), Better Sugar Initiative (Bonsucro), Unilever

Financiadores: Agência Norueguesa de Cooperação em Desenvolvimento (NORAD), Vicki and Roger A. Sant, Linden Trust for Conservation, Gordon and Betty Moore Foundation

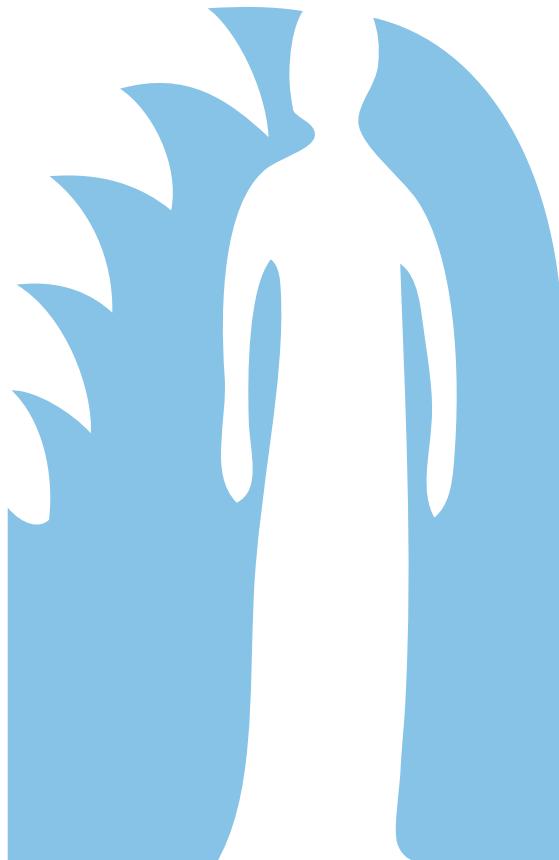


Perspectivas para 2012

Em 2012, o projeto pretende completar diversos estudos de referência, incluindo:

- Uma estimativa do potencial de certificação de commodities agrícolas para reduzir emissões de carbono provenientes do desmatamento e degradação florestal;
- Uma análise da sobreposição geográfica entre mesas redondas e iniciativas de financiamento de carbono florestal em múltiplos níveis jurisdicionais;
- A comparação dos critérios das mesas redondas de commodities e as garantias estipuladas por uma série de programas de carbono florestal (incluindo o FCPC do Banco Mundial e o programa de REDD+ das Nações Unidas – UN-REDD);
- Uma comparação de calculadoras de Gases de Efeito Estufa (GEE) desenvolvida para cada mesa redonda, para determinar a compatibilidade entre elas, e resolver quaisquer falhas na mensuração de emissões entre elas;
- Um conjunto de estudos nacionais – e regionais – focando nos fatores políticos, econômicos e ambientais em que o financiamento de carbono florestal pode ser vinculado à produção de commodities.

Além disso, os projetos-piloto acima mencionados serão iniciados. Durante estes pilotos, produtores das commodities em regiões-chave de floresta tropical receberão assistência para que consigam certificação através de sua mesa redonda apropriada. Concomitantemente haverá um componente de pesquisa que visa testar e melhorar as ferramentas de medição de GEE para as mesas redondas.





Fórum de Preparação para REDD+

"Como Secretariado do Fórum de Preparação para REDD+, o IPAM contribui para o aumento da capacidade de negociação e implementação do mecanismo, com orientação constante do comitê consultivo do Fórum, composto por proeminentes líderes em florestas tropicais."

TRACYJOHNS

O que é

O Fórum de Preparação para REDD+ é uma iniciativa que engloba múltiplos tomadores de decisão (incluindo governos, instituições multilaterais, grupos da sociedade civil, setor privado e grupos indígenas) com foco em abordagens práticas e de inclusão, para capacitação, avanço da implementação do REDD+, assim como o fortalecimento das instituições dos países em desenvolvimento e networks, para que assumam um papel de liderança no REDD+.

O Fórum tem agido como uma força-chave na construção de capacidades para REDD+ desde 2008 e como um organizador de workshops e treinamentos nas regiões tropicais da América Latina, África e Sudeste Asiático.

Linhos e estratégias de ação

O Secretariado do Fórum, agora sediado no IPAM, trabalha em conjunto com uma ampla gama de parceiros internacionais para atender as necessidades dos gover-

nos de países em desenvolvimento e grupos da sociedade civil. O fórum baseia-se na orientação de um Comitê Consultivo composto por representantes de todos os participantes REDD+, incluindo governos, instituições multilaterais, organizações da sociedade civil a nível comunitário, grupos indígenas, ONGs internacionais e setor privado.

Este comitê supervisiona a estratégia do Fórum, direção, parcerias e atividades na avaliação das brechas para a implementação de REDD+ em escala global, tendo a equipe do IPAM projetando e realizando as atividades.

Realizações 2011

Durante 2011, o Fórum concluiu com sucesso a transição do Secretariado do Fórum do Woods Hole Research Center (WHRC) para o IPAM, em parte, para construir uma maior representação das perspectivas dos países em desenvolvimento na capacitação e implementação do REDD+. Foram realizadas as seguintes atividades, desde a sua transição para o IPAM:



- Dois workshops sobre REDD +, Mudanças Climáticas e monitoramento de carbono para os povos indígenas da Bacia Amazônica, no Peru e na Venezuela, com foco no compartilhamento de informações e desenvolvimento de estratégias;
- Uma reunião do Fórum do Comitê Consultivo para definir estratégias na futura implementação do REDD +, abrangendo questões como a forma de abordar a integração do desenvolvimento agrícola e iniciativas de REDD+;
- Um workshop da série “Diálogos com os negociadores de REDD+ da UNFCCC”; Assistência contínua e apoio a grupos com pouca representação na UNFCCC e outras reuniões internacionais de REDD+;
- Tradução de documentos de REDD+ para o Português, Espanhol, Francês e na língua indonésia.

Os seguintes países e demais partes interessadas receberam apoio do Fórum em 2011:

Países	
Brasil	Nigéria
Camboja	Panamá
Colômbia	Peru
Costa Rica	Sudão
República Democrática do Congo	Suriname
República Dominicana	Tailândia
Ecuador	Uganda
Indonésia	Venezuela
Laos	Vietnã

Número de Participantes de Setores-Chave	
Agências Governamentais	15
Grupos Indígenas	80-120
Organizações da Sociedade Civil	6

MELHORES MOMENTOS



- **Dois** workshops de conscientização dos povos indígenas sobre as mudanças climáticas e REDD +, realizados em parceria com a COICA , no Peru e Venezuela. O objetivo destas oficinas foi compartilhar informações e desenvolver estratégias relacionadas às mudanças climáticas e o papel dos ecossistemas tropicais e melhorar a capacidade das comunidades indígenas de avaliar os programas de REDD+ em suas regiões.
- **Cada** oficina reuniu mais de 30 participantes indígenas, além de representantes de ministérios governamentais, ONGs, entidades acadêmicas e organizações multilaterais. As oficinas foram adaptadas às particularidades de cada local e sua população, mas construída numa estrutura flexível, incluindo apresentações sobre temas básicos, realizadas pela COICA, WHRC, IPAM, EDF, outros parceiros e especialistas convidados.
- **O** Secretariado do Fórum e o Fundação para Direito Ambiental e Desenvolvimento Internacional (FIELD, sigla em inglês), realizaram em conjunto um workshop da série “Diálogos

com negociador de REDD+” em junho, paralelamente à sessão de negociação da UNFCCC, em Bonn, Alemanha. O evento reuniu 14 negociadores/delegados de 11 países para discutir a situação e as opções políticas para as negociações de REDD + e assuntos relacionados.

■ **O** Fórum também se tornou um recurso importante para que participantes de pequena representação e recursos financeiros obtenham conhecimento e capacidade em relação ao design e implementação de REDD+. Através de seu programa de apoio aos encontros, o Fórum conseguiu aumentar a representação e a participação informada ao criar delegações nos países em desenvolvimento, povos indígenas e organizações locais da sociedade civil no processo da UNFCCC, assim como reuniões-chave de REDD+.

■ **Em** 2011, o Fórum patrocinou 27 participantes do governo, grupos de populações indígenas e organizações locais da sociedade civil em 18 países em desenvolvimento.



EQUIPE: Tracy Johns, Daniel Nepstad, Danielle Knight, Mariana Christovam, Juliana Splendore, Evan Johnson (consultor)

PARCERIAS: Coordenador das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA), Environmental Defense Fund (EDF), Foundation for International Environmental Law and Development (FIELD), Woods Hole Research Center (WHRC)

FINANCIADORES: Agência Norueguesa de Cooperação em Desenvolvimento (NORAD)

Perspectivas

- O Fórum continuará sua parceria com a COICA, com planos para sediar em conjunto workshops no Brasil e na Guiana em 2012. Além disso, vai continuar a série “Diálogo com Negociadores de REDD+” com dois encontros: um regional, no Camboja, para as delegações do Sudeste Asiático; e outro com local e foco a serem determinados.
- O Comitê Consultivo do Fórum também planeja uma reunião e resumo de políticas em conjunto com a Força-Tarefa dos Governadores para Clima e Floresta em 2012. O Fórum vai continuar seus programas de apoio a viagens e traduções, bem como atualizar seu site, www.theredddesk.org, para melhor apoiar sua rede de contatos.



GCF Task Force - Fórum Global dos Governadores para Clima e Floresta

"Como parte do Grupo de Trabalho em Offsets de REDD da Califórnia, o IPAM contribui com recomendações para o acordo de articulação entre a política climática da Califórnia e aquela dos estados com florestas tropicais ao redor do mundo."

CLAUDIA STICKLER

O que é

O IPAM atua junto aos governos da Califórnia, Acre, Mato Grosso e Pará, desde a implementação do GCF Task Force (2008), com o objetivo de estabelecer políticas de REDD nos estados brasileiros e fortalecer as ações já em curso nas referidas regiões.

Sobre o GCF: O Fórum Global dos Governadores para Clima e Floresta (GCF, sigla em inglês) é uma força-tarefa subnacional estabelecida com base em um memorando de entendimentos, assinado em 2008, que fornece base para a cooperação em inúmeros assuntos relacionados a política climática, financiamento, troca de tecnologia e pesquisa. Atualmente, 16 governos subnacionais do Brasil, Estados Unidos, Indonésia, Nigéria, México e Peru objetivam integrar políticas de REDD+ com outras ações que reduzam as emissões de gases causadores do efeito estufa. Os estados participantes do GCF contam com mais de 20% das florestas tropicais do mundo.

Estratégias de ação

Trabalho junto aos governos integrantes dos grupos de trabalho da força-tarefa na implementação dos marcos regulatórios de REDD+ e demais ações relativas aos Grupos de Trabalho do GCF.

Atuação em 2011

- Com a entrada de novos representantes dos governos estaduais após as eleições, o IPAM estabeleceu contato com os novos Governadores e Secretários de Meio Ambiente a fim de apresentar os avanços do GCF Task Force na administração anterior e a importância do atual governo em dar continuidade aos temas do GCF e a necessidade de se implementar uma política estadual de REDD. Consequentemente, ocorreram diversas reuniões com os governos do Pará, Mato Grosso, Acre, Amazonas e Amapá, além de participação em workshops para discutir o GCF e a (realização/implementação) implementação de políticas estaduais de meio ambiente e REDD+. O Mato Grosso encontra-se atual-



mente em um nível avançado para a implementação de um regime estadual de REDD e um programa de agricultura de baixo carbono.

- Atuação nos grupos de trabalho da força-tarefa e aconselhamento técnico e político sobre o estabelecimento do acordo histórico que liga a legislação de cap-and-trade da Califórnia (lei AB32) com os programas de REDD no Acre (Brasil) e Chiapas (México). Esse apoio técnico-político foi através do grupo de trabalho denominado "REDD Offset Working group – ROW" (Grupo de Trabalho sobre Compensação de REDD), estabelecido em fevereiro de 2011, em que o IPAM é um dos dois únicos membros de ONGs do hemisfério sul que fazem parte da iniciativa (Pronatura Sur, do México, é o segundo representante).
- O IPAM apoiou diretamente a implementação do banco de dados do GCF, com informações detalhadas dos governos subnacionais; e o Fundo GCF, que foi estabelecido com um aporte inicial de recursos do Governo dos EUA no valor de US\$ 1,5 milhões. O Fundo visa financiar ações nas regiões-membro com base em uma avaliação das necessidades principais para o desenvolvimento das políticas de REDD+.
- Implementada a Lei 2.308/2010, que estabelece o Sistema de Incentivos por Serviços Ambientais do Estado do Acre (SISA) e o estabelecimento do memorando de entendimento entre a Califórnia, Acre e Chiapas (México), em novembro de 2010, ambos com grande apoio do IPAM, houve um aumento de atividades e planejamento estratégico entre o Estado do Acre e a região vizinha de Madre de Dios, Peru. O SISA e os contínuos esforços do IPAM na região de Madre de Deus foram de grande importância para o fortalecimento da governança na região que culminou com a entrada de Madre de Dios no GCF Task Force, que potencializará os esforços para a implementação de uma política de REDD na região.
- Também durante a reunião anual do GCF na Indonésia, o IPAM moderou e apresentou um dos painéis do evento, intitulado: Novas Oportunidades para Financiamento de REDD+, Uso do Solo & Arranjos Institucionais de REDD+.
- Na COP17, em Durban – África do Sul, o IPAM também teve um papel fundamental para a disseminação de informações sobre o GCF Task Force, uma vez que disponibilizou espaço no seu side event oficial da COP para a apresentação feita pela Coordenadora

do GCF Task Force no Brasil, Mariana Pavan, que abordou o desenvolvimento dos programas subnacionais de REDD; e para o Governo do Acre, que apresentou sua política de mudanças climáticas e participação no GCF Task Force.

- Com o apoio adicional de Electrical Power Research Institute, Inc. (EPRI), o IPAM foi contratado para a elaboração de uma análise intitulada "Overview of State-based Programs to Reduce Emissions from Deforestation and Degradation (REDD) as Part of the Governors' Climate and Forest Task Force" (Visão Geral dos Programas Estaduais de Redução das Emissões de Desmatamento e Degradação (REDD) como Parte do Fórum Global dos Governadores para Clima e Floresta). O objetivo do estudo proposto foi de realizar uma ampla revisão e análise da evolução da política subnacional de REDD, bem como a identificação dos desafios existentes. A pesquisa aborda os estados brasileiros do Amazonas, Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso e Pará; as províncias indonésias de Aceh e Kalimantan Central, e o estado mexicano de Chiapas.

MELHORES MOMENTOS



- **Reunião** do GCF em Palangka Raya, Indonésia, e visita ao projeto de REDD de Petak Puti;
- **Estabelecimento** do GCF Database;
- **Estabelecimento** do GCF Fund, com recursos do Departamento de Estado dos Estados Unidos;
- **Entrada** de Madre de Dios (Peru) na força-tarefa;
- **Agenda** de atividades na COP 17 ;



Avaliação

O GCF Task Force é estratégico pois é uma instituição formada por governos subnacionais que têm como objetivo discutir e recomendar junto aos governos nacionais as políticas ambientais que devem ser implementadas em nível regional. Consequentemente, a ampliação do número de membros do GCF Task Force e o estabelecimento de um fundo financeiro com recursos do governo federal dos EUA sinaliza a importância que das discussões subnacionais no contexto internacional.

Os esforços do IPAM, como principal parceiro técnico da força-tarefa, são de suma importância para a disseminação junto aos governos subnacionais das oportunidades existentes para o estabelecimento de políticas efetivas que visam à preservação ambiental.

EQUIPE: Daniel Nepstad; Bernhard J. Smid; Tracy Jo-hns; Claudia Stickler; Andrea Azevedo; Osvaldo Stella; Paulo Moutinho; Tathiana Bezerra.

PARCERIAS: Secretariado do GCF e governos estaduais do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso e Pará (Brasil); Aceh, Kalimantan Oriental, Kalimantan Central, Kalimantan Ocidental e Papua (Indonésia); Califórnia, Illinois e Wisconsin (EUA); Campeche e Chiapas (México), Cross River (Nigéria), Madre de Dios (Peru).

FINANCIADORES: Gordon and Betty Moore Foundation; ClimateWorks; David and Lucile Packard Foundation; EPRI.

Perspectivas

A perspectiva do IPAM de desenvolvimento do GCF Task Force em 2012 é de continuar apoiando as ações em curso realizando as seguintes atividades:

- Fortalecer tecnicamente a arquitetura de cap-and-trade entre Califórnia-Acre-Chiapas;
- Desenhar e complementar a estratégia para o fortalecimento dos programas subnacionais de REDD que estão em desenvolvimento no Brasil e no Peru, com ênfase na relação entre os governos subnacionais e nacional;
- Prover orientação técnica para o banco de dados do GCF e o Fundo GCF;
- Apoiar a reunião anual do GCF em Chiapas, México (setembro/outubro de 2011);



1. Foto com o Governador de Kalimantan Central (Indonésia), Sr. Teras Narang, no jantar de boas vindas para a delegação do GCF. Fonte: Secretariado do GCF

2. Foto com parte da delegação de governos subnacionais do GCF Task Force e sociedade civil. Fonte: Secretariado do GCF

Atividades Permanentes



ATIVIDADES PERMANENTES



Geoprocessamento

"O geoprocessamento tem sido uma ferramenta fundamental para os trabalhos do IPAM, apoiando a pesquisa e capacitação através de análises sobre os efeitos das mudanças climáticas e uso da terra na manutenção dos serviços ambientais, bem como na avaliação do impacto de políticas públicas sobre o desmatamento e degradação florestal que afetam os diferentes grupos socioeconômicos da Amazônia."

ANE ALENCAR

O que é

o geoprocessamento é um setor transversal que atende aos diversos projetos do Instituto. O grupo de geoprocessamento está dividido em quatro núcleos, de forma a apoiar as atividades dos escritórios regionais do IPAM. O núcleo de Brasília atende aos projetos de escala nacional, internacional e aqueles desenvolvidos no Mato Grosso. Já o núcleo de Belém atende aos trabalhos desenvolvidos na região da BR-163 e Transamazônica, enquanto que o núcleo de Santarém apoia os projetos desenvolvidos na várzea e terra firme da região do Baixo Amazonas. Finalmente, a equipe de Rio Branco apoia as atividades e projetos desenvolvidos na região da fronteira trinacional MAP, incluindo os estados do Acre no Brasil, Madre de Deus no Peru e Pando na Bolívia.

Os trabalhos desenvolvidos por estes núcleos vão desde a produção e análise de dados espaciais relacionados às mudanças de uso da terra e dinâmica do desmatamento, até a confecção/elaboração de mapas para as publicações técnicas do Instituto. O grupo de geoprocessamento é também responsável pela elaboração de material de mapas para apoiar reuniões, seminários, cursos, etc., e também por subsidiar os

projetos que envolvem capacitação oferecidos pelo instituto.

O que foi feito

Núcleo Brasília (DF) – Criado em 2010 para apoiar as atividades dos programas Mudanças Climáticas e Cenários para a Amazônia ligadas à escala nacional e Panamazônica. Este núcleo conta com pesquisadores especialistas em análise espacial e dinâmica de uso da terra, focadas na avaliação de políticas que influenciam o desmatamento, perda de estoque de carbono e desmatamento evitado dos principais agentes socioeconômicos da Amazônia, incluindo assentados, grupos indígenas e grandes produtores rurais.

Alguns destaques do Núcleo Brasília em 2011:

- Desenvolvimento da estrutura da Ferramenta CMAS (Carbon Monitoring and Accounting System) juntamente com a Aliança da Terra para apoiar o Cadastro de Compromisso Socioambiental de propriedades rurais.
- Relatório técnico resultante do estudo realizado pelo IPAM e Serviço Florestal Brasileiro, que analisa como



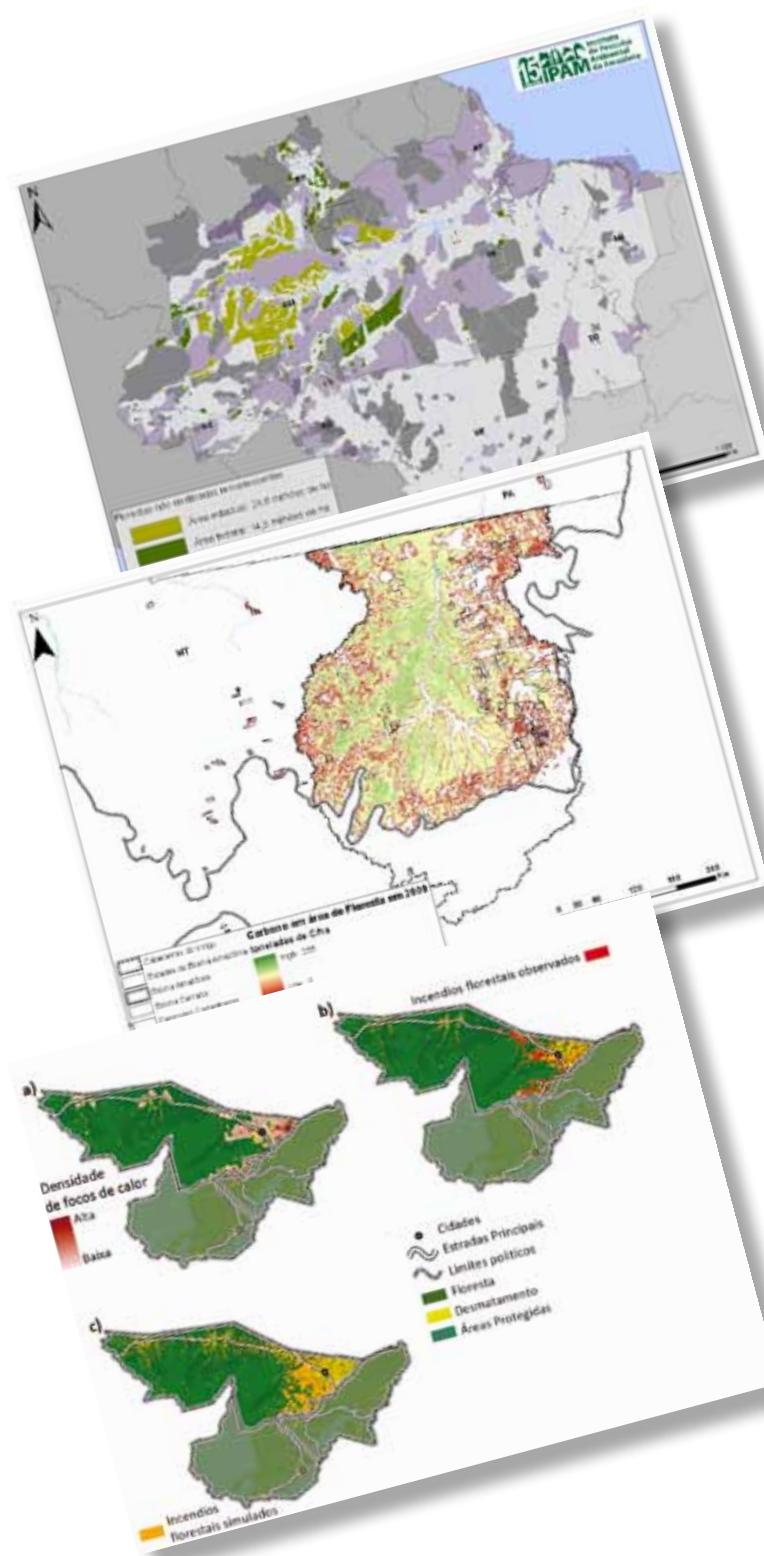
atender estrategicamente à demanda futura por madeira proveniente de manejo florestal em florestas nativas brasileiras, com o foco na Amazônia e, ao mesmo tempo, preservar as funções ecológicas desses ecossistemas com benefícios locais e globais.

- Apoio ao projeto Fortalecimento do comércio Ribeirinho Solidário submetido ao Fundo Amazônia pelo Conselho Nacional dos Seringueiros.
- Apoio às análises e publicações sobre REDD Jurisdicional no Acre e Mato Grosso, focando na dinâmica de desmatamento, situação dos estoques florestais e intensificação da pecuária.
- Análise sobre o passivo ambiental e vulnerabilidade ao desmatamento dos assentamentos da Amazônia Legal.
- Análise sobre o efeito das políticas de controle do desmatamento da Amazônia, na redução das emissões por desmatamento nos últimos 10 anos.

Núcleo Rio Branco (AC) – Ligado ao Programa Cenários, esse núcleo tem trabalhado com a avaliação dos impactos das estradas na mudança de uso da terra na região tri-nacional do Brasil, Peru e Bolívia. Os estudos realizados em 2011 estavam enquadrados nos projetos “Fortalecendo a gestão ambiental na região da Amazônia Sul-Oeste Brasileira (Consórcio MABE)” e “Promovendo a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável de forma participativa na Amazônia”. As análises de modelos e cenários de uso da terra contaram com apoio do Centro de Sensoriamento Remoto da Universidade Federal de Minas Gerais.

Alguns destaques do Núcleo Rio Branco em 2011:

- Cenário de desmatamento até 2050 para o estado do Acre.
- Análise do desmatamento até 2010 para a Regional do Alto Acre e Capixaba no Estado do Acre.
- Modelo de vulnerabilidade ambiental das bacias hidrográficas do rio Liberdade e Paraná dos Mouras.
- Mapeamento de cicatrizes de queimadas nas bacias hidrográficas do rio Liberdade e Paraná dos Mouras.
- Modelo de rentabilidade do cultivo de cana-de-açúcar para a Região MAP.
- Modelo de rentabilidade da castanha do Brasil para o Estado do Acre e departamento de Madre de Di
- Modelos de impactos hidrológicos do desmatamento sobre as bacias da região MAP.
- Modelo de rentabilidade da extração sustentável da





madeira comercial para Madre de Dios.

- Modelo de regime de fogo induzidos pela fragmentação florestal e mudanças climáticas: implicações para o balanço de carbono na Região MAP.

Núcleo Belém (PA) – Este núcleo é responsável por apoiar as atividades de planejamento regional e manejo integrado de propriedades da produção familiar através de técnicas de mapeamento participativo nas regiões da BR-163 e Transamazônica. O Objetivo deste núcleo é de utilizar o geoprocessamento como uma ferramenta de suporte para o monitoramento e regularização ambiental de propriedades rurais na região da Transamazônica.

Alguns destaques do Núcleo Belém em 2011:

- Elaboração de Mapas de Zoneamento e diagnóstico socioambiental de propriedades demonstrativas na BR-230.
- Elaboração de material cartográfico para o Cadastro Ambiental Rural das pequenas propriedades participantes do projeto Recuperação Produtiva de Florestas na Amazônia
- Participação no levantamento de dados primários e secundários, confecção de mapas temáticos para a elaboração do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região do Baixo Amazonas
- Realização de oficinas de mapeamento participativo, para atualização dos dados nos mapas dos 12 municípios da região do Baixo Amazonas. Elaboração de mapas de extração de produtos não madeireiros a partir de inventários florestais em lotes de assentamentos nos municípios de Itaituba, Rurópolis e Trairão.

Núcleo Santarém (PA) – Este núcleo tem como foco principal trabalhar com o monitoramento e regularização ambiental de propriedades rurais nas áreas de várzea.

Alguns destaques do Núcleo Santarém em 2011:

- Revisão de 225 mapas junto a Superintendência Regional do INCRA em Santarém (SR-30).
- Suporte à execução do licenciamento ambiental de 15 assentamentos agroextrativistas (PAEs).
- Elaboração de protocolo dos estudos ambientais conduzidos pelo IPAM junto à SEMA-PA.

Apoio técnico (reuniões, coleta de dados e georreferenciamento) ao mapeamento da cobertura vegetal da Várzea, usando imagens de ALOS/PALSAR que representam períodos de seca e cheia amazônicas de 2007 e 2010 (parceria com pesquisadores do WHRC

- Mapeamento temático do Projeto de Assentamento de Mojú, utilizando técnicas de mapeamento participativo, geoprocessamento e sensoriamento remoto para produção de mapas de uso da terra e cobertura vegetal, desflorestamento, etnoconhecimento faunístico, manejo florestal e infraestrutura disponível para os comunitários deste assentamento.

EQUIPE: Ane Alencar (Geógrafa, coordenadora do grupo de geoprocessamento); Claudia Stickler (Bióloga, pesquisadora); Paulo Brando (Engenheiro Florestal, pesquisador); Marcelo C. C. Stabile (Engenheiro Agrônomo, pesquisador); Isabel Castro (Engenheira Florestal, assistente de pesquisa); Valderli Jorge Piontekowki (Engenheiro Florestal, assistente de pesquisa); Felipe Resque Gonçalves Jr. (Engenheiro Florestal, coordenador do núcleo de geoprocessamento/ Belém); Sonaira Souza (Engenheira Agrônoma, assistente de pesquisa); Tayana da Silva Pinheiro (graduanda em Engenharia Florestal, estagiária); Diego Pinheiro de Menezes (Geógrafo, assistente de pesquisa); Brenda Rúbia Souza (Engenheira Florestal, educadora).



Comunicação

"Trabalhamos para que os desafios e conquistas do IPAM sejam conhecidos pela sociedade. Para que as nossas realizações provoquem mobilização e os resultados positivos sejam replicados, para o bem da Amazônia e de suas populações"

RAQUEL DIEGUEZ

O que é

Área dedicada à comunicação institucional com o público interno e externo, parceiros e financiadores. Cria, mantém e continuamente aprimora o website, dando atenção à diversidade de temas abordados pela instituição e interação com o público. Produz e divulga conteúdo para a mídia especializada. Atende às demandas da imprensa, orienta, encaminha e propõe pautas de interesse do IPAM.

Produz e distribui a newsletter mensal Clima e Floresta. Ademais, a equipe é responsável pelo desenvolvimento e uso da marca IPAM, além da realização de projetos gráficos para eventos, publicações e promoção institucional.

O que foi feito em 2011

- Desenvolvimento, impressão e distribuição do segundo Relatório Institucional de Atividades (2010);
- Desenvolvimento de folders promocionais em inglês e português;
- Produção de papel timbrado, envelope e cartões de visita;
- Elaboração e envio das newsletters mensais Clima e Floresta;
- Elaboração de conteúdo e atualização diária do site institucional e manutenção do site em inglês;
- IPAM nas redes sociais;
- Desenvolvimento de mailing internacional, com mais de 1000 nomes;
- Desenvolvimento de site e produtos promocionais para o Projeto Recuperação Produtiva de Florestas na Amazônia;
- Divulgação da Campanha "Código Florestal: as Contribuições do IPAM".



INDICADORES



- ✓ **556** matérias publicadas no site, sendo **213** exclusivas;
- ✓ **476** publicações disponíveis na biblioteca on-line;
- ✓ **1.400** novas pessoas cadastradas no curso on-line, totalizando **4800** usuários;
- ✓ **1.579** novos cadastros no mailing institucional, totalizando **6524** contatos.
- ✓ **17.600** visitas mensais em média no site, com duração média de 2m50s
- ✓ **6.200** seguidores no Twitter;
- ✓ **5.000** amigos no Facebook e **1000** pessoas curtindo a nova página oficial;
- ✓ **48** edições do boletim semanal Ciência e Meio Ambiente com Osvaldo Stella, para a Rádio CBN em rede nacional + Cobertura diária durante a COP 18, em Durban, África do Sul.

IPAM na CBN
REDE
A RÁDIO QUE TOCA NOTÍCIA.

TERÇAS às 14h55
com Osvaldo Stella



DESTAQUES



- Divulgação da **Campanha "Código Florestal: as Contribuições do IPAM"**, que apresenta as ações realizadas desde 2008 pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) em defesa do Código Florestal Brasileiro. Um dos destaques entre entrevistas, artigos, matérias, vídeos sobre a questão, destacamos o documento criado pelo IPAM e apresentado em novembro no Senado Federal, com nove propostas que compatibilizam conservação ambiental com produção agrícola. Outro destaque é a participação de Marina Silva em evento realizado pelo IPAM na COP 17, em Durban, na África do Sul. Na ocasião, Marina criticou a aprovação do texto realizada no Senado, na noite anterior ao evento: "O texto aprovado no Senado reduz a proteção às florestas, anistia desmatadores e aumenta o desmatamento".
- Veiculação no **programa Fantástico da Rede Globo**, que destacou um estudo do IPAM em parceria com a Universidade de Leeds do Reino Unido, publicado na **revista científica americana Science**, sobre a Seca de 2010 na Amazônia (<http://glo.bo/SNhEmZ>).
- 56 boletins **Ciência e Ambiente com Osvaldo Stella na Rádio CBN**, com edição especial diária durante a COP 17.

Avaliação

O ano de 2011 foi importante para a consolidação dos meios de divulgação do IPAM e para a produção de importantes publicações. Os eventos realizados levaram a nossa marca e materiais elucidativos sobre nossas atividades. O site é fonte de conteúdo de qualidade para todos os públicos. Notícias são postadas diariamente, bem como informações relacionadas ao bioma Amazônia e suas populações.

A newsletter Clima e Floresta traz mensalmente uma compilação especial de assuntos. Todas as publicações do Instituto estão disponíveis para download. Além disso, em termos de disseminação de conhecimento, o curso online gratuito sobre a Floresta Amazônica e as Mudanças Climáticas (www.ipam.org.br/curso/login) é um sucesso, no qual já se cadastraram quase 5.000 pessoas.

A visibilidade do IPAM na mídia cresce a cada ano e os exemplos de repercussão podem ser acessados pelo link www.ipam.org.br/namidia. Um dos diretores do Instituto, Osvaldo Stella, fala semanalmente à Rádio CBN, em boletim intitulado Ciência e Meio Ambiente, e durante as COPs reporta diariamente os desdobramentos da conferência.

EQUIPE: Raquel Dieguez (comunicóloga, mestre em Educação de Adultos; supervisora de comunicação); Ingrid Sinimbu (licenciada em Letras / habilitação Língua Portuguesa, especialista em Ensino-aprendizagem de Português para estrangeiros; assistente de comunicação); Janaina de Aquino (graduanda em Letras/Tradução; estagiária até setembro de 2011); Paulo Lannes (graduando em Jornalismo; estagiário até setembro de 2011); Vanessa Mesquita (graduanda em Publicidade e Propaganda; estagiária).



Administração

"Em 2011 consolidamos as ações de reestruturação para aumentar a eficiência e controle das operações do instituto. Os resultados são fruto da intensa colaboração da equipe em que me orgulho de fazer parte. Somos administradores, contadores e economistas, apaixonados pelas causas que o instituto defende e desenvolve."

RODRIGO ZANELLA

O que é?

A Administração tem como missão viabilizar a execução de projetos aplicando procedimentos e ferramentas que garantam eficiência, controle e transparéncia, cumprindo com as exigências dos financiadores e conformidade com as leis brasileiras. A Administração é também responsável pelo planejamento e acompanhamento do orçamento institucional e aplicação e manutenção de políticas que garantam melhores práticas para gestão de recursos e de acordo com linhas estratégicas definidas pelo Conselho.

O método de trabalho, resumido no diagrama ao lado, tem como objetivo aumentar o controle e exatidão nos processos financeiros, diminuindo e corrigindo possíveis erros de alocação ou registros das despesas de projetos.

A Administração desempenha suas atividades no escritório de Brasília (Financeiro, Gestão de Pessoas, Compras, Logística e Patrimônio e Tecnologia da Informação) e em Belém (Gestão de Projetos e Contabilidade). Estes escritórios compartilham o acesso às informações por meio da integração dos sistemas e bases de dados.

Linhas Estratégicas de Ação

Desenvolver processos e rotinas que aumentem a eficiência (viabilizar operação de mais projetos com manutenção de custo administrativo), controle (gerenciamento de riscos, planejamento orçamentário institucional e consolidação de informações para tomada de decisão) e transparéncia (registro, auditoria e publicação de informações financeiras).

Os sistemas utilizados são integrados de forma a garantir segurança e controle financeiro





O que foi feito

- Mapeamento e implementação de 32 novos processos no sistema de controle que geraram pouco mais de 6 mil solicitações em 2011;
- Implementação de sistema de folha de pagamentos: O sistema implementado permitiu automatizar diversos processos de folha de pagamentos além de integração sistema ERP com ganhos de eficiência de cerca de 20% das atividades de Contas a Pagar.
- Implementação de serviço terceirizado para gestão de arquivos:
Foi desenvolvido um projeto para armazenamento de arquivos e gerenciamento de documentos para diminuir custos e promover melhoria no acesso à informações permitindo consultas mais rápidas aos processos de pagamentos e maior segurança no armazenamento dos documentos.

INDICADORES



- ✓ Gestão de **6 mil** solicitações de pagamentos departamento pessoal, controle de documentos e outras
- ✓ **9.300** transações bancárias
- ✓ **36.700** registros contábeis
- ✓ **42** projetos ativos

Avaliação

Em 2011 completou um ano de operação das rotinas da Administração em dois escritórios Belém-Brasília, o que chamamos de “modelo híbrido”. Mantivemos em Belém o conhecimento acumulado durante os 15 anos de operação e importantes atividades desenvolvidas pelas equipes de Gestão de Projetos e Contabilidade. Esta foi uma decisão estratégica condizente com a missão do instituto de desenvolver a região amazônica também na formação de profissionais para gerenciamento de organizações não governamentais.

EQUIPE

Administração: Eduardo Strumpf (administrador, diretor financeiro); Rodrigo Zanella (economista, gerente administrativo-financeiro); Daniela Moda (bacharel em Ciências Contábeis, gerente de gestão de projetos e contabilidade).

Setor Financeiro: Ane Intini (auxiliar de departamento financeiro, graduanda em administração de empresas); Jaira Silva (secundarista, assistente administrativo até julho); Luiz Rodrigo Silva (administrador de empresas, tesoureiro); Thiago Camelo (estagiário do financeiro, graduando em administração de empresas)

Departamento Pessoal: Débora Fideles (psicóloga, supervisora de gestão de pessoas); Silvia Simões (administradora de empresas, coordenadora de Departamento Pessoal até julho); Josilene Maia (administradora de empresas e graduanda em Direito, assistente administrativo); Márcia Lima (bacharel em Ciências Contábeis, assistente administrativo até agosto).

Gestão de Projetos e Contabilidade (GESCON): Benedito Silva (graduando em Ciências Contábeis, estagiário); Clarice Souza (bacharel em Ciências Contábeis, assistente financeiro); Josiane Ribeiro (administradora de empresas, analista de projetos e contabilidade); Regeane Lago (bacharel em Ciências Contábeis, analista de projetos e contabilidade); Robson Jardim (auxiliar em gestão de arquivo e infraestrutura local, graduando em Gestão Empresarial, auxiliar financeiro) Rogério Favacho (administrador, analista de convênios); Suellem Alves (secundarista, auxiliar administrativo); Tatiane Brandão (bacharel em Ciências Contábeis, analista de projetos e contabilidade); Zila Costa (bacharel em Ciências Contábeis, analista contábil).

Serviços Gerais Belém: Darenilde Alves (secundarista); Maria Deyse Guedes (secundarista);

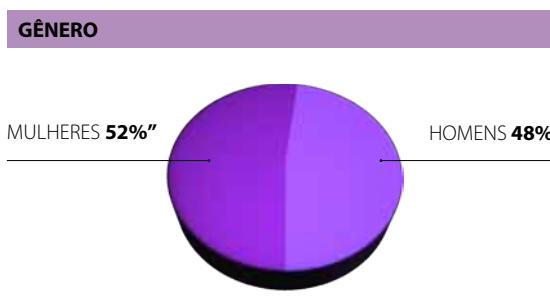


NIVEL DE INSTRUÇÃO	%
DOUTORADO	10%
MESTRADO	10%
PÓS GRADUAÇÃO/ESPECIALIZAÇÃO	2%
SUPERIOR COMPLETO	44%
SUPERIOR INCOMPLETO	12%
MÉDIO COMPLETO	12%
MÉDIO INCOMPLETO	9%
TOTAL	100%

FAIXA ETÁRIA	%
DE 20 A 30 ANOS	45%
DE 31 A 40 ANOS	32%
DE 41 A 50 ANOS	17%
DE 51 A 60 ANOS	6%
TOTAL	100%

ÁREA	%
ADM	26%
COMUNICAÇÃO	4%
CENARIOS PARA AMAZONIA	31%
MANEJO COMUNITÁRIO	22%
MUDANÇAS CLIMÁTICAS	17%
TOTAL	100%

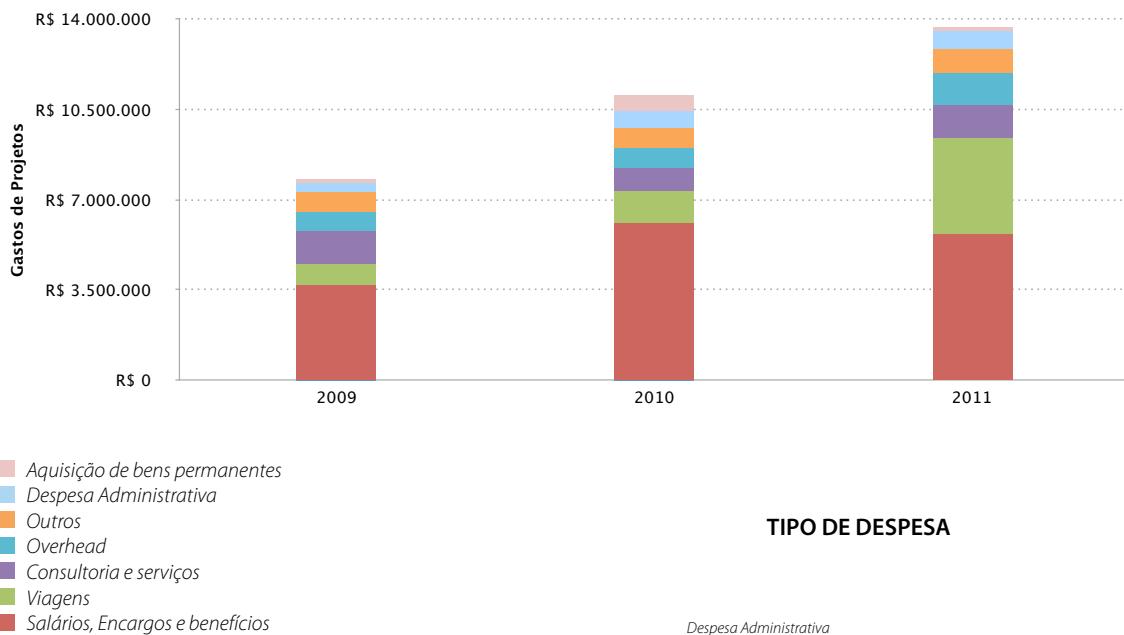
TEMPO DE CASA	%
ATÉ 2 ANOS	53%
DE 2,1 ANOS A 5 ANOS	19%
DE 5,1 ANOS A 10 ANOS	12%
MAIS DE 10 ANOS	16%
TOTAL	100%





2011 EM NÚMEROS

EM 2011, O IPAM EXECUTOU R\$ 13,6 mi NA IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS



PRINCIPAIS FINANCIADORES E PARCEIROS

ClimateWorks Foundation	33,2%
Woods Hole Research Center	28,2%
Gordon and Betty Moore Foundation	8%
USAID	7,7%
Programa Petrobrás Ambiental	4%
Environmental Defense Fund	3%
Embaixada da Noruega	2,3%
Rabobank	1,7%
International Finance Corporation	1,7%
IPAM International Program	1,3%
Outros	9%
TOTAL	100%



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

ATIVO	31/12/2011	31/12/2010
CIRCULANTE	9.455.932	12.364.190
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.403.513	4.705.482
Adiantamentos Concedidos	186.881	56.381
Valores a receber de projetos	355.051	536.811
Contratos a Receber	6.535.602	7.040.536
(-) Provisão de Saldos de Projetos Encerrados	(1.060.190)	0
Outros créditos	35.074	24.980
NÃO CIRCULANTE		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	26.666	20.577
Depósito Causão	25.000	25.000
Imobilizado	980.498	905.578
Intangível	88.576	22.045
(-) Provisão Imobilizado Projetos	(1.067.408)	(932.046)
TOTAL DO ATIVO	9.482.598	12.384.767
PASSIVO	31/12/2011	31/12/2010
CIRCULANTE	9.555.755	11.814.253
Obrigações Sociais e Trabalhistas	824.368	563.041
Obrigações Fiscais e Tributárias	117.133	31.830
Valores a pagar para projetos	355.051	536.811
Obrigações com Fornecedores	105.842	390.728
Acordo USAID	323.229	0
Contratos a Executar	9.077.122	10.178.700
(-)Provisão de Saldos de Projetos Encerrados	(1.323.342)	0
Outras Obrigações a Pagar	76.351	113.143
NÃO CIRCULANTE	335.108	57.379
Parcelamentos (Tributários e fiscais)	0	57.379
Acordo USAID	335.108	0
PATRIMÔNIO SOCIAL	(408.265)	513.135
Patrimônio social	202.030	202.030
Superávit ou déficit Acumulado	(610.295)	311.105
TOTAL DO PASSIVO	9.482.598	12.384.767



**DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT OU DÉFICIT DOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010**

	31/12/2011	31/12/2010
RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS	1.569.114,	2.056.304
Taxa de Administração/Agências financiadoras	1.113.348	20.156
Rateio de Custos Coletivos	359.023	656.506
Doações	22.868	43.237
Outras receitas operacionais	73.875	436.406
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(2.473.858)	(1.610.813)
Salários e Encargos sociais	(1.162.813)	(945.506)
Consultorias e Serviços	(327.728)	(112.338)
Despesas com Viagens	(93.401)	(20.572)
Despesas com Utilidades e Serviços	(125.550)	(70.781)
Depreciação e Amortização	0	(22.836)
Despesas Gerais	(144.333)	(74.278)
Impostos e Taxas	(107.235)	(45.898)
Outras Despesas Operacionais	(96.457)	(69.219)
Perdas e Danos	(679.493)	(249.384)
Saldo provisório de Encerramento de Projetos	263.152	0
RESULTADO OPERAC. ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	904.744	445.491
RESULTADO FINANCEIRO	(28.873)	(31.219)
Receitas Financeiras	35.944	10.956
Despesas Financeiras	(64.817)	(42.175)
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	(933.617)*	414.272

* O déficit de R\$ 933 mil do ano de 2011 representa 6,8% da execução total de projetos do IPAM, que em 2011 foi de R\$ 13.658 mil. Do total do déficit, 71%, ou R\$ 663 mil, são referentes ao reconhecimento integral de acordo realizado com financiador, sobre despesas de projeto finalizado em 2006. O déficit também foi acentuado pela queda de 23,7% na receita operacional com relação a 2010 e aumento de custos administrativos de 51,1%. Esse aumento se deu na sua maior parte pela necessidade de investimentos para concluir o processo de reestruturação administrativa e pelo aumento de 24,4% na execução de projetos que, com relação a 2010, exigiu maiores custos administrativos. O déficit de 2011 não prejudicou a operação do IPAM uma vez que nos dois anos anteriores houve superávit acumulado de R\$ 553 mil (R\$ 414 mil em 2010 e R\$ 139 mil em 2009) e também porque grande parte do déficit, referente ao acordo, prevê pagamento em parcelas até junho de 2014.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010**

Descrição	Patrimônio Social	Superávit/DÉFICIT	Total
Saldo em 31/12/09	202.030	(109.763)	92.267
Superávito/Déficit do exercício	0	414.272	414.272
Ajustes de Exercícios Anteriores	0	6.596	6.596
Saldo em 31/12/10	202.030	311.105	513.135
Superávito/Déficit do exercício	0	(933.617)	(933.617)
Ajustes de Exercícios Anteriores	0	12.218	12.218
Saldo em 31/12/11	202.030	(610.295)	(408.265)



**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010**

	31/12/2011	31/12/2010
1- FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Déficit do Exercício	(933.617)	414.272
(+) Depreciação/Amortização	5.723	22.836
(+) Ajuste de exercício anterior	12.218	6.596
(-) Receitas diversas sem efeito no caixa	0	(97.687)
Variações Patrimoniais		
Adiantamentos Concedidos	(130.500)	202.464
Créditos a receber de projetos	181.760	(493.233)
Outros Créditos	(10.094)	(9.138)
Contratos a Receber	504.934	1.162.581
Provisão de Saldos de Projetos Encerrados	1.060.190	(105.505)
Obrigações Sociais e Trabalhistas	261.327	176.080
Obrigações Fiscais e Tributárias	85.303	(8.709)
Valores a pagar para projetos	(181.760)	493.233
Obrigações com Fornecedores	(284.886)	266.832
Outras Obrigações a Pagar	(36.792)	25.803
Contratos a Executar	(1.101.578)	(25.273)
Provisão de Saldos de Projetos Encerrados	(1.323.342)	79.291
Parcelamentos (Tributários e Fiscais)	(57.379)	(50.858)
Acordo USAID,658.337,"0,00"		
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(1.290.156)	2.059.584
2- FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(-) Novas aquisições de ativo Imobilizado	(11.812)	(7.168)
(-) Realizável a Longo Prazo,0,(25.000)		
(+) Recebimento na venda de imobilizado,0,98.000		
CAIXA LÍQUIDO APlicado nas ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(11.812)	65.832
3- FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
CAIXA LÍQUIDO APlicado nas ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(1.301.969)	2.125.416
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	4.705.482	2.580.066
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO	3.403.513	4.705.482

Publicações em revistas científicas e outras publicações – 2011

Listagem completa e publicações disponíveis em: <http://www.ipam.org.br/biblioteca>

ARTIGOS

Daniel C. Nepstad; David G. McGrath, and Britaldo Soares-Filho. **Systemic Conservation, REDD, and the Future of the Amazon Basin.** *Conservation Biology.* 2011 Dec; 25(6):1113-1116. www.ipam.org.br/biblioteca

Arun Agrawal; Daniel Nepstad, and Ashwini Chhatre. **Reducing Emissions from Deforestation and Forest Degradation. Annual Review of Environment and Resources.** 2011; 36:273-296. www.ipam.org.br/biblioteca

Ane Alencar; Gregory P. Asner; David Knapp, and Daniel Zarin. **Temporal variability of forest fires in eastern Amazonia.** *Ecological Applications.* 2011; 21(7):2397-2412. www.ipam.org.br/biblioteca

Carvalho, K.S., A. Alencar, J. Balch, and P.Moutinho (2011). **Leafcutter Ant Nests Inhibit Low-Intensity Fire Spread in the Understory of Transitional Forests at the Amazon's Forest-Savanna Boundary.** *Psyche,* 2012: 1-7.

Lewis SL, Brando PM, Phillips OL, van der Heijden GMF, Nepstad D. **The 2010 Amazon Drought.** *Science.* 2011;331(6017):554.

DAVIDSON, ERIC A.; LEFEBVRE, P.; BRANDO, PAULO; RAY, David; TRUMBORE, Susan; Solórzano, Luis A.; Ferreira, Joice N.; Bustamante, Mercedes, M. C.; NEPSTAD, Daniel. **Carbon Inputs and Water Uptake in Deep Soils of an Eastern Amazon Forest.** *Forest Science,* v. 57, p. 51-58, 2011.

BALCH, JENNIFER K.; NEPSTAD, DANIEL C.; CURRAN, LISA M.; BRANDO, PAULO M.; PORTELA, OSVALDO; Guilherme, Paulo; Reuning-Scherer, Jonathan D.; de Carvalho Jr., Oswaldo. **Size, species, and fire behavior predict tree and liana mortality from experimental burns in the Brazilian Amazon.** *Forest Ecology and Management,* v. 261, p. 68-77, 2011.

Sakaguchi, Koichi; Zeng, Xubin; Christoffersen, Bradley J.; Restrepo-Coupe, Natalia; Saleska, Scott R.; BRANDO, PAULO M.. **Natural and drought scenarios in an east central Amazon forest: Fidelity of the Community Land Model 3.5 with three biogeochemical models.** *Journal of Geophysical Research,* v. 116, p. G01029, 2011.

PUBLICAÇÕES

Código Florestal: Nove propostas abrem caminho para consenso. Instituto de pesquisa Ambiental da Amazônia. Brasília, 2011.

REDD no Brasil: um enfoque amazônico: fundamentos, critérios e estruturas institucionais para um regime nacional de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradção Florestal - REDD. – Ed. rev. e atual.– Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2011.

Mudanças Climáticas e aquecimento global na visão dos povos indígenas. COIAB, CAFI, 2011.

Cury, Roberta; Carvalho, Oswaldo. **Manual para Restauração Florestal.** Canarana-MT, junho de 2011.

Alechandre, Andréa. **Guia de boas práticas para a extração de seiva de jatobá (*Hymenaea courbaril* L.) /** Andréa Alechandre et al. - Rio Branco: IPAM/USAID, 2011. 35 p.: il.

Building Bridges Between Commodity Roundtables and REDD+. Instituto de pesquisa Ambiental da Amazônia, 2011.

Relatório do diagnóstico participativo sobre o uso do açaí em comunidades do entorno das Florestas Nacionais de Itaituba I, II e Trairão. COOPAMCOL, ICM-Bio, IPAM, Serviço Florestal Brasileiro, 2011.

Ane A. C. Alencar, Ana Carolina C. Silva e Andrea A. Azevedo. **Monitoramento da implementação das metas de redução do desmatamento na Amazônia: O caso do PPCDQ-MT.** Brasília, 2011.

The roles of Environmental Funds in REDD+: RedLAC capacity building project for environmental funds /
Paulo Moutinho, Osvaldo Stella and Simone Mazer. – Rio de Janeiro: RedLAC, 2011.

Newsletter Clima e Floresta nº 31 - Edição Especial Transamazônica. Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM. Brasília, abril de 2011.

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM. **A Região da Transamazônica rumo à economia de baixo carbono: estratégias integradas para o desenvolvimento sustentável.** Brasília, DF, Brasil. Março, 2011.

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), Instituto Centro de Vida (ICV), Instituto Socioambiental (ISA), Fórum Mato-Grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento de MT (Formad) e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lucas do Rio Verde (STR Lucas). **Clima e Desmatamento no Xingu.** Mato Grosso, 2011.

